



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROSGRAP)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO (COPGD)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (PRODIR)
MESTRADO EM DIREITO

CHRISTIANE RABELO BRITTO

**O TRABALHO ESCRAVO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: O
DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO REFERENCIAL DE
ENFRENTAMENTO**

SÃO CRISTÓVÃO, SE

2019

CHRISTIANE RABELO BRITTO

**O TRABALHO ESCRAVO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: O
DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO REFERENCIAL DE
ENFRENTAMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção de do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Constitucionalização do Direito.

Linha de Pesquisa: Eficácia dos direitos fundamentais e seus reflexos nas relações sociais e empresariais.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva.

SÃO CRISTÓVÃO, SE

2019

CHRISTIANE RABELO BRITTO

**O TRABALHO ESCRAVO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: O
DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO REFERENCIAL DE
ENFRENTAMENTO**

Aprovada em: ____/____/____

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção de do título de Mestre em Direito à seguinte banca examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva – Universidade Federal de Sergipe
Orientadora

Prof. Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado – Universidade Federal de Sergipe
Avaliador Interno

Profa. Dra. Zélia Luiza Pierdoná – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Avaliadora Externa

São Cristóvão, SE

2019

RESUMO

O fluxo migratório de pessoas para outros países ou estados decorre, na maioria das vezes, da oferta e da demanda de trabalho próprias do mundo globalizado, impulsionando-as a deixar seus países. Advém, também, do processo assimétrico do desenvolvimento das regiões de cada país, quando o deslocamento é realizado dentro deste. Estimulados pela busca de melhores oportunidades, esses trabalhadores deparam-se com inúmeras dificuldades, o que contribui para que sejam alvos fáceis e estejam ao alcance de organizações ilícitas que atuam no contrabando de migrantes, culminando com a redução dessas vítimas à condição análoga à de escravo. Para se combater esse tipo de tratamento, é necessária a efetivação de políticas públicas, bem como o eficaz cumprimento das normas internacionais protetivas dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes. A nova Lei de Migração, Lei n. 13.445/2017, também constitui um elemento importante na superação da situação de vulnerabilidade desses indivíduos, pois trouxe consigo um grande avanço referente à questão migratória no Brasil. Torna-se evidente a necessidade de adentrar nos mecanismos de enfrentamento da vulnerabilidade das vítimas submetidas às práticas escravocratas por meio da efetivação dos direitos humanos desses trabalhadores, os quais constituem garantia de sua liberdade. Nesse sentido, destacam-se, nessa dissertação, caminhos para o alcance da efetividade desses direitos, mediante a utilização do direito ao desenvolvimento, o qual visa prospectar valores de humanização e de fraternidade na sociedade. Por conseguinte, há a necessidade de se garantir aos migrantes internacionais o seu papel na sociedade como sujeito de direito, objetivando a plena efetividade do direito fundamental ao trabalho digno. É nessa perspectiva que se evidencia a relevância do direito ao desenvolvimento, trazendo direções para o estabelecimento de políticas migratórias efetivas, a fim de que os trabalhadores migrantes tenham oportunidades de fazer livremente suas escolhas para viver uma vida decente. Dessa forma, será possível se vislumbrar a supressão da situação de submissão destes ao trabalho análogo ao de escravo, hodiernamente, conhecido como escravidão contemporânea.

Palavras-chave: Trabalho escravo contemporâneo. Migração a trabalho. Políticas migratórias. Direito ao desenvolvimento. Trabalho Decente.

ABSTRACT

The migratory flow of people to other countries or states, which is mostly the result of the globalized world's own supply and demand of labor, boosting them to leave their countries. It also comes from each country's regions asymmetric development process, when the displacement is carried out inside it. Encouraged by the search for better opportunities, these workers face a variety of difficulties, which make them easy targets and available to illegal organizations that operate in smuggling of migrants, culminating in the reduction of these victims to the condition analogous to slavery. In order to combat this type of treatment, it is necessary to implement public politics, as well as the international standards that protect the migrant workers' human rights effective compliance. The new Migration Law (13.445/2017), is also an important element in overcoming these individuals' vulnerability, since it has brought a great regarding advance to migratory issue in Brazil. It becomes evident the need to enter in its confronting mechanisms of the victims' vulnerability subjected to slave-like practices through these workers' human rights realization, which constitute the guarantee of their freedom. In this sense, stands out, in this dissertation, ways to reach these rights effectiveness, through the right to development application, which prospect values of fraternity and humanization in society. Therefore, it is emphasized the forms of more humane treatment promoting to the individual, in order to guarantee their role in society as a subject of law and guarantees, aiming at the fundamental right to decent work full effectiveness. It is from this perspective that demonstrate the relevance of the right to development, bringing directions for the effective migration policies establishment, so that migrant workers have opportunities to make their choices freely to live a decent life. In this way, it will be possible to glimpse the suppression of the contemporary slavery.

Keywords: Contemporary slave labor; Labor migration; Migration policies; Right to development; Decent Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A EVOLUÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO DIANTE DAS MUDANÇAS NA ORDEM ECONÔMICA E NA ORDEM SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO	11
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	12
1.2 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES NA ORDEM ECONÔMICA E NA ORDEM SOCIAL BRASILEIRA	23
1.3 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E “O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO TARDIO”	34
2 A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA.....	39
2.1 O TRABALHO ESCRAVO NOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	40
2.1.1 Condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Fazenda Brasil Verde	45
2.2 O TRABALHO ESCRAVO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	47
2.2.1 A definição do trabalho em condições análogas à de escravo na portaria ministerial MTB n. 1.129/2017 e o princípio de proibição de retrocesso social	62
2.3 A DOGMÁTICA JURÍDICA E A INTERPRETAÇÃO DO TERMO TRABALHO ESCRAVO	68
3 O TRABALHO ESCRAVO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS ..	72
3.1 A VULNERABILIDADE DOS TRABALHADORES MIGRANTES SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS	73
3.2 A MIGRAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS NORMATIZAÇÕES INTERNACIONAIS	79
3.3 A MIGRAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS NORMATIZAÇÕES NACIONAIS.....	87
3.3.1 A lógica escravocrata nas migrações laborais no Brasil: um breve relato	95
3.4 UMA TEORIA DA JUSTIÇA PARA A FUNDAMENTAÇÃO DO TRABALHO DECENTE DOS MIGRANTES E A CONSEQUENTE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	103
4 O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.....	108

4.1 DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ESTRANGEIRO.....	108
4.1.1 Desenvolvimento: termo multifacetado	108
4.1.2 Normatizações internacionais e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento: breves considerações	113
4.1.3 Objetivos da Declaração do Milênio e a concretização do direito ao desenvolvimento	116
4.2 DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	120
4.3 CREDORES E DEVEDORES DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO	126
4.4 DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: CAMINHOS PARA O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS EFETIVAS NECESSÁRIAS AO COMBATE DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se à temática trabalho escravo na conjuntura das políticas migratórias e o seu possível combate por meio de políticas públicas que implementem o direito ao desenvolvimento. Diante desse contexto, emerge um cenário no processo migratório com o deslocamento dos trabalhadores que migram em busca de uma fonte de renda capaz de atender suas necessidades básicas, para a obtenção de uma vida decente.

Percebe-se que as pessoas integrantes desse fenômeno migratório se encontram em situação de vulnerabilidade, tendo em vista que são obrigadas, na maioria das vezes, a se adaptarem em países totalmente estranhos ao seu, especialmente no aspecto linguístico, o que dificulta sobremaneira o processo de comunicação para que possam ter acesso aos seus direitos.

Acrescente-se à marginalização sociocultural, o fato da maioria dessas pessoas estarem indocumentadas num país estrangeiro, o que contribui para que estejam expostas a riscos de violações de direitos em virtude da quantidade reduzida de políticas públicas nos países receptores, como é o caso do Brasil, a fim de que lhes possam proporcionar uma vida digna.

Trata-se de trabalhadores que têm seus direitos fundamentais violados, muitas vezes, vítimas do trabalho análogo à escravidão, sendo-lhes tolhidos das garantias mínimas de sobrevivência, ao serem obrigados a realizar trabalhos desumanos, em condições degradantes e que extrapolam suas forças físicas, além de aniquilar a sua dignidade humana.

Para se combater esse tratamento que submete o trabalhador à condição de trabalho degradante, insalubre e por vezes perigosa, é necessária a efetivação de políticas públicas, bem como o eficaz cumprimento das normas internacionais atinentes à proteção desses direitos, de forma a buscar a supressão desse cenário inaceitável para o respeito à dignidade da pessoa humana.

O presente estudo partirá da análise do trabalho na ordem econômica e na ordem social, demonstrando a evolução dos direitos dos trabalhadores, de acordo com o momento social, político e econômico ao longo da evolução histórico-cultural do país.

As relações de trabalho e a forma como estas se desenvolviam entre os empregadores e empregados têm um fundamento arraigado na cultura e no modo de produção econômica desenvolvido no Brasil, desde a sua descoberta. A evolução cultural, o aumento populacional e o desenvolvimento de novas formas de produção econômica acarretaram mudanças significativas nas relações de trabalho em sua estrutura. Aliando-se a isso, tem-se a chegada progressiva de trabalhadores estrangeiros em busca de melhores condições de trabalho e com o intuito de adquirir riqueza em um novo país.

A partir de então, buscar-se-á compreender de que forma se construiu a proteção aos direitos fundamentais do trabalhador ao longo das mudanças ocorridas no cenário econômico e social do país, partindo-se, do ponto de vista normativo, da Constituição outorgada de 1824, advinda da ideologia liberal galgada com a Revolução Francesa, passando pelas transformações políticas e econômicas do final do século XIX e início do século XX, as quais marcaram a passagem do Estado liberal ao Estado social, e com ele, um marco revolucionário na amplitude das garantias e dos direitos sociais, alcançando o Estado Fraternal.

As mudanças constitucionais ocorridas no período pós-guerras mundiais, aliadas à ditadura militar e posterior redemocratização do país, levaram a constantes modificações na estrutura social, política e econômica na Constituição e na forma como o Estado deve participar dessa conjuntura, acarretando inúmeras dificuldades para os operadores do direito efetivarem os direitos fundamentais.

É nesse caminho que se pretende desenvolver a pesquisa da escravidão contemporânea como fenômeno não só impeditivo da liberdade de locomoção, mas também restritivo da própria dignidade do indivíduo, ao ser tolhido dos direitos fundamentais do trabalhador, quando lhe é aniquilada a dignidade humana ao realizar a atividade laboral.

Para tanto, será traçado um estudo dos tratados internacionais de direitos humanos e das normatizações na ordem jurídica interna e, posteriormente, uma análise da definição do trabalho escravo moderno, com o objetivo de evidenciar uma tendência, inaceitável, de limitação da significação deste ao cerceamento da liberdade ambulatorial. Destaque-se que a dogmática jurídica e a hermenêutica contribuirão para a superação desse obstáculo.

Com base nessas considerações, poder-se-á estabelecer uma conexão dessa realidade com os trabalhadores migrantes, que devido à sua vulnerabilidade, são reduzidos à condição análoga à de escravo. Por conseguinte, far-se-á uma análise das migrações no plano internacional e nacional, juntamente com o estudo da situação de vulnerabilidade desses trabalhadores sob a ótica dos direitos humanos.

Finalmente, tentar-se-á utilizar o direito ao desenvolvimento, o qual visa prospectar valores de fraternidade e humanização na sociedade, que terá o intuito de apontar caminhos viáveis para o combate da vulnerabilidade dos migrantes laborais, com a supressão da condição análoga à escravidão, ao realizarem o seu labor.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizar-se-á o método teórico-bibliográfico, por intermédio da análise de normatizações internacionais e nacionais, livros, artigos, revistas científicas, dissertações, teses, entre outros, em meio impresso ou digital, a fim de responder aos seguintes questionamentos: O que contribui para a inefetividade dos direitos fundamentais

sociais? É possível identificar uma definição para o trabalho escravo no ordenamento jurídico pátrio? Há a necessidade da existência de uma definição jurídica para o trabalho escravo a fim de que se possa identificar a sua ocorrência? O direito ao desenvolvimento constitui instrumento hábil para pensar e promover políticas públicas migratórias consistentes no Brasil? A utilização desse mecanismo é viável para tornar eficazes os direitos fundamentais dos trabalhadores migrantes?

Este trabalho relaciona-se à área de concentração de Constitucionalização do Direito, uma vez que tem como fundamento principal discorrer sobre a concretização dos direitos humanos do trabalhador migrante, construídos ao longo das mudanças ocorridas no sistema constitucional brasileiro, integrando-se, portanto, à linha de pesquisa correspondente à eficácia dos direitos fundamentais e seus reflexos nas relações sociais e empresariais.

Destaca-se pela relevância jurídica e social, posto que visa provocar a reflexão da sociedade, dos operadores do direito, com vista a educar a sociedade e todos os envolvidos na tratativa das questões migratórias, para o fato de que o fluxo migratório transcende a questão da segurança nacional, devendo ser considerado como um processo de fusão de horizontes, mediante a universalidade dos direitos humanos.

1 A EVOLUÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO DIANTE DAS MUDANÇAS NA ORDEM ECONÔMICA E NA ORDEM SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO

O Estado Social surgiu a partir de mudanças drásticas nas relações sociais, políticas e econômicas do século XX, pautadas por fatores externos como a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Tais fatos favoreceram para uma nova percepção da ordem econômica e jurídica até então prevalentes.

A ordem liberal não respondia, a contento, aos novos reclamos sociais, pois o desenvolvimento tecnológico e da economia de mercado deixavam os indivíduos em uma situação de completo desequilíbrio socioeconômico. O trabalhador tinha a liberdade de contratar com o seu empregador, porém de nada adiantava ter essa liberdade se, para ter o trabalho, submetia-se a condições de trabalho degradantes impostas por seu empregador.

Tratava-se da sociedade massificada, coletiva, com acúmulo patrimonial e de capital, deixando o indivíduo em segundo plano com relação aos seus direitos de liberdade, pois não conseguiam mais solucionar os conflitos simplesmente pela sua autonomia de vontade dentro das forças do próprio mercado.

Assim, a nova ordem jurídica, calcada na Constituição Mexicana de 1917 e de Weimar de 1919, busca o reequilíbrio da liberdade e da igualdade que foram suprimidos com as mudanças ocorridas, conformando a ordem econômica à ordem social. Essa nova forma de atuação estatal ocorre por meio do intervencionismo, bem como de políticas públicas que direcionam a economia para atender os anseios sociais.

Nessa linha, verifica-se um marco divisor de águas para o ingresso da ideologia intervencionista, como forma de regular o desequilíbrio econômico, tais como: as regras de concorrência; as relações de trabalho, evitando o prejuízo de muitos em detrimento do ganho de poucos; a desigualdade social; a defesa da livre iniciativa, da valorização do trabalho e do meio ambiente. Essa nova conformação econômica constitucional pugna pela intervenção estatal para garantir o respeito aos princípios fundamentais insculpidos na Constituição.

Assim, torna-se importante evidenciar que a concretização das normas constitucionais de direitos fundamentais, a partir de meados do século XX, causou dificuldade para os operadores do Direito e a sociedade em geral entenderem as respostas aos problemas jurídicos inerentes aos direitos dos trabalhadores.

Constatar-se-á, nesse capítulo, que o constitucionalismo tardio corresponde a inexistência de uma cultura constitucional, responsável pela ineficácia social, que impede a efetividade dos valores e princípios da Constituição. Isso ocorre devido a uma inadequada

interpretação constitucional, capaz de contribuir para o desrespeito dos direitos humanos do trabalhador migrante.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A escravidão no Brasil remonta um período de exploração da força laboral de homens e mulheres entre os séculos XVI e XIX. Teve início com a utilização da mão de obra dos povos indígenas na agricultura e prosseguiu com os negros provenientes da África.

O processo de escravidão dos negros iniciou na África com a apreensão dos nativos da localidade, que eram transportados para o território brasileiro por intermédio dos navios negreiros¹. Essa travessia, em direção ao Atlântico, era marcada por muita violência e sofrimento, levando-os constantemente à morte.

Como bem afirmam Lilia Schwartz e Flávio Gomes (2018, p. 21):

A escravidão mercantil africana no período moderno é um sistema que se enraizou cruelmente na história brasileira, e que guarda marcas profundas no nosso cotidiano. O país não só foi o último a abolir essa forma perversa de mão de obra nas Américas, como aquele que mais recebeu africanos saídos de seu continente de maneira compulsória, além de ter contado com escravos em todo território. Com as primeiras levadas chegando em 1550 e as últimas na década de 1860, já que existem registros de envio ilegal de africanos entre 1858 e 1862, estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham desembarcado no Brasil.

Com o objetivo de relatar o processo de escravidão no Brasil, mister se faz realizar uma breve análise da formação econômica brasileira, com enfoque na própria evolução histórica.

Em meados do século XV, os portugueses objetivavam chegar ao Oriente, contornando o sul da África. Com isso, tinham o intuito de descobrir uma rota exclusiva para obter diretamente as especiarias das Índias, as quais eram efetivadas por intermédio dos italianos e dos mouros. Assim, Portugal lançou-se à exploração das costas africanas, ao descobrimento da América, à exploração e ocupação das terras descobertas. Para isso, os portugueses empreenderam o tráfico por toda a costa africana mediante a exploração do marfim, do ouro e dos escravos, além das especiarias adquiridas nas Índias. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 14-15).

¹Os navios negreiros, que também recebiam a denominação de navios tumbeiros, eram embarcações utilizadas para transportar os negros da África para a América durante o Século XVI ao XIX, com o intuito de serem utilizados como mão de obra escrava. Eram tratados como mercadoria e sofriam todos os tipos de humilhação e maus-tratos. Eram confinados nos porões dessas embarcações, desprovidas de entradas de luz e circulação de ar, o que contribuía para a morte dos cativos, além de favorecer para a disseminação e a contaminação de várias doenças.

Num primeiro momento, o Brasil não despertava o interesse dos povos da Europa e o povoamento não constituiu o seu fim, uma vez que estavam interessados em explorar produtos primários, altamente valorados no comércio exterior. As Índias despertavam maior interesse a Portugal por considerar a terra recém-descoberta desprovida de perspectivas econômicas. O interesse em efetivar a ocupação emergiu diante da necessidade de se conceber uma população apta ao abastecimento e à manutenção das feitorias², como também à produção de gêneros alimentícios para os comércios de subsistência e externo. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 20-22).

A colonização no Brasil foi responsável pela formação de uma sociedade eminentemente original, de caráter mercantil, com recrutamento de populações marginalizadas, como os indígenas e os africanos escravizados, para realizarem o trabalho na agricultura, imprescindível para o suprimento do comércio exterior. Tem-se a colonização sob o aspecto puramente comercial, ao delinear o verdadeiro sentido da colonização do Brasil, influenciando nos seus aspectos econômicos e sociais até os dias atuais. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 22-23).

O primeiro contato dos portugueses com os índios não envolveu a submissão destes à escravidão, posto que a extração do pau-brasil era realizada por meio de um sistema de troca, denominado escambo, onde o pagamento pelo trabalho dos indígenas era efetivado com instrumentos de metais ou armas. A escravização deles não representaria um caminho viável para o controle da produção porque essa atividade era executada selva adentro, o que facilitaria a fuga dos nativos em razão da barreira da comunicação. (SCHWARTZ, 2018, p. 216-217).

Enfatizando o relatado acima, a escravização dos nativos encontraria o empecilho ocasionado pela dificuldade de compreender as ordens que lhes seriam passadas para a realização do trabalho, o que inviabilizaria a submissão destes ao comando dos colonizadores e contribuiria para a ocorrência de rebeliões.

A formação da sociedade brasileira consistiu, eminentemente, na sua exploração para fornecimento de pau-brasil, açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão, café, visando o abastecimento do comércio europeu. Essa realidade constituiu a organização social e econômica do Brasil, com interesses voltados para fora do país, em total desatenção com a necessidade interna, retratando uma organização puramente produtora e mercantil. (PRADO JÚNIOR, 2006, p 23).

² O autor esclarece que o termo colonização empregado pelos historiadores se refere, na verdade, exclusivamente na instalação de feitorias comerciais, a fim de criar um povoamento apto a guarnecer e manter essas feitorias, para se proceder à organização da produção dos produtos que interessassem ao comércio. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 16).

Foi com o interesse de defender seu direito sobre as terras brasileiras que, aproximadamente na metade do séc. XVI, o Rei de Portugal decidiu promover a ocupação mediante o povoamento e a colonização. Um fato importante a ser destacado era o desinteresse das pessoas de outras localidades em participar do processo de povoamento do Brasil, só despertando o interesse dos traficantes da madeira. Porém, nessa época, era uma atividade que estava em declínio, o que ocasionou o abandono dos fortes por esses exploradores. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 31).

Além disso, Portugal contava com um contingente populacional baixíssimo devido às expedições orientais, o que dificultava a colonização da extensão territorial brasileira. Para superar essa dificuldade, foi oferecido poderes soberanos para as pessoas que se dispusessem a empreender seus recursos para realizar a empreitada. Tal oferta foi aceita por doze pessoas, que não possuíam recursos financeiros suficientes, acarretando a perda de todos os seus recursos, sem ao menos terem conseguido estabelecer algum núcleo de povoamento fixo. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 31).

Essas pessoas de poucos recursos eram conhecidas por donatários, que, para ocuparem a costa brasileira dividida em doze capitanias hereditárias, adquiriram fundos com Portugal e Holanda, a fim de se dedicarem ao cultivo de cana-de-açúcar, produto com alto valor comercial na Europa. Tem-se início a ocupação efetiva e a colonização brasileira. Os donatários possuíam poderes de disposição das terras, procediam à sua distribuição com os colonos por meio da entrega de grandes extensões de terras, a fim de atraí-los, favorecendo a formação dos latifúndios. A divisão em grandes extensões justificava-se pelo fato de o cultivo da cana-de-açúcar demandar plantações em grandes áreas para justificar o lucro. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 32-33).

Para iniciar uma lavoura de cana, necessitava-se de muitos trabalhadores para desbravar, preparar a terra para o plantio, realizar a colheita e o transporte para os engenhos. Por essa razão, apenas o grande produtor tinha condições de sobreviver. Assim, a exploração agrária no Brasil deu origem às grandes propriedades, que contribuiu para o estabelecimento da monocultura, com o objetivo da obtenção apenas do lucro. É nesse momento que ocorre o estabelecimento do trabalho escravo no Brasil, época em que os portugueses imigravam para assumir a posição de trabalhador assalariado. Assim, o trabalho escravo passou a ser uma necessidade. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 33-34).

Portanto, o cultivo da cana-de-açúcar e as instalações dos engenhos no Brasil foram responsáveis por uma drástica mudança nas relações entre os portugueses e os indígenas, posto que estes se opuseram a trabalhar nas plantações e criaram resistência em relação à apropriação

das suas terras pelos colonizadores europeus, responsável pela ocorrência de inúmeras revoltas que resultaram na escravização dos índios capturados. (SCHWARTZ, 2018, p. 216-217).

No mesmo liame, Prado Júnior (2006, p. 35) afirma que após a exploração do pau-brasil, os indígenas tornaram-se mais exigentes, o que acarretou a redução dos lucros do negócio. Além disso, não se adaptavam com a disciplina, o método e a rigidez do trabalho realizado nas plantações de cana. Emergiu, dessa forma, a necessidade de obrigá-los ao trabalho e de exercer vigilância constante para evitar a fuga. Em aproximadamente 30 anos do processo de ocupação e povoamento do Brasil percebe-se o estabelecimento da escravidão indígena por intermédio da organização da agricultura.

É importante afirmar que muitos índios morreram em decorrência do trabalho forçado, como também pelas doenças contraídas da população branca, instalando-se a insustentabilidade da escravidão indígena, a qual começou a ser combatida pela Igreja, que repudiava essa situação estabelecida.

É sob essa perspectiva que Schwartz (2018, p. 217) discorre:

[...] houve uma grande calamidade entre 1559 e 1563, quando uma série de epidemias dizimou as populações indígenas, tanto nas aldeias quanto entre as que já estavam escravizadas pelos colonizadores. Os números das populações indígenas nas costas despencaram, e a obtenção de substitutos ficou mais difícil e, portanto, mais cara [...]

Destaque-se a resistência dos indígenas, mediante inúmeros conflitos com os colonos, sendo que os índios sempre eram os maiores prejudicados. Para colocar termo a esse período turbulento da história brasileira, Portugal editou a primeira *Carta Régia* em 1570, ao estabelecer a limitação da escravidão indígena aos aprisionados em guerra injusta³. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 35).

Além da resistência, a fim de não serem submetidos à escravidão, os índios eram considerados trabalhadores ruins, com pouco vigor físico e com eficiência reduzida, incapaz de contribuir com a colonização desenvolvida em larga escala, o que pode ser constatado pelo processo de colonização da Amazônia, local em que houve a predominância do trabalhador indígena, que, ainda hoje, reflete a estagnação do sistema de colonização. Esse fato encontra justificativa, também, no contingente populacional indígena reduzido e a dificuldade de

³ Guerra injusta era “aquela que resultasse de agressão dos indígenas, ou que fosse promovida contra tribos que recusavam submeter-se aos colonos a entrarem em entendimento com ele.” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 35).

adaptação aos padrões da cultura dos brancos muito superior à sua. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 36).

Para solucionar o problema do trabalho, os portugueses apostaram na substituição deles pelos escravos traficados na África, uma vez que já realizavam essa atividade desde meados do século XV. Esse processo de substituição perdurou até o final da era colonial e a única desvantagem apontada por eles era o custo elevado, decorrente da alta taxa de mortalidade ocorrida no transporte deles até a América, cujo prejuízo era embutido no valor final dos remanescentes, que somavam, aproximadamente, 50% a mais no valor normal de venda. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 37).

É como Schwartz e Gomes (2018, p. 23) expõem:

Com o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, sobretudo nas capitanias de Pernambuco e Bahia, se enraizaram padrões escravocratas. Primeiro, indígenas e africanos trabalharam juntos. Com o tempo, porém, e com os altos ganhos que o tráfico de almas conferia, a escravidão africana prevaleceu. Verbetes sobre esse período mostram a sanha ininterrupta do trabalho da cana e da moagem no engenho. Revelam também a montagem de uma sociedade patriarcal, baseada na monocultura e na violência vigiada. Criou-se, com efeito, uma sociedade agrídoca: a doçura do açúcar misturou-se com o ardor do trabalho compulsório e escravizado.

Percebe-se, então, que houve a predominância da mão de obra indígena na construção dos engenhos de açúcar no território brasileiro. Porém, em razão da resistência dessa população em relação à escravização e do extermínio dos índios, fruto dos maus-tratos e das doenças transmitidas pelos europeus, ocorreu o predomínio da mão de obra dos negros.

No aspecto da organização e da produção do trabalho, tinha-se uma grande unidade produtora executada por uma enorme quantidade de trabalhadores escravizados, os quais eram direcionados pelos proprietários das grandes lavouras açucareiras ou por intermédio dos feitores, constituindo na única organização coletiva do trabalho e da produção. Nessa época, era raro encontrar trabalhadores livres e quando localizados, estavam alocados nas funções de direção e nas atividades especializadas como: feitores, mestres, purgadores, caixeiros, dentre outros. Durante mais de um século e meio, aproximadamente até meados do século XVII, a atividade econômica brasileira estabeleceu-se nesse formato, período em que o Brasil foi considerado o maior produtor mundial de açúcar, com a Bahia e Pernambuco representando os pontos principais. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 37-39).

O Brasil também começou a cultivar o tabaco desde os primórdios do século XVII, em pequena escala, com o objetivo de custear o tráfico, tendo em vista que era utilizado para

adquirir os escravos da África e, da mesma forma, efetivou-se o desenvolvimento de outras culturas brasileiras. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 39).

A decadência do açúcar ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, devido ao interesse de outros países rivais em disputar a posição ocupada pelo Brasil, em decorrência da alta lucratividade que o produto proporcionava, uma vez que os europeus estavam dispostos a pagar preços elevados para a sua obtenção. (MARQUESE, 2018, p. 204).

Após a cultura da cana, segue-se, no início do século XVIII, a fase da mineração do ouro e do diamante, que transformou o espaço econômico e social da escravidão do Brasil demasiadamente. Os altos preços dos produtos justificavam a extração em locais despovoados do litoral. A mineração do ouro abrangeu três quartos de século e demandou atenção de Portugal, representando a maior parte do cenário econômico brasileiro. (MARQUESE, 2018, p. 206).

A mineração entra em declínio no final do século XVIII, ocasionada pelo próprio esgotamento das jazidas, o que pode ser depreendido da análise do propósito da coroa portuguesa em relação ao Brasil. Nunca houve o interesse em promover o desenvolvimento e o progresso da colônia, mas em retirar todos os benefícios possíveis até o esgotamento completo.

Outro fato a ser evidenciado foi o baixo nível intelectual das pessoas que povoavam a colônia, o que interferiu diretamente na economia brasileira, constituindo uma barreira para o desenvolvimento das atividades econômicas, a exemplo da cana-de-açúcar e da mineração, justificando o período do declínio dessas atividades. Restou evidente a ausência de interesse de Portugal em realizar melhoramentos técnicos para que houvesse o desenvolvimento e a perpetuação da atividade. A única preocupação da metrópole consistia no envio dos cobradores fiscais para receber os impostos sobre a atividade. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 60-61).

Em relação à extração dos diamantes, essa atividade desenvolveu-se concomitantemente com a do ouro e o Brasil foi considerado o principal produtor mundial desse mineral, possuindo o monopólio da produção. Tal como o ouro, também enfrentou o período de declínio devido à concorrência com os diamantes descobertos em outras áreas, o que acarretou a depreciação das pedras. Além disso, a dificuldade financeira enfrentada por Portugal, levou-o a ofertá-los em grande volume no mercado, reduzindo sobremaneira o lucro da atividade. Resta demonstrado, mais uma vez, o interesse eminentemente lucrativo com relação à colônia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 62-63).

Percebe-se que a economia brasileira foi baseada num sistema de empresa mercantil exploradora, cujo objetivo residia no suprimento do mercado internacional, por meio do

fornecimento de gêneros alimentícios específicos, em decorrência do clima tropical, que refletiu diretamente na formação social do país.

Sabe-se que durante os séculos XV e XVI, Portugal e Espanha possuíam a maior e melhor parte dos domínios territoriais. Após esse apogeu, emergem duas novas forças econômicas e políticas: Inglaterra e França, que passam a ocupar lugar de destaque no cenário internacional, em constante estado de batalha. Porém, foi esse estado de disputa que favoreceu a proteção dos impérios ibéricos, com as alianças firmadas entre Espanha e França, e entre Portugal e Inglaterra. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 123).

Na segunda metade do século XVIII, o sistema colonial entrou em crise, ao tempo em que ocorreu uma transformação expressiva com o surgimento do capitalismo industrial, dedicado exclusivamente à produção manufatureira, em substituição ao modelo econômico anterior, o capitalismo comercial. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 124).

O regime colonial passou a representar uma barreira intransponível ao desenvolvimento do Brasil. Como as forças produtivas do Brasil estavam no seu apogeu, em virtude das transformações econômicas experimentadas pelo mundo, o sistema de restrições comerciais imposto pela metrópole caiu por terra, ocasionando a abolição do monopólio do comércio externo. Foram essas ondas renovatórias que atuaram, diretamente, na transformação da antiga colônia numa nação autônoma. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 126).

Nesse contexto, tem-se como marco histórico a vinda da família real para o Brasil e o não desenvolvimento industrial, uma vez que as atividades desenvolvidas estavam concentradas no comércio colonial, que servia de base de sustentação da economia portuguesa. O surgimento do capitalismo industrial ocasionou a ruína do pacto comercial, evidenciando a posição antagônica frente aos monopólios existentes até então, o que impulsionou o acesso aos mercados consumidores, por países produtores de bens manufaturados, como a Inglaterra. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 126).

Da mesma forma, Marquese (2018, p. 207) afirma:

As implicações mais profundas das novas relações da escravidão brasileira com a economia-mundo industrial se verificam após o estabelecimento da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e a independência do país, em 1822. A articulação direta dos produtores escravistas brasileiros com o mercado mundial promovida pela chamada Abertura dos Portos estimulou notavelmente as exportações de açúcar, algodão, tabaco, arroz e couros, setores que já se encontravam bem consolidados no começo do século XIX. A grande novidade oitocentista veio, em realidade, com o arranque cafeeiro do vale do rio Paraíba do Sul.

A fixação da família real no Rio de Janeiro estimulou as atividades econômicas da colônia brasileira. A corte e o soberano promoveram a concentração da vida política, administrativa, econômica e financeira da metrópole, o que atraiu boa parte dos recursos para o Brasil. Além do desenvolvimento das atividades brasileiras, houve a criação de laços da família real e sua comitiva com a colônia, devido ao longo período em que permaneceu no território. Essas pessoas passaram a identificar, no Brasil, uma opção mais promissora do que o reino europeu devastado pela guerra. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 129-130).

Isso impulsionou a abertura dos portos brasileiros, ao contribuir decisivamente para o surgimento de uma nova fase de desenvolvimento, proporcionada pelo rompimento com o domínio metropolitano. O Tratado de Comércio e Navegação firmado com a Inglaterra, em 1810, serviu para solidificar essa situação, ao estabelecer que os produtos ingleses concorreriam com alguma vantagem sobre os produtos de Portugal. Some-se a isso, o fato desses produtos possuírem variedade e qualidade superior aos da metrópole. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 128).

Note-se que a abertura dos portos ocorreu num momento providencial, tendo em vista que o comércio com Portugal estava paralisado, provocando o desabastecimento da colônia. Assim, a abertura dos portos às nações unidas representou o impulso necessário à independência do Brasil, estimulando o desenvolvimento econômico do país com a construção de estradas, o melhoramento de portos e a introdução de novas espécies de vegetais. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 130-131).

Em que pese a importância inicial do trabalho indígena para a formação e o sustento da colônia, a mão de obra proveniente da África emerge como base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado. (FURTADO, 2007, p. 77).

A Característica semelhante presente nas diversas variedades de escravidão existentes no país foi o método desumano que reduz a pessoa em objeto, para a sua apropriação por outra pessoa. O escravo, nessa época mais remota, além de ser considerado um objeto, não tinha reconhecido qualquer direito enquanto sujeito, portanto, não era sujeito de direito.

Tem-se a manutenção da escravidão mesmo na época em que o tráfico negreiro foi extinto. Porém, os propósitos dessa extinção foram sentidos principalmente na redução da mão de obra nas lavouras, problema que aumentou progressivamente. Nessa época, a produção do café estava em evolução e a força de trabalho estava diminuindo consideravelmente. Dessa forma, a extinção do tráfico de escravos aprofundou as contradições do regime escravocrata. Para solucionar esse impasse, tem-se o início da imigração europeia. Houve um grande fluxo migratório por volta de 1850 de pessoas para trabalhar nas plantações de café, a fim de suprir as lacunas deixadas pela insuficiência de escravos. (PRADO JÚNIOR, 2006, P. 173-175).

Outro fato responsável pelos aspectos negativos da escravidão foi o surgimento da indústria manufatureira no Brasil. A força de trabalho escrava não foi aproveitada, a não ser para tarefas acessórias, sob a justificativa de que não eram aptos para os trabalhos delicados e complexos exigidos pelas atividades manufatureiras, além da vantagem em relação pagamento dos salários, que era muito inferior em comparação à aquisição de escravos. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 175).

O assunto da extinção da escravidão passou a ser pauta de reuniões políticas, isso porque a resistência dos negros despertava temor de revoltas por parte dos interessados na sua manutenção. Wlamyra Albuquerque (2018, p. 328) afirma que essa situação ficou evidente após a Revolta dos Malês na Bahia, em 1838. Foi justamente esse receio da disseminação dessas revoltas que impulsionou os políticos, jornalistas e autoridades a considerar o combate da escravidão, a fim de garantir a segurança dos brancos.

O movimento abolicionista ganhou forma e força, sendo liderado por homens negros como Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, entre outros. Dentre esses, é interessante trazer à baila a luta de Luís Gama, com destaque para o fato de que conquistas advém de muita luta, estudo e determinação. Luís é filho de um fidalgo português e uma negra africana, foi vendido pelo pai, passando a figurar como mais um na rota do tráfico. Primeiro foi despachado para o Rio, posteriormente para São Paulo. Conseguiu se alfabetizar e conquistou a sua liberdade, tornando-se literato e excelente jornalista. Ajudou, como rábula, na defesa de muitos escravos interessados em reivindicar as cartas de alforrias. Afirmava que a escravidão constituía um roubo por estar embasada na ilegalidade, uma vez que o tráfico de escravos havia sido proibido. (ALBUQUERQUE, 2018, p. 328-329).

Luís Gama passou a ser influente pela habilidade que possuía em transitar nos ambientes políticos e conseguir arregimentar pessoas de diversas castas sociais na luta contra a escravidão. Interessante trazer passagem de Albuquerque (2018, p. 329) que comprova o afirmado:

[...] A habilidade de Luís Gama para agir em diferentes arenas políticas e mobilizar sujeitos distintos na luta contra a escravidão ficou evidente no seu enterro em 1882, quando o cortejo fúnebre foi saudado com discursos realizados por bacharéis e políticos, mas também por operários e vendedores de rua; prontamente definidos pela imprensa como “gente do povo”. Nessa “arraia-miúda estavam alguns dos seus parceiros e interlocutores na luta pela causa da liberdade.

Desataque-se que, no período entre 1860 e 1880, houve um aumento de associações abolicionistas no Brasil⁴, sendo que “no ano de 1880 foi criada, na corte, a Sociedade Brasileira

⁴ Essas associações eram formadas por estudantes, advogados, engenheiros, médicos, pequenos comerciantes, jornalistas e demais profissionais de todos os níveis sociais. Dentre as associações podem ser citadas: a Sociedade

contra a Escravidão, inspirada na British and Foreign Society for the Abolition of Slavery”, integrada por dois negros abolicionistas que se destacaram: José Carlos do Patrocínio, o qual entendia que para eliminar a escravidão os fins justificavam os meios, podendo ser lícitos ou ilícitos, pouco importando a questão da legalidade; e André Rebouças, que defendia uma reforma nacional apta a melhorar as condições da vida dos libertos, por meio da concessão de terras e educação para todos. (ALBUQUERQUE, 2018, p. 331-332).

Após encerrados todos os processos de eliminação e de combate do tráfico ilegal dos africanos, passa-se a luta para a extinção da escravidão por meio da edição de leis emancipacionistas.

No período compreendido entre 1871 e 1885, intensificou-se o movimento de abolição, com a edição de duas leis importantes. A Lei do Ventre Livre de 1871, que objetivava a libertação de todos os filhos de escravas que nascessem após a vigência da lei. É importante salientar que para fazer jus à liberdade a criança deveria trabalhar, durante um período, para os senhores de suas mães como forma de indenização. A presente lei trouxe, em seu bojo, outros dispositivos além dos relacionados à liberdade, como a obrigação de fazer uma matrícula de todos os escravos e a autorização de alforria de todos os que não fossem matriculados. Esse ato de registro constituiu prova de propriedade, o que favoreceu os senhores. (MENDONÇA, 2018, p. 278).

Já a Lei dos Sexagenários de 1885, estabelecia que todos os escravos que tivessem mais de 60 anos teriam direito à libertação, porém antes de serem postos em liberdade deveriam laborar para seus senhores por um período de 3 anos, a título de indenização⁵. (MENDONÇA, 2018, p. 283).

Com relação às legislações em comento, Mendonça (2018, p. 284) aduz:

O estudo da legislação mostra, particularmente, que as leis emancipacionistas foram mobilizadas também por escravos, que as instrumentalizaram em favor de seus interesses e direitos. Homens e mulheres escravizados tornaram o judiciário um campo de luta social, um ambiente de militância e de expressão de suas demandas por liberdade.

Em 13 de maio de 1888, houve a promulgação da Lei Áurea, documento responsável por uma grande reforma política e social no século XIX. Porém, apesar da transformação,

Patriota Dois de Julho, em Pernambuco; a Sociedade Libertadora Sete de Setembro, na Bahia; a Sociedade Promotora da Emancipação dos Escravos, na Província do Rio Grande do Sul; e a Sociedade Manumissora Sobralense, no Ceará. (ALBUQUERQUE, 2018, 331).

⁵ Essa lei foi considerada retrógrada pelos abolicionistas, os quais entendiam que o objetivo da edição da lei foi conter o progresso do movimento abolicionista. Mesmo assim, o intento não foi alcançado uma vez que em 1887, a escravidão já estava com os dias contados. Em 1888, foi editada a Lei Áurea, por um processo legislativo rápido, responsável pela abolição da escravidão no país. (MENDONÇA, 2018, p. 283).

inúmeros integrantes dos movimentos abolicionistas entenderam que esse ato representou um passo à frente na luta pela liberdade e não o seu fim, porque o caminho seria longo até atingir a igualdade. (ALBUQUERQUE, 2018, p. 331-332).

Reside na imaginação de muitas pessoas que a abolição da escravatura, ocorrida em 1888, constituiu um divisor de águas nas relações de trabalho no Brasil em direção à modernidade, ao progresso e à civilização. Tal ideário não pode ser confirmado, uma vez que inexistiu nesse processo a configuração da liberdade jurídica apta a garantir direitos aos libertos. Na realidade, não houve alteração na vida, nem nas condições de trabalho dessas pessoas, as quais permaneceram precárias, ausentes de qualquer proteção legal, trabalhista e social. (CORD; SOUZA, 2018, p. 410).

Pode-se apontar uma gama de normatizações protetivas aos trabalhadores, considerados credores de direitos e garantias fundamentais e sociais, com fito de assegurar a dignidade desses indivíduos. Entretanto, tais proteções padecem de efetividade, o que será abordado nos tópicos seguintes.

A ideia de transição natural do trabalho escravo para o trabalho livre deve ser relativizada, devido a inexistência de um processo histórico impulsionado pelo desenvolvimento das relações de trabalho. O que realmente ocorreu após a abolição da escravatura foi a alteração de alguns aspectos no mercado de trabalho, porém a relação de trabalho continuou atrelada às pressões políticas, econômicas e sociais. (CORD; SOUZA, 2018, p. 412-413).

As leis de regulamentação do trabalho livre impuseram aos imigrantes um sistema de escravidão velada, isso pode ser depreendido das inexecuções contratuais por parte dos colonos que poderiam gerar em imposição de multas altas ou penas privativas de liberdade. (SCHWARZ, 2008, p. 110).

Essa é a realidade vivenciada pela sociedade brasileira durante todo o seu processo de ocupação e de colonização, com reflexos até os dias atuais, que ao colecionar uma infinidade de problemas, inclusive no que se refere ao estabelecimento de um constitucionalismo tardio, contribui para a inefetividade dos direitos fundamentais do trabalhador, responsável pela perpetuação do trabalho escravo no país.

Durante os ciclos econômicos vivenciados no Brasil, sempre se viu a construção de uma sociedade pautada na exploração das matérias primas e das riquezas, com o fim de gerar o enriquecimento daquele que possuía maior potencial econômico e tecnológico, o explorador, em detrimento do uso de trabalho humano não remunerado, coagindo o trabalhador a dar o seu

melhor em troca de quase nada, gerando uma total supressão ao reconhecimento da pessoa humana em seus direitos básicos e personalíssimos.

Essa cultura socioeconômica desenvolveu-se e estabeleceu-se sob essa perspectiva em todas as fases, desde a exploração dos indígenas, dos escravos trazidos da África, na sociedade feudal e, posteriormente, nos trabalhos desenvolvidos nas fábricas. Passando por todos os modos de produção e pela exploração dos bens que a terra oferecia, o explorador sempre buscou extrair o máximo em benefício próprio, maximizando seu lucro. Para que isso ocorresse, sacrificava ao máximo a mão de obra disponível, sem proporcionar qualquer condição mínima ao seu desenvolvimento, seja econômico, social ou cultural.

Nota-se que nunca houve o rompimento do vínculo escravocrata em nenhuma fase evolutiva da formação socioeconômica do Brasil. O que ocorreu foi uma mudança no formato escravagista, por meio da sua conformação com a evolução social do país e com os modelos econômicos postos. Esse fato é justamente o que diferencia a escravidão clássica da escravidão moderna, que será abordada posteriormente no tópico 2.3.

1.2 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS⁶ DOS TRABALHADORES NA ORDEM ECONÔMICA E NA ORDEM SOCIAL BRASILEIRA

As pessoas possuem carências e buscam satisfazê-las a todo momento. Como sujeito de necessidades, o ser humano sempre almeja a aquisição de bens econômicos na sociedade e, para isso, necessita de renda monetária disponível, o que também depende da capacidade de bens que a sociedade pode produzir, que por sua vez decorre de vários fatores, como o trabalho dos indivíduos, os recursos disponíveis, os métodos de produção, tudo condicionado aos padrões culturais de cada grupo humano. (BRITO, 2016, p. 15).

Da soma dos interesses individuais, que representa o interesse coletivo, surge o Estado, cujos fins atuais remontam ao dualismo: bem-estar social e desenvolvimento econômico. Assim compreendido, o Estado é um dos agentes de satisfação das necessidades humanas. (BRITO, 2016, p. 23).

⁶ Apesar da expressão direitos fundamentais estar sedimentada na doutrina e no ordenamento jurídico brasileiro, existem uma infinidade de termos utilizados como sinônimos, quais sejam: direitos dos homens ou direitos humanos, direitos individuais, liberdades públicas, direitos públicos subjetivos. Inexiste identidade absoluta em relação aos termos direitos fundamentais, direitos do homem ou direitos humanos. Assim, direitos fundamentais refere-se ao conjunto de direitos considerados num sistema normativo-constitucional específico, ao passo que direitos do homem ou direitos humanos são utilizados em tratados e convenções internacionais. (SILVA NETO, 2009, p. 623).

O Estado exerce um poder orientado a promover modificações dirigidas à totalidade ou a uma parte considerável da ordem social, consubstanciadas em funções estatais que se manifestam sob a intervenção direta e pela participação ativa do Estado nas funções da vida social, convertendo-se em produtor, comerciante ou distribuidor de bens, a fim de atender às necessidades vitais. Esse Estado é tipicamente intervencionista.

Mas nem sempre foi assim. O Estado e a função por ele exercida no seio social sempre esteve interligado a movimentos políticos, culturais e econômicos de um dado momento. Tais movimentos ideológicos influenciavam a forma de agir e as espécies de necessidades demandadas pelos indivíduos.

A Revolução Francesa, no campo econômico, gerou uma ruptura com a antiga ordem econômica fundada na concessão de privilégios aos senhores feudais, mantidos com uma política corporativa e de monopólios mercantilistas que excluía a classe burguesa do acesso à propriedade, ao trabalho, à produção e ao comércio de forma livre e autônoma. Constitui um dos marcos constitucionais responsável pelo estabelecimento da liberdade e da igualdade como princípios e garantias de todos os cidadãos. (SARMENTO, 2012, p. 59).

O liberalismo consagra-se como o movimento político, fundamentado no meio de produção de capital, onde as forças do mercado e a autonomia da vontade prevalecem como requisitos para a condução da atividade estatal. O Estado não intervém na economia, nem nas relações sociais, o que só é permitido com o objetivo de garantir os direitos fundamentais do indivíduo. (SARMENTO, 2012, p. 60).

O direito à propriedade passa a ser alcançado mediante a válida e existente relação contratual celebrada, e esta passa a adquirir a proteção estatal que garantia o seu nascimento com respeito à liberdade dos pactuantes. Essa liberdade corresponde não somente à autonomia plena de vontade, mas ao acesso a bens, riquezas e demais produtos do trabalho e da atividade econômica, em uma época influenciada pela ideologia do liberalismo, o qual prega o mínimo de intervenção estatal na atividade econômica.

Assim, o Estado somente está autorizado a intervir para garantir a proteção dos direitos fundamentais galgados por todos os cidadãos, dentre eles: a liberdade e seus reflexos, sendo, por essa razão, chamado de estado negativo, diante da inexistência de uma atuação estatal positiva em relação à atividade econômica privada. (MOREIRA, 1978, p.70).

O Estado encontra-se alicerçado na legalidade que limita a liberdade dos governados, ao tempo em que estabelece autorização para agir em consonância com o determinado pela lei. Assim, pode-se afirmar que o Estado Constitucional de Direito, em sua primeira manifestação, é legalista, representando a lei um produto racional e completo, não se admitindo a sua

complementação por parte do intérprete. Esse momento representa o surgimento do positivismo jurídico. (SARMENTO, 2012, p. 60).

Nessa época, concebe-se a igualdade e a liberdade no aspecto formal. O foco encontra-se muito mais nas liberdades econômicas do que nas liberdades existenciais. Tem-se a exclusão das classes marginalizadas, por não participarem das decisões políticas do Estado, muito menos da elaboração das normas jurídicas.

Apesar das mudanças ideais, principiológicas e garantidoras do respeito aos direitos fundamentais do cidadão advindos com a Revolução Francesa, uma nova ordem econômica é imposta. Essa nova ordem em que a propriedade e o contrato passam a ser integrados reflete uma nova ordem jurídica da economia. Ocorre que, nesse modelo liberal, o direito não regula a ordem econômica, uma vez que a propriedade e o contrato não são institutos econômicos e, por esse motivo, refletem a expressão natural de uma ordem jurídica social. (MOREIRA, 1978, p.70).

Acontece que, a par da proteção social trazida, o direito não procede à regulamentação dos reflexos econômicos dessa liberdade garantidora da autonomia da vontade e do direito de propriedade. O direito não se preocupa em saber o que acontece dentro das fábricas, como se processa a regulamentação do direito ao trabalho, como ocorrem as relações surgidas com a aquisição da força de trabalho. (MOREIRA, 1978, p.71).

Retrata-se uma economia capitalista com liberdade plena e que passa a adquirir sua própria identidade enquanto ordem econômica. Posteriormente, passa a ser construída uma ordem jurídica da economia como forma de regular a atividade econômica, por força de mudanças sociopolíticas desencadeadas durante o Estado liberal, responsável pelo surgimento do chamado Estado social. (MOREIRA, 1978, p.71).

Essa combinação da ordem econômica com a jurídica decorre do desenvolvimento de relações naturais advindas da produção econômica, onde se discute a divisão dos trabalhos entre os sujeitos que dela participam. Como essas relações pessoais estão sujeitas à regulação do direito, e como o sistema social está adstrito, nessa visão ideológica do capitalismo liberal, à satisfação das necessidades materiais dos sujeitos, inevitavelmente, o Estado sente a necessidade da regulação dessa atividade econômica, devido ao próprio dinamismo da ciência jurídica em recompor os desequilíbrios sociais.

No século XX, a liberdade individual cede espaço aos contratos coletivos, inseridos na ordem social com o aparecimento dos sindicatos de trabalhadores, como representantes do operário. Essas transformações passaram a ser corroboradas por muitos países europeus, surgindo assim uma nova ordem constitucional fundada no Estado social.

Dois marcos jurídicos são importantes nessa relativização da ordem liberal: a Constituição do México de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919. A partir delas, e culminando com os reflexos socioeconômicos ocasionados pela Primeira Guerra Mundial, começam a aparecer os cartéis e os trustes, gerando a consequente regulamentação dos preços de tabela, deixando a barganha econômica de fazer parte da livre disposição de vontade. (MACHADO, 2016, p. 123-124).

Durante o século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, o Estado brasileiro não tem como manter uma política eminentemente liberal, afastada do campo social e coletivo. Enquanto os demais países seguem uma tendência de maior participação estatal na atividade econômica, como forma de alcançar os ditames da justiça social, no Brasil não pode ser diferente.

Os acordos de domínio de mercado passam a ser coibidos (legislação antitruste norte-americana: *Clayton act*, 1896), uma vez que a economia de mercado não mais reflete a ordem jurídica liberal da livre concorrência e livre iniciativa. (MOREIRA, 1978, p. 85-86). O desemprego, a inflação e todas as consequências econômicas advindas da Primeira Guerra fazem com que o Estado passe a adotar medidas de recuperação do modelo jurídico liberal ideal defensor da liberdade.

O Estado desenvolve uma ordem jurídica para realizar a justiça social e fornecer a cada um as condições necessárias a uma vida digna e pleno desenvolvimento de sua personalidade, aludindo ainda a outros meios necessários ao alcance desse objetivo, como a prestação de serviços permanentes de assistência social, saúde, proteção ao trabalho, dentre outros. Assim, a transformação do Estado liberal em Estado social reflete, na ordem econômica, a própria transformação social e jurídica de acordo com a realidade da época.

Diante dos reflexos econômicos, fruto da mudança da conjuntura dos modelos sociais para atender aos interesses coletivos, torna-se imprescindível a intervenção estatal no domínio econômico, devendo o estado guiar as relações econômicas, como forma de fazer respeitar os direitos e garantias fundamentais do indivíduo, conquistados no movimento ideário que culminou com a Revolução Francesa.

Para isso, é necessário que o Estado pense de forma coletiva e geral, na defesa dos interesses do indivíduo, a partir da sua integralização e harmonia social. Essa ordem econômica, nas palavras de Rodrigo César de Oliveira Marinho (2011, p. 84), significa:

A referência ao conjunto de normas postadas no ordenamento jurídico que tomam de maneira macro as atividades econômicas como matéria prima para o nascimento de relações jurídicas, as quais estão direcionadas para a regulação da economia segundo os valores que cada sociedade pretende preservar.

Já Eros Grau adota o significado de ordem econômica como parte da ordem jurídica. Diz que a ordem econômica consiste no “[...] conjunto de princípios jurídicos de conformação do processo econômico.” (GRAU, 2007, p. 68).

Observa-se que no Brasil, a concepção que parece mais influente é a trazida por Eros Graus, uma vez que, inspirada na Constituição de 1917 do México e na de 1919 de Weimar, a Constituição de 1934 atrela valores correspondentes ao Estado Social, e, daí por diante, todas as demais Constituições brasileiras passam a trazer prescrições relativas aos direitos sociais que geram repercussão no mundo econômico.

A partir de então, inicia-se a consolidação à proteção dos direitos dos trabalhadores, o qual alcança seu ápice após a Segunda Guerra Mundial, com as Constituições francesa, italiana e alemã.

A Constituição de 1824⁷ restringe os direitos individuais e políticos. No entanto, não traz uma rubrica “Declaração de Direitos”. Há omissão quanto aos direitos sociais, mesmo diante da abolição das corporações de ofício, sob a justificativa do direito à liberdade de exercício de ofícios e profissões. Marcada pela divisão de poderes com base na teoria quadripartida, concentra nas mãos do Imperador, exercido pelo Poder Moderador, a maioria dos poderes, limitando a autonomia dos poderes locais. (DELGADO, 2015, p.69).

Com a Constituição de 1891, estabelece-se a forma de Estado Federal, de cunho liberal e excludente, além do sistema de governo presidencialista, marcadamente autoritário. Seu Título IV, Seção II dispõe sobre “Declaração de Direitos”, assegurando aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança e à propriedade. No entanto, são mantidas uma série de restrições em relação aos direitos políticos, vigendo um modelo de Estado liberal garantidor de direitos de primeira

⁷ Em que pese a doutrina majoritária reconhecer que os direitos sociais começaram a ser tutelados no texto constitucional em 1934, verifica-se que, de forma embrionária, a Constituição de 1824, já fazia referência ao direito à saúde, à educação, aos socorros públicos, a admissão de trabalho, instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, consoante o disposto no art. 179 e incisos da Constituição de 1824. (BRASIL, 1824, art. 179).

geração somente a alguns segmentos privilegiados, dado à conjuntura histórica da época, altamente elitista. Com isso, as liberdades de associação e reunião, presentes nessa Constituição, estão autorizadas a sofrer restrições sob o argumento de manutenção da ordem pública. (DELGADO, 2015, p. 69).

O art. 72, § 24 do texto Constitucional de 1891 estabelece a liberdade em relação exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial. O Congresso Nacional não possui competência para legislar sobre essa temática, o que favorece a imposição das condições de trabalho exploradoras pelo patronato.

Com a ideologia do Estado liberal e da crescente revolução do capital, marcado pela revolução industrial, a migração dos trabalhadores para as fábricas torna-se cada vez maior. Isso conduz os detentores dos meios de produção e do capital a explorar os trabalhadores nas fábricas, os quais são desprovidos de garantias sociais, sendo constantemente submetidos a longas jornadas de trabalho. Os trabalhadores, então, começam a se reunir para lutar pelos direitos sociais, época em que os primeiros sindicatos foram formados.

A partir de 1930, com a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, institui-se um Estado centralizador corporativo-assistencialista, influenciado pela constitucionalização dos direitos sociais, no início de século XX. A promulgação da Constituição Brasileira de 1934 apresenta, em seu texto, os direitos sociais. Considerada, pela doutrina majoritária, a primeira Constituição a inserir normas jurídicas referentes à ordem econômica e social, sendo a maioria de caráter programático. (DELGADO, 2015, p. 70).

Além de conter um título especial para a “Declaração de Direitos”, inscreve não só os direitos e garantias individuais, mas também os de nacionalidade e os políticos. Essa Constituição também incorpora um título denominado “Da Ordem Econômica e Social”, na esteira das Constituições pós Primeira Guerra Mundial, reconhecendo os direitos econômicos e sociais do homem.

Nesse aspecto, quando relaciona os direitos e garantias individuais, a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, acrescenta a inviolabilidade aos direitos à subsistência, elevando-os, em seguida, à categoria de direitos fundamentais do homem. (SILVA, 2011, p. 171).

Sob o aspecto trabalhista, a Constituição de 1934 garante o direito ao salário mínimo, à isonomia salarial, à jornada de oito horas de trabalho, ao repouso semanal remunerado, às férias anuais remuneradas, a proibição do trabalho noturno para os menores de quatorze anos, a proibição de trabalho insalubre para os menores de dezoito anos e para as mulheres, instituiu a pluralidade e autonomia sindicais, dentre outros. (SILVA, 2011, p. 171).

Mas a partir de 1935, com o Estado de Sítio decretado por Getúlio Vargas, sobrevém a Constituição outorgada de 1937, promovendo um Estado unitário, centralizador e autoritário. Com ela, alguns retrocessos são instalados, a exemplo da não menção ao princípio da isonomia salarial, da proibição da greve. Garante a liberdade de associação, mas reserva ao Estado o reconhecimento dos sindicatos. Introduce o imposto sindical obrigatório. (SILVA, 2011, p. 171).

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT é aprovada em 1943, por meio do Decreto-lei n. 5.452. Apesar de sua promulgação ter se dado sob a égide da Constituição de 1937, constitui um passo progressivo na busca da proteção jurídica dos trabalhadores. (SILVA, 2011, p. 172).

A partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil busca uma redemocratização política, reinserindo alguns direitos suprimidos pelo Estado Novo, com avanços significativos pela efetivação dos direitos civis e ampliação dos direitos sociais e individuais.

Por conseguinte, há a necessidade de se elaborar um novo diploma constitucional e, em 1946, surge a primeira Constituição Brasileira a dispor sobre a dignidade da pessoa humana, afirmando que a todos devem ser assegurado um trabalho que possibilite existência digna. (DELGADO, 2015, p. 72). Em seu título IV, ao dispor sobre a “Declaração de Direitos”, traz um capítulo voltado para a nacionalidade e a cidadania e outro para os direitos e garantias individuais. No *caput* do art. 141, em relação aos direitos e garantias individuais, não inclui o direito a subsistência, colocando, em seu lugar, o direito à vida.

O direito à subsistência localiza-se no parágrafo único do art. 145 da Constituição, em comento, assegurando um trabalho que proporcione uma existência digna a todos os indivíduos. Constata-se, também, da mesma forma que nas Constituições seguintes de 1967 e 1969, os direitos econômicos e sociais, mais bem estruturados do que na Constituição de 1934, em dois títulos: um sobre a ordem econômica e outro sobre a família, a educação e a cultura. O Título II cuida da declaração dos direitos em cinco capítulos: I- Da Nacionalidade; II- Dos Direitos Políticos; III- Dos Partidos Políticos; IV- Dos Direitos e Garantias Individuais; V- Das Medidas de Emergência, Do Estado de Sítio e do Estado de Emergência. (SILVA, 2011, p. 171).

Mais uma vez, evidencia-se uma curta passagem do novel texto constitucional, uma vez que, com o golpe militar de 1964, o país passa a ser regido por uma série de atos institucionais (AI) e, em 1967, publica-se uma nova Constituição, revalidada pelo Ato Institucional n. 5 de 1969. Essa Lei Suprema pauta-se no autoritarismo e na supremacia do Poder Executivo, corroborando com a restrição dos direitos políticos e civis, bem como com a proibição de qualquer manifestação de cunho social. Paradoxalmente, mantém os direitos trabalhistas

previstos nas Constituições anteriores, definindo a composição do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais.

A Constituição de 1969⁸, mantém e amplia os dispositivos relacionados às garantias individuais e aos direitos sociais da Constituição de 1967.

Os movimentos políticos, sociais e culturais pela volta da democratização do país, no início da década de 1980, impulsionaram a promulgação de uma nova Carta Constitucional democrática, em 1988. Foi um marco histórico-político para o desenvolvimento da democracia no país. Trouxe a prevalência da pessoa humana em seu interior, a partir da inserção de direitos e garantias individuais e sociais, reforçando a defesa da cidadania. Com relação ao direito fundamental ao trabalho, valores expressos foram colocados em sua defesa, como a dignidade da pessoa humana, justiça social e valor social do trabalho.

Abre-se com um título sobre os princípios fundamentais, introduzindo o Título II- Dos Direitos e Garantias Fundamentais, nele incluindo os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (capítulo I), os Direitos Sociais (capítulo II), os Direitos da Nacionalidade (capítulo III), os Direitos Políticos (capítulo IV) e os Partidos Políticos (capítulo V). O Título VII- Da Ordem Econômica e Financeira e o Título VIII- Da Ordem Social, onde se localizam os conteúdos dos direitos sociais referidos no capítulo II do Título II.

Em meio às mudanças socioeconômicas ocorridas desde o início do século XX, amplia-se a preocupação com os direitos fundamentais do cidadão, uma vez que a intervenção do Estado no domínio econômico se torna insuficiente para proteger direitos voltados a resguardar a dignidade da pessoa humana, na concepção de um ser social.

Para atingir um maior equilíbrio e harmonia na convivência do homem em sociedade, outros direitos precisam ser garantidos, o que não ocorre com a simples intervenção estatal, mas com uma atuação direta na atividade econômica, bem como reguladora, cuja finalidade reside no fato de se alcançar uma proteção difusa.

Carlos Augusto Alcântara Machado⁹ (2016, p. 124) menciona que tais direitos se inspiram nos valores da solidariedade e englobam o direito à paz, ao meio ambiente e à autodeterminação dos povos, enfatizando que a proteção a esses novos direitos configura uma

⁸ Também conhecida por Emenda Constitucional nº 1/69 foi imposta pelos militares, em 24 de janeiro de 1969. Ela reproduziu todo o texto constitucional da Carta de 1967 com alteração de alguns dispositivos. Essa Constituição ampliou a centralização do poder e o autoritarismo.

⁹ O doutrinador Carlos Augusto Alcântara Machado (2017, p. 217) em sua obra intitulada "A Fraternidade como Categoria Jurídica: fundamentos e alcance", assevera que a categoria da fraternidade encontrou sua razão original no cristianismo, porém o objeto do seu estudo centra-se na perspectiva jurídica.

nova forma de atuação do Estado na ordem econômica e na ordem social, conhecida como o Estado fraternal¹⁰.

Nesse sentido, o autor aduz que:

[...] os modelos liberal e social do Direito e do Estado não mais atendem as necessidades do mundo contemporâneo. A sociedade espera que novos direitos sejam garantidos pelo ordenamento, visando à concretização da fraternidade. Isso, em razão da nova compreensão de que a fraternidade se revela agora, como premissa, condição e equilíbrio da liberdade e da igualdade. (MACHADO, 2016, p. 135).

Embasado nos ensinamentos de Carlos Ayres Britto¹¹, Carlos Augusto Alcântara Machado (2017, p. 218) pontua que se vivencia "[...] o nascimento de uma importante fase na evolução do constitucionalismo: do clássico liberal para o conquistado social e agora, do social para o fraternal [...]". Afirma, ainda, que o constitucionalismo atinge “a etapa fraternal de sua existência”, evidenciando a necessidade de concretização do desenvolvimento e do meio ambiente ecologicamente equilibrado¹².

Com o estabelecimento do constitucionalismo fraternal, o direito à fraternidade passa a ser inserido nas Constituições de diversos países como na portuguesa, na italiana e na francesa. Oportuno, por conseguinte, apontar o avanço da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao assumir o compromisso com o constitucionalismo fraternal, sedimentado no seu preâmbulo, quando enfatiza a necessidade da construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos¹³. (MACHADO, 2016, p. 126 e 127).

¹⁰ Em que pese solidariedade e fraternidade serem utilizadas como termos sinônimos por muitos doutrinadores, possuem significações distintas. Assim, necessário se faz apresentar a diferenciação realizada pelo Carlos Augusto Alcântara Machado (2017, p. 205-207), ao afirmar a fraternidade transcende a caridade presente na solidariedade, não podendo ser compreendida nos limites práticas assistencialista do Estado e da sociedade, com o objetivo de atender as necessidades dos menos favorecidos. Assim, a fraternidade suplanta o sentimento de solidariedade, definindo-se como um "espaço de reconhecimento de responsabilidade social com o outro, responsabilidade identificada não como uma faculdade ou como uma ação voluntária espontânea, mas como um dever jurídico; uma responsabilidade ativa".

¹¹ Carlos Ayres de Freitas Britto inaugurou a expressão Constituição Fraternal na doutrina brasileira (MACHADO, 2016, p. 127). É jurista, advogado, magistrado, professor e poeta brasileiro. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2003 a 2012. Presidiu o STF e Conselho Nacional de Justiça em 2012. Foi professor da Universidade Federal de Sergipe.

¹² O assunto referente à concretização do Desenvolvimento será abordado, em momento posterior, no capítulo 4.

¹³ O autor esclarece o que vem a ser uma sociedade fraterna ao afirmar “fraterna, mesmo que pluralista; fraterna, pois sem preconceitos; fraterna, porquanto harmoniosa socialmente”. Disponível em: http://www.catedrachiaralubich.org/uploads/artigos/artigos_2014-09-02_artigocatedracarlosaugustoafraternidade.comocategoriaconstitucional_pdf_03b03683446f910878038adeedd6d007.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

Nesse liame, o Carlos Augusto Alcântara Machado (2016, p. 127) assevera que a Constituição de 1988, por meio do compromisso assumido no preâmbulo, promove a positivação do princípio da fraternidade ao dispor que:

Resgatou o legislador constituinte o princípio esquecido da fraternidade, incorporando-o à Constituição do Brasil de 1988 ao lado da liberdade e igualdade. Conclamou a todos os que estivessem submetidos à ordem jurídica nacional a comprometerem-se com a construção de uma sociedade fraterna.

Mas há uma chave a ser utilizada e um caminho a ser seguido para evitar o desvio de rota. Não sem razão a Constituição brasileira consagrou como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito – o mais importante de todos – a *dignidade da pessoa humana*. Dignidade, que, transcende, inclusive, os limites da irradiação jurídica da soberania estatal.

Evidencia-se, dessa forma, que a dignidade da pessoa humana retrata um valor supremo que se reflete por todo o conteúdo de princípios e demais direitos fundamentais inerentes à pessoa, reverberando-se não só no plano individual, mas também no social e no econômico. Reflexos nos campos econômico e social verificam-se nos arts. 170¹⁴ e 193¹⁵ da CF/88, quando determina que a ordem econômica deve estar fundamentada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, devendo garantir a existência digna dos indivíduos e que a ordem social tenha como objetivos o bem-estar e a justiça sociais. Tais artigos devem ser analisados consonância com os arts. 3º¹⁶ e 1º¹⁷ que tratam dos objetivos e fundamentos da República Federativa do Brasil, respectivamente.

Em diversas passagens, o texto Constitucional enfatiza diversos bens jurídicos que deseja proteger, ora priorizando a realização da justiça social, como a melhoria das condições sociais da população, buscando a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais como objetivo fundamental da República; ora como um dos princípios da ordem econômica, a exemplo da livre iniciativa e dos valores sociais do trabalho.

Dessa forma, percebe-se que a Lei Maior trilhou um caminho contrário ao liberalismo, ao não deixar que a organização da vida econômica e social ficasse a critério do mercado.

¹⁴ BRASIL. CF/88. Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...]

¹⁵ BRASIL. CF/88. Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

¹⁶ BRASIL. CF/88. Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

¹⁷ BRASIL. CF/88. Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

Procurou articular a ordem econômica e social de acordo com os objetivos e fundamentos nela apontados. Observa-se que para se alcançar o bem-estar social e a dignidade, as pessoas não dependem somente das suas condutas individuais, ou da proteção a esses direitos, mas também, da realização de políticas públicas e das normas jurídicas que favoreçam o alcance da justiça social.

O valor social do trabalho está inserido na Constituição Federal de 1988 como fundamento do Estado Democrático de Direito, muito importante para as políticas públicas estatais no alcance do bem-estar dos seres humanos. Inova ao trazer um capítulo próprio para os direitos trabalhistas, anteriormente inseridos no âmbito da ordem econômica e social. Apresenta inovações, também, em relação aos direitos fundamentais, como a definição da proteção à intimidade e à imagem, a indenização por dano moral, a ampla proteção conferida à imprensa de um modo geral e o repúdio à censura, a equiparação dos homens e mulheres em direitos e obrigações, a expressa rejeição à tortura e a tratamentos desumanos, o racismo e a qualquer tipo de discriminação, prescrevendo, ainda, a proteção ao direito do consumidor. (DELGADO, 2015, p. 76).

Os direitos concernentes ao trabalhador, tanto no âmbito urbano quanto no rural, encontram-se disposto no Texto Constitucional de 1988. Equiparou o direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de equiparar o direito dos trabalhadores avulsos àqueles que possuem vínculo empregatício. Aumentou o direito dos trabalhadores domésticos, conforme previsto em seu art. 7º, parágrafo único. Sob o aspecto coletivo, houve incentivo à organização sindical e ao cooperativismo, com a previsão da autonomia sindical, da negociação coletiva e do direito de greve.

A intervenção do Estado no domínio econômico passa a ser conhecida como a fase do dirigismo econômico, onde o interesse público se sobrepõe ao interesse privado eminentemente capitalista. É uma forma de atender aos reclamos da ordem social disposta na Constituição Federal, diminuindo a desigualdade entre os indivíduos, assegurando o respeito às garantias fundamentais e o exercício da atividade econômica de forma equilibrada.

O Estado interventor, promotor de políticas públicas voltadas a atender os direitos sociais fundamentais, insculpidas na Ordem Constitucional, estabelece, do ponto de vista normativo, as regras capazes de tornar eficazes os direitos fundamentais.

Em que pese a inserção de uma gama de direitos fundamentais na ordem jurídica constitucional, a aplicabilidade desses direitos não se efetiva de forma satisfatória. É nesse contexto que se analisará as causas da inefetividade desses direitos fundamentais, a fim de que se vislumbre a possibilidade da construção de caminhos para a concretização desses direitos.

1.3 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E “O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO TARDIO”

A expressão “constitucionalismo tardio”¹⁸ está ligada a evolução histórico-constitucional brasileira, associada diretamente a ideia de cultura constitucional, que corresponde a comportamentos que visam resguardar a vontade da Constituição, buscar a maior efetividade dos princípios e normas constitucionais e propagar o conhecimento da Constituição. (SILVA NETO, 2016, p. 19).

Para o autor, esse fenômeno não se explica tão somente pelo surgimento de constituições recentes, mas pela ausência de uma cultura constitucional que leva à ineficácia social dos textos constitucionais, de forma que o constitucionalismo tardio impede a efetividade dos valores e princípios presentes na Constituição. (SILVA NETO, 2016, p. 20).

Diante dessa afirmação, depreende-se que a inefetividade dos direitos sociais dos trabalhadores decorre justamente da ausência de uma cultura constitucional que não foi desenvolvida na sociedade brasileira em razão do “constitucionalismo tardio decorrente de causas históricas, políticas e jurídicas”. (SILVA NETO, 2016, 19).

Antes de adentrar na abordagem das causas para a compreensão do fenômeno “Constitucionalismo tardio”, torna-se necessário evidenciar a incompletude da constitucionalização do direito, no sentido de que ainda falta um longo caminho a ser percorrido. E um desses caminhos refere-se ao alcance da efetividade dos direitos fundamentais, especialmente dos direitos sociais do trabalhador, a fim de que este seja capaz de realizar suas próprias escolhas para a obtenção de uma vida digna. A efetivação desses direitos leva ao respeito do princípio da dignidade da pessoa humana, princípio fundante e estrutural do ordenamento jurídico constitucional.

Em relação às causas históricas tem-se a ausência de pertencimento das comunidades que aqui se instalaram para o povoamento, em razão do modelo de organização social imposto pelo colonizador. O objetivo do povoamento restringiu-se a exploração dos recursos naturais disponíveis no Brasil para o acúmulo de riquezas dos colonizadores. Nunca houve um projeto de desenvolvimento na colônia. Na realidade, o que ocorreu foi o envio de uma variedade de grupos sociais para realizarem a retirada das riquezas naturais, acarretando a “consolidação de

¹⁸ O título do presente tópico refere-se à expressão do doutrinador Manoel Jorge e Silva Neto, que intitula sua obra, “O constitucionalismo brasileiro tardio”, a qual servirá de base para o desenvolvimento da análise da inefetividade dos direitos sociais. Note-se que a ideia de a constitucionalização do direito ter ocorrido tardiamente pertence a Luiz Roberto Barroso, em seu texto Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). Barroso, 2006, p. 13-100.

sentimento de repulsa e indignação quanto ao sistema normativo” e a consequente “falta de consciência constitucional”. (SILVA NETO, 2016, p. 35).

A colonização no Brasil estruturou uma sociedade original mercantilista, com a seleção de populações marginalizadas, como indígenas e africanos escravizados, cuja mão de obra fora utilizada na agricultura para o abastecimento do comércio exterior. O processo de colonização mercantilista gera reflexos nos aspectos econômicos e sociais da sociedade brasileira até os dias atuais. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 22-23).

Segue-se como causa histórica a figura do homem cordial¹⁹, “avesso aos formalismos e ritualísticas do âmbito público”. Aquele que mistura os seus interesses sociais com o interesse público. Não tem a distinção da questão familiar e da gestão da coisa pública, o que afasta a sociedade do ideal de constituição, ao afrontar todos os princípios estabelecidos no art. 37 da CF/88. (SILVA NETO, 2016, p. 37).

Finalmente, o personalismo também constitui causa histórica responsável pela ausência de uma cultura constitucional sólida no Brasil, responsável pela fragilidade das estruturas partidárias, uma vez que os representantes políticos passam a ser escolhidos de modo personalista, o que dificulta a renovação partidária. (SILVA NETO, 2016, p. 38).

De acordo com as possíveis causas políticas, a pouca compreensão do que a democracia representa para os operadores do direito afeta a consciência constitucional no Brasil, ocasionando o descrédito da população em relação às instituições públicas que estruturam o Estado, no âmbito dos três poderes. E os reflexos dessa cultura antidemocrática podem ser evidenciados na forma de elaboração e na aplicação das leis, especialmente na ausência de consciência do real sentido e valor do texto constitucional. (SILVA NETO, 2016, p. 40).

Como possível causa jurídica do fenômeno Constitucionalismo tardio, tem-se o individualismo jurídico assimilado pela Escola da Exegese originária do direito francês, a qual privilegia o texto legal, devendo esse ser a única preocupação do jurista. No Brasil, os juristas também passaram a seguir os valores individualistas incorporados a essa escola, uma vez que a visão individualista do direito está dissociada dos valores constitucionais relativos aos interesses da coletividade. (SILVA NETO, 2016, p. 46).

A Constituição prevê uma série de valores voltados ao interesse social, comportamental, intervencionista, os quais dirigem a economia e estabelecem regras que visam atingir

¹⁹ O “homem cordial” trata-se de expressão cunhada pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, que retrata como a família patriarcal no Brasil contribuiu para a formação do homem cordial, como sendo o indivíduo que não é capaz de separar o público do privado, que não consegue reconhecer a impessoalidade do Estado. Disponível em: <https://fontehistorica.wordpress.com/2011/05/30/o-homem-cordial/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

determinados fins voltados para o desenvolvimento social, dentre eles: a valorização do trabalho, a solidariedade, a liberdade, a proteção ao meio ambiente dentre outros.

É papel importante do Estado realizar políticas públicas para alcançar o cumprimento desses valores constitucionais, os quais atendem a uma mudança histórica inaugurada com o Estado social, como meio de se resgatar a liberdade e a igualdade tolhidas com o avanço do Estado liberal.

Compreende-se, assim, que o distanciamento dos valores coletivos significa corroborar para a inefetividade dos direitos sociais, configurando um retrocesso na interpretação constitucional, cuja visão individualista não se conforma com os fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil.

Pertinente às consequências jurídicas, tem-se a interpretação constitucional que exige, contemporaneamente, métodos que fogem a ótica do direito comum. Torna-se necessária uma interpretação especializada devido à especificidade e hierarquia do texto constitucional. (SILVA NETO, 2016, p. 50).

A inadequada interpretação constitucional gera a inefetividade dos direitos fundamentais, cuja fragilidade na sua efetivação está ligada a falta de consciência constitucional. Nesse sentido, verifica-se que há uma diminuta importância dada a Constituição de 1988 por parte da comunidade jurídica em geral. (SILVA NETO, 2016, p. 50).

O retardo na interpretação do texto constitucional, contribui para o não alcance do respeito aos direitos fundamentais do trabalhador migrante, uma vez que ao não atingir os valores e princípios dispostos na Constituição Federal, inerentes à valorização do trabalho, a livre iniciativa e a sua existência digna, apontam para a ausência de garantia dos direitos fundamentais desses trabalhadores.

Torna-se necessário buscar a efetivação dos direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal, a fim de promover um amplo conhecimento do conteúdo do texto constitucional e a realização de políticas estatais que possam dar cumprimento a um tratamento isonômico, digno e valorativo à pessoa e à atividade laboral desenvolvida pelo migrante, de forma que possa se sentir acolhido e respeitado na sociedade a qual deseja se integrar.

Direitos fundamentais sociais e políticas públicas são duas faces da mesma moeda, uma vez que para se dar efetividade àqueles é imprescindível a intervenção estatal. O Estado deve realizar ações que efetivamente alcancem os objetivos constitucionais, com condutas discursivamente possíveis. Na Constituição brasileira, os direitos fundamentais sociais estão configurados na forma de princípios, devendo ser cumpridos da melhor forma possível, mediante a análise dos outros princípios e regras.

Acrescente-se, também, que impera na seara internacional a superação da crença de que os direitos sociais, econômicos e culturais não constituem direitos legais. Trata-se de direitos acionáveis por serem autênticos direitos fundamentais, tornando-o exigíveis, além de reclamar a devida observância e respeito. Representam direitos, devendo ser reivindicados como tal, por não estarem associados a ideia de caridade ou generosidade. (PIOVESAN, 2010, p. 101).

Para milhares de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, os direitos fundamentais sociais lhes devem ser garantidos como condições existenciais mínimas, para que possam desfrutar de uma existência digna, de acordo com o preceituado na Constituição Federal. Por essa razão, esses direitos fundamentais devem ser cada vez mais concretizados pela atuação estatal. Entretanto, para que essa concretização se realize da melhor e mais otimizada forma possível, deve-se dar relevância ao processo democrático, onde todos tenham amplo e irrestrito acesso ao exercício da cidadania reivindicativa, participando como intérpretes da Constituição, como afirma Häberle,

(...) no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculados todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sendo possível estabelecer-se um elenco cerrado ou fixado com *numerus clausus* de intérpretes da Constituição. (HÄBERLE, 1997).

Dessa forma, a participação ativa do cidadão na reivindicação dos seus direitos fundamentais sociais, pelo processo democrático, buscando a efetividade da interpretação dos valores e princípios constitucionais voltados ao cumprimento dos fundamentos e objetivos da República do Brasil contribui de forma eficaz para o aprimoramento e concretização planejada da atuação estatal de forma a garantir efetivamente os direitos fundamentais sociais.

Importante a inserção do trabalhador migrante no mercado de trabalho em condições dignas, a fim de que seus direitos fundamentais sejam respeitados e possam gozar das mesmas prerrogativas que os demais trabalhadores. Dessa forma, evita-se que sejam submetidos a um tratamento diferenciado em razão da sua origem, cultura, condição econômica, fatores que os colocam em estado de vulnerabilidade e contribui para que sejam alvo fácil para serem submetidos à condição análoga à de escravo.

Percebe-se que os indivíduos externam total indiferença em relação às possibilidades do texto constitucional. O primeiro passo para alterar essa realidade é trazer para discussão as causas e efeitos que contribuem para a falta de consciência constitucional no Brasil. A partir daí, pode-se visualizar uma trajetória a ser perseguida visando o resgate desse sentimento constitucional.

Dessa forma, é possível pensar e apontar caminhos para o enfrentamento da inefetividade dos direitos fundamentais sociais dispostos na Constituição Federal, que contribui para a disseminação de condutas na sociedade, que desembocam na exploração laboral e desrespeito à dignidade da pessoa humana. Um desses caminhos corresponde à promoção de políticas públicas que se conforme com as finalidades sociais e econômicas dispostas na Constituição, as quais serão abordadas em momento posterior.

A intervenção estatal é imprescindível para alcançar a concretização dos direitos fundamentais sociais, com a realização de ações que efetivamente alcancem os objetivos constitucionais mediante um tratamento isonômico, digno e valorativo à pessoa e à atividade laboral.

Os cidadãos devem participar ativamente na reivindicação dos seus direitos fundamentais sociais, contribuindo com a efetividade da interpretação dos valores e princípios constitucionais voltados ao cumprimento dos fundamentos e objetivos da República do Brasil, auxiliando de forma eficiente para o aprimoramento e a concretização da atuação estatal de forma a garantir a efetividade dos direitos fundamentais sociais.

Importante a inserção do trabalhador migrante no mercado de trabalho em condições dignas, a fim de que seus direitos fundamentais sejam respeitados e possam gozar das mesmas prerrogativas que os demais trabalhadores. Dessa forma, evita-se que sejam submetidos a um tratamento diferenciado em razão da sua origem, cultura, condição econômica, fatores que os colocam em situação de vulnerabilidade, transmutando-os em alvo fácil para serem submetidos à condição análoga à de escravo.

2 A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

A exploração do homem como objeto existe desde os tempos mais remotos da humanidade. No Brasil, desde o seu descobrimento, essa exploração sempre teve como fundamento servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico, trazendo como consequência um sistema de desequilíbrio social.

As injustiças e as desigualdades sociais, portanto, refletem-se na própria formação econômica do país, colocando o indivíduo em posição de submissão, resvalando em labor em condições análogas à escravidão nos tempos mais modernos.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, o que ocorreu de forma gradativa devido a questões econômicas, época em que o país dispunha apenas da mão de obra escrava para realizar a maioria das atividades laborativas. A Lei Áurea decretou o fim da escravidão em 13 de maio de 1888, entretanto o trabalho em condições análogas à de escravo persiste até a atualidade.

A escravidão moderna adquire nova roupagem ao não estar diretamente ligada à imagem de pessoas acorrentadas em senzalas, apresentando como traço identificador, principalmente, o cerceamento do direito de ir e vir, o qual pode assumir tanto a forma física como a psicológica.

Nesse aspecto, Kevin Bales (2012, p.4), sociólogo americano, descreve a escravidão moderna, ao afirmar:

Slavery is a booming business and the number of slaves is increasing. People get rich by using slaves. And when they've finished with their slaves, they just throw these people away. This is the new slavery, which focuses on big profits and cheap lives. It is not about owning people in the traditional sense of the old slavery, but about controlling them completely. People become completely disposable tools for making money²⁰.

O governo federal admite a existência do trabalho escravo contemporâneo em 2015, ano em que assume um compromisso perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com a celebração de um acordo de solução amistosa, reconhecendo a sua responsabilização, quando se compromete a implementar medidas concretas para o seu combate.

Diante dessa situação, o Estado brasileiro tem empreendido esforços no sentido de cumprir o disposto no referido acordo. Entretanto, os agentes envolvidos na prevenção e no combate dessa prática vivenciam inúmeros problemas, sendo que um deles está ligado à sua

²⁰ A escravidão constitui um negócio em expansão e o número de escravos aumenta a cada dia. Pessoas enriquecem utilizando a mão de obra escrava. E quando essas pessoas não possuem mais utilidade para elas, são descartadas. Essa é a escravidão moderna, com foco nos grandes lucros e vidas baratas. Não se trata de possuir pessoas no sentido tradicional da escravidão de outrora, mas sim em exercer o controle sobre essas pessoas escravizadas. As pessoas tornam-se ferramentas descartáveis para a obtenção de dinheiro. (Tradução Livre).

definição, por trazer consigo termos abertos que geram interpretações divergentes. Esse fato dificulta um consenso na significação do fenômeno e contribui para a realização de atuações diferentes entre os agentes envolvidos na erradicação do problema.

2.1 O TRABALHO ESCRAVO NOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

A supressão da escravidão ganha força por meio da luta contra o tráfico negreiro, no final do séc. XVIII. O processo abolicionista foi efetivado por meio de normatizações internacionais, sendo o primeiro documento legal, o Tratado de Paris de 1814, elaborado para proibir o tráfico negreiro nas colônias pertencentes à Inglaterra e à França.

A Convenção sobre a Escravatura/1926 é considerada o primeiro instrumento de proteção a favor da erradicação do trabalho escravo, a qual foi emendada pelo Protocolo Suplementar em 1953. Em 1956, surge a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, destinada a intensificar os esforços nacionais e internacionais, que visam abolir a escravidão, o tráfico de escravos e as práticas análogas à escravidão. Ambos os instrumentos foram promulgados pelo Decreto n. 58.563/1966. Tal convenção utiliza o próprio termo escravidão para se referir ao ato de sujeição de uma pessoa sobre outra quando apresenta a definição de trabalho escravo.²¹

Importante destacar a preocupação da normatização internacional, em comento, em tutelar a liberdade como um direito pertencente a todo o ser humano. Encontra-se em consonância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, no sentido de reconhecer a impossibilidade de submissão de qualquer pessoa à escravidão ou servidão, bem como a proibição da escravidão e o tráfico de escravos em todas as suas formas. Ademais, está de acordo com a Convenção n. 29/1930 da OIT sobre Trabalho Forçado, a seguir delineada²².

A Convenção de 1926, na seção I, trata das instituições e práticas análogas à escravidão, estabelecendo a obrigação dos estados-partes de empreenderem quaisquer medidas, inclusive

²¹ Artigo 7º Para os fins da presente Convenção: §1. "Escravidão", tal como foi definida na Convenção sobre a Escravidão de 1926, é o estado ou a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem todos ou parte dos poderes atribuídos ao direito de propriedade, e "escravo" é o indivíduo em tal estado ou condição. §2. "Pessoa de condição servil" é a que se encontra no estado ou condição que resulta de alguma das instituições ou práticas mencionadas no artigo primeiro da presente Convenção. §3. "Tráfico de escravos" significa e compreende todo ato de captura, aquisição ou cessão de uma pessoa com a intenção de escravizá-la; todo ato de aquisição de um escravo para vendê-lo ou trocá-lo; todo ato de cessão, por venda ou troca, de uma pessoa adquirida para ser vendida ou trocada, assim como, em geral, todo ato de comércio ou transporte de escravos, seja qual for o meio de transporte empregado.

²² De acordo com o preâmbulo da Convenção sobre a Escravatura de 1926, emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura de 1956.

legislativas, a fim de promoverem, progressivamente, a supressão da escravidão. É nessa secção que se refere à servidão por dívida, servidão, escravidão por casamento forçado, como também a de crianças e adolescentes como formas análogas à escravidão²³.

Tal normatização prossegue tratando da escravidão, das instituições e das práticas análogas à escravidão na seção III, com vistas a proibir quaisquer atos referentes à mutilação; à marcação de pessoa submetida à escravidão com ferro ou qualquer outro processo de identificação; ao ato de incitação para a alienação da liberdade e de incitação para que alguém se submeta a condição servil.

A Convenção n. 29/1930 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), denominada Convenção sobre Trabalho Forçado, trata da erradicação do trabalho forçado ou obrigatório, em todas as suas formas e foi promulgada pelo Decreto n. 41.721/1957. Apresenta a definição de trabalho forçado ao mencionar ser o trabalho exigido de uma pessoa sob ameaça de punição ou aquele com a ausência de voluntariedade²⁴.

A presente convenção excetua da definição de trabalho forçado os que forem exigidos por meio das leis sobre o serviço militar obrigatório; os que figurem como obrigações cívicas; os provenientes de condenações judiciais, a serem realizados sob a supervisão de autoridades públicas; os que exijam força maior, decorrentes de guerra, acidentes ou ameaça desses, como é o caso de epidemias, incêndios, inundações, fome, entre outros dessa natureza; e, os comunitários, para cumprimento de obrigações cívicas, desde que a população possa se pronunciar sobre a real necessidade desses trabalhos.

Em 2014, a Convenção n. 29/30 passa por um processo de atualização com a elaboração do Protocolo de 2014, dispondo sobre o tráfico humano como forma moderna de escravidão e, da Recomendação n. 203/2014, com orientações técnicas a respeito da sua implementação. Observe-se que esses instrumentos não foram ratificados pelo Brasil.

²³ Art. 1º, § 1. A servidão por dívida, isto é, o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desse serviço não for limitada nem sua natureza definida; § 2. A servidão, isto é, a condição de qualquer um que seja obrigado pela lei, pelo costume ou por um acordo, a viver e trabalhar numa terra pertencente a outra pessoa e a fornecer a essa outra pessoa, contra remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem poder mudar sua condição. (...) Uma mulher é, sem que tenha o direito de recusa, prometida ou dada em casamento, mediante remuneração em dinheiro ou espécie entregue a seus pais, tutor, família ou a qualquer outra pessoa ou grupo de pessoas; (...) § 7. Toda instituição ou prática em virtude da qual uma criança ou um adolescente de menos de dezoito anos é entregue, quer por seus pais ou um deles, quer por seu tutor, a um terceiro, mediante remuneração ou sem ela, com o fim de exploração da pessoa ou do trabalho da referida criança ou adolescente.

²⁴ OIT. CONVENÇÃO N. 29/30. Art. 2º, § 1. Em consequência da presente Convenção, a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” designa todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo, sob ameaça de uma pena qualquer e para o qual esse indivíduo não se oferece voluntariamente.

O Protocolo de 2014 estabelece a obrigatoriedade dos Estados-membros de adotar medidas efetivas para a prevenção e a supressão desse fenômeno, além de promover à proteção das vítimas por meio do acesso às ações legais adequadas para a compensação da violação de seus direitos humanos e responsabilização dos autores de tais práticas. Além disso, os membros da Convenção de 1930 devem elaborar uma política nacional e um plano de ação para efetivar o combate da exploração escravocrata. Enfim, reafirma a definição do trabalho forçado ou obrigatório contida nela.

Importante evidenciar o conteúdo das medidas a serem adotadas para a prevenção do trabalho escravo presentes no Protocolo de 2014, como a educação, com o objetivo de suprir a vulnerabilidade das vítimas; a educação dos próprios empregadores, com o fito de evitar futuro envolvimento nessa prática por desconhecimento do fenômeno; o incremento dos serviços de inspeção no trabalho; a proteção dos trabalhadores migrantes, especialmente no sentido de evitar práticas abusivas e enganosas no momento do recrutamento e a promoção de ações com a finalidade de apontar as causas e fatores que geram a situação de escravização, para facilitar o seu enfrentamento.

A Recomendação sobre trabalho forçado n. 203/2014 promove a atualização da Convenção n. 29/1930 e estabelece medidas complementares de acompanhamento para a efetiva supressão do trabalho forçado. Relaciona como executar as medidas protetivas devidamente harmonizadas com o respeito, a promoção e a realização dos princípios e direitos fundamentais do trabalho; da liberdade de associação e negociação coletiva; da realização de programas anti-discriminação, de iniciativas educacionais de combate ao trabalho infantil e demais medidas para a pronta realização dos objetivos desse Protocolo e da Convenção, a qual está vinculado.

Em 1950, a comunidade internacional é chamada para enfrentar novos problemas relacionados a imposição de trabalho forçado no cenário colonial e fora dele, especialmente para fins políticos no período entre as duas Guerras Mundiais. Essa época data a existência de sistemas do trabalho servil em vários países, contexto responsável pelo surgimento da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão de 1956, da ONU e da convenção n. 105/1957, da OIT. (SCHWARZ, 2008, p. 107-108).

Destarte, a Convenção n. 105/1957, promulgada pelo Decreto n. 58.822/1966, intitulada Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, é elaborada com vistas a tutelar outras proposições referentes a abolição de formas de trabalhos forçado ou obrigatório violadoras dos direitos humanos, ao coibir o trabalho forçado ou obrigatório como forma de coerção ou de

educação política; como forma de disciplina no trabalho; como castigo devido à participação em greve e como discriminação²⁵.

A Declaração Universal de Direitos Humanos/1948 - DUDH estabelece a proibição do trabalho escravo nos artigos IV e V, no sentido de ser inadmissível a escravidão, a servidão, como também o tráfico de escravos, a tortura e o tratamento cruel, desumano e degradante²⁶. Não apresenta uma definição para o trabalho escravo, apenas refere-se à proibição da escravidão e tráfico de pessoas.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica de 1969), promulgada pelo Decreto n. 678/1992, protege a integridade física em seu art. 5º e proíbe a escravidão e a servidão no art. 6º. Apesar de não apresentar uma definição expressa do trabalho escravo, esta pode ser extraída do art.6º, incisos 1 e 2, como sendo o trabalho executado que afete a dignidade, bem como a capacidade física e intelectual do trabalhador.²⁷

Da análise das normatizações colacionadas acima, percebe-se uma variedade de termos empregados para se referir ao trabalho escravo, quais sejam: escravidão, trabalho forçado ou obrigatório, servidão, no sentido de restringir a liberdade. Entretanto, em virtude da evolução social, econômica e jurídica, deve-se ter em mente que essa liberdade abrange a liberdade ambulatorial, a psicológica, a de escolha e a econômica²⁸.

Com a edição da Declaração Universal de Direitos Humanos/48, incorpora-se ao cerceamento da liberdade, a proteção da dignidade humana, que pode ser depreendido do preâmbulo ao reconhecer a dignidade como um valor inerente a todo ser humano e a proteção dos direitos humanos em detrimento ao império das leis²⁹.

²⁵ OIT. CONVENÇÃO N. 105/57. Art. 1 Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar essa Convenção, compromete-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso: a) como medida de coerção, ou de educação política ou como sanção dirigida a pessoas que tenham ou exprimam certas opiniões políticas, ou manifestem sua oposição ideológica à ordem política, social ou econômica estabelecida; b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; c) como medida de disciplinar mão de obra; d) como punição por participação em greves; e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

²⁶ ONU. DUDH. Artigo IV Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas; Artigo V Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

²⁷ OEA. CADH. Art. 6.1. Ninguém pode ser submetido a escravidão ou a servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as suas formas. 2. Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa da liberdade acompanhada de trabalhos forçados, essa disposição não pode ser interpretada no sentido de que proíbe o cumprimento da dita pena, imposta por juiz ou tribunal competente. O trabalho forçado não deve afetar a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.

²⁸ Para fins de terminologia adotada por esta pesquisa, utilizar-se-á os termos escravidão contemporânea, escravidão moderna e redução da pessoa a condição análoga à de escravo como sinônimos, a corresponder tanto o cerceamento da liberdade como à afronta a dignidade humana.

²⁹ ONU. DUDH. Preâmbulo. Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

A Declaração/48 introduz a concepção contemporânea de direitos humanos no sistema internacional, o que representa o marco inaugural do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Logo em seguida, surgem discussões de como tornar eficaz o rol de direitos previstos em seu corpo, decidindo-se por sua juridicização, a qual foi realizada com a elaboração de dois tratados internacionais no âmbito das Nações Unidas. (PIOVESAN, 2015, p. 176).

Tais tratados são o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos – PIDCP e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC, os quais relacionam, detalhadamente, os direitos integrantes da DUDH, reforçando a natureza jurídica de preceitos legais obrigatórios e com força vinculante. (PIOVESAN, 2015, p. 176). Tais pactos foram ratificados pelo Brasil mediante os Decretos n. 592/92 e n. 591/92, respectivamente.

Ambos combatem o trabalho escravo. O PIDCP prevê a proibição desse fenômeno no art. 8º, incisos 1, 2 e 3³⁰. Proíbe, também, o tráfico de escravos e relaciona hipóteses em que não são consideradas esse tipo de trabalho. O PIDESC tutela o trabalho decente nos arts. 6º e 7º, ao garantir aos indivíduos um trabalho digno, apto a assegurar o seu sustento e de sua família, a liberdade de escolha do trabalho, bem como a observância da legislação protetiva desses direitos em âmbito nacional e internacional³¹.

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum, Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

³⁰ ONU. PIDCP. §1. Ninguém poderá ser submetido à escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, ficam proibidos. §2. Ninguém poderá ser submetido à servidão. a) ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios; b) a alínea "a" do presente parágrafo não poderá ser interpretada no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente; c) para os efeitos do presente parágrafo, não serão considerados "trabalhos forçados ou obrigatórios": 1. qualquer trabalho ou serviço, não previsto na alínea "b", normalmente exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial ou que, tendo sido objeto de tal decisão, ache-se em liberdade condicional; 2. qualquer serviço de caráter militar e, nos países em que se admite a ...menção por motivo de consciência, qualquer serviço nacional que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência; 3. qualquer serviço exigido em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade; 4. qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

³¹ ONU. PIDESC. §1. Os Estados Membros no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito. §2. As medidas que cada Estados Membros no presente Pacto tomará, a fim de assegurar o pleno exercício desse direito, deverão incluir a orientação e a formação técnica e profissional, a elaboração de programas, normas técnicas apropriadas para assegurar um desenvolvimento econômico, social e cultural constante e o pleno emprego produtivo em condições que salvaguardem aos indivíduos o gozo das liberdades políticas e econômicas fundamentais. Artigo 7º Os Estados Membros no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis, que assegurem especialmente: 1. Uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores; 2. Um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção; em particular, as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens e perceber a mesma remuneração que eles, por trabalho igual; 3. Uma existência decente para eles e suas famílias, em conformidade com as 4 disposições do presente Pacto; 4. Condições de trabalho seguras e higiênicas; 5. Igual oportunidade para todos de serem

Nesse diapasão, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ratificada pelo Decreto n. 678/1992, estabelece que o trabalho forçado ou obrigatório não pode violar a dignidade do indivíduo³².

Percebe-se, claramente, nas normatizações internacionais a proibição da conduta de reduzir a pessoa à condição de escravo. Trata-se de normas de *jus cogens*, considerada como obrigação *erga omnes*, constituindo uma ação que a Comunidade Internacional possui interesse no seu cumprimento. Destarte, torna-se importante tecer breves considerações a respeito da condenação do Brasil, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, pelo descumprimento das normas proibitivas.

2.1.1 Condenação do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos: Caso Fazenda Brasil Verde

A temática sobre a escravidão contemporânea constitui um assunto em evidência que transcende o âmbito interno do país para alcançar o cenário internacional. A comunidade internacional possui o interesse em combater essa prática desumana.

Nesse toar, apresenta-se breves considerações sobre o caso da Fazenda Brasil Verde, enviado à Corte Interamericana de Direito Humanos em março 2015, com sentença proferida em 30 de novembro de 2016, posto que o Brasil não cumpriu com as recomendações estipuladas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, presentes no acordo de solução amistosa³³.

Trata-se da responsabilidade internacional do Brasil por violações da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em um contexto no qual vários trabalhadores foram submetidos à redução análoga à escravidão, no período correspondente ao final do ano de 1988 e início de 1989. As vítimas, alvos do delito, são indivíduos que se encontram em condições de extrema vulnerabilidade devido à escassez de recursos para uma vida digna. Logo, são pessoas que vivem em extrema pobreza.

Após o processamento do caso, a Corte condena o Brasil pela violação dos Direitos Humanos por permitir a escravidão e por ter se omitido no que diz respeito à proteção das

promovidos, em seu trabalho, à categoria superior que lhes corresponda, sem outras considerações que as de tempo, de trabalho e de capacidade; 6. O descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim como a remuneração dos feriados.

³² OEA. CADH. Art. 6.2 Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa da liberdade acompanhada de trabalhos forçados, essa disposição não pode ser interpretada no sentido de que proíbe o cumprimento da dita pena, imposta por juiz ou tribunal competente. O trabalho forçado não deve afetar a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso.

³³ Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH. Relatório 169/11. Caso n. 12.066. Admissibilidade e Mérito. Fazenda Brasil Verde / Brasil. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/2015/12066FondoPt.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

vítimas. Trata-se da primeira condenação do Brasil na jurisdição contenciosa da Corte Interamericana pela existência do trabalho escravo em seu território.

O reconhecimento da proibição do trabalho escravo como norma de *jus cogens* é evidenciado na sentença. Tal normatização possui uma qualidade normativa superior e de obrigação erga omnes, por representar uma situação que a Comunidade Internacional tem interesse no cumprimento da proibição. Esse reconhecimento constitui num dos principais pontos da decisão, considerado o momento em que se materializa a consagração da proibição absoluta da escravidão pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. (PAIVA; HEEMANN, 2017, p. 626).

A fixação dos elementos para o conceito de escravidão contemporânea na sentença proferida pela Corte, rechaça o conceito clássico da escravidão, reconhecendo a evolução conceitual, uma vez que não se limita à propriedade sobre uma pessoa, passando a estabelecer dois elementos para desenvolver o conceito: 1) o estado ou condição de um indivíduo, em que não há mais a necessidade da existência de um documento formal ou de normatização jurídica para a sua caracterização; 2) o exercício de algum dos atributos do direito de propriedade, quando um indivíduo detém a posse sobre a vítima, atingindo tanto a sua liberdade de locomoção quanto a própria autonomia da pessoa. Esses atributos da propriedade devem ser entendidos como o controle exercido sobre uma pessoa que lhes restrinja ou lhe prive significativamente sua liberdade individual, com a intenção de exploração. (PAIVA; HEEMANN, 2017, p. 628).

A Corte estabelece que a prescrição prevista no ordenamento brasileiro é incompatível com a obrigação do Estado de adaptar as suas normas internas de acordo com os padrões internacionais. Nesse aspecto, a prescrição não pode ser invocada em face a uma norma de *jus cogens*, como é o caso do crime de escravidão. Identifica a violação do art. 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos, reconhecendo a imprescritibilidade do fato delituoso. Declara a imprescritibilidade da escravidão e de suas formas análogas, determinando que o Brasil compatibilize a sua legislação à decisão internacional proferida, a fim de garantir a imprescritibilidade do crime de redução da pessoa à condição análoga à de escravo. (PAIVA; HEEMANN, 2017, p. 629).

Verifica-se que o Brasil se empenha para cumprir os dispositivos da sentença condenatória internacional. Nesse aspecto, menciona-se a reabertura do caso para a devida apuração e responsabilização dos responsáveis pelas práticas escravocratas. A Procuradoria da República/PA instaura o Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.005.000177/2017-62, com o objetivo de retomar as investigações criminais do caso Brasil Verde em março de 2017.

O Procurador da República responsável pelo caso, Igor da Silva Spindola, consegue localizar 72 das 80 vítimas, as quais estão residindo em diversos estados brasileiros, como: Piauí, distrito Federal, Pará, São Paulo, Mato Grosso, Ceará, Maranhão, Minas gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Em novembro de 2017, o procurador da República solicita a criação de uma força-tarefa para auxiliar na investigação, tendo em vista que o fato constitui caso grave e de difícil elucidação, bem como solicita à Procuradora-Geral da República que fosse autorizada a realização da reconstrução do processo penal referente ao caso, por se tratar de exigência da CIDH.

Raquel Dodge, na época, Procuradora-Geral da República, assina a Portaria nº 1326 em dezembro de 2017, determinando a criação de força-tarefa composta por quatro procuradores para atuar investigação criminal acima discriminada, a fim de apurar os crimes praticados³⁴.

Percebe-se que a sentença da Corte Interamericana reforça a constatação da necessidade da promoção de políticas públicas ligadas à educação, ao combate à discriminação de raça e de gênero, ao acesso ao direito ao pleno desenvolvimento, a erradicação de todas as demais mazelas que atingem a dignidade do ser humano.

2.2 O TRABALHO ESCRAVO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

O governo federal reconhece a existência do trabalho escravo contemporâneo em 1995, por meio do Acordo de Solução Amistosa realizado com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, momento em que assume um compromisso perante a OIT no sentido de envidar esforços e medidas concretas para o combate e a erradicação do trabalho escravo, sendo considerado um dos primeiros países a reconhecer oficialmente esse fenômeno em seu território.

O marco emblemático para o reconhecimento de formas modernas de escravidão no Brasil data de 1995, consoante o evidenciado acima, mediante o caso de José Pereira, quando é denunciado, junto à Corte Internacional, violações aos dispositivos legais da Declaração Americana sobre Direitos e Obrigações do Homem e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ocorridas numa determinada fazenda, localizada no sul do Pará. O Brasil reconhece

³⁴ Para um aprofundamento no assunto e constante atualização, acessar: <http://www.mpf.mp.br>. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/entenda-o-caso-_fazenda-brasil-verde.pdf. Acesso em: 24 maio 2018.

a sua responsabilidade diante desse caso, comprometendo-se a assinar um Acordo de Solução Amistosa, o qual é assinado no dia 18 de setembro de 2003.³⁵ (OIT/ILO, 2010).

A caracterização do trabalho escravo moderno transcende o cerceamento da liberdade de locomoção, ao englobar, também, o aniquilamento da dignidade da pessoa humana, além de constituir uma conduta que atinge o trabalho decente, o qual deve ser garantido a todos os trabalhadores. Quando o trabalho decente é assegurado a todos os indivíduos, não há o que se falar em escravidão. Nesse toar, devem ser preservados os direitos mínimos do trabalhador, essenciais para a preservação da sua dignidade. (BRITO FILHO, 2017, p. 41).

A partir dessa ideia, José Cláudio Monteiro Brito Filho (2017, p. 43) apresenta uma definição de trabalho decente³⁶, considerando ser antítese do trabalho escravo, que constitui um norte importante para todas as ações que visam combater essa prática desumana. Assim, afirma que:

Trabalho decente [...] é o conjunto mínimo de direitos do trabalhador, necessários à preservação de sua dignidade, e que corresponde: à existência de trabalho, à liberdade de trabalho; à igualdade de trabalho; ao trabalho em condições justas, incluindo a remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho da criança e restrições ao trabalho do adolescente; à liberdade sindical; e à proteção contra os riscos sociais.

Nessa linha de raciocínio, há a possibilidade de traçar uma relação do trabalho escravo contemporâneo com a percepção de remuneração não adequada à existência digna do indivíduo. Resta evidente que um salário que não atenda às necessidades básicas da pessoa humana constitui séria afronta à dignidade da pessoa humana.

O direito ao salário justo encontra-se intimamente ligado aos princípios fundamentais consagrados na Ordem Constitucional, como: dignidade da pessoa humana; valorização social do trabalho e da livre iniciativa; e justiça social, os quais são considerados imprescindíveis ao atendimento das necessidades essenciais do trabalhador na sua dimensão individual e social. E constitui um elemento integrante da definição de trabalho decente, representando um direito

³⁵ Em setembro de 1989, José Pereira juntamente com seu colega de trabalho, apelidado de Paraná, tentaram fugir da fazenda de Espírito Santo, localizada na cidade Sapucaia, no sul do Pará/Brasil. Foram emboscados por trabalhadores portando fuzil, responsáveis pela vigilância ostensiva, quando acertaram a mão de José e ceifaram a vida de Paraná. Ato contínuo, José fingiu-se de morto e foi jogado com seu amigo na rodovia PA-150, aproximadamente, vinte quilômetros da cena do crime. José dirigiu-se à fazenda mais próxima e pediu ajuda, sendo encaminhado para um hospital. Denunciou o ocorrido à Polícia Federal, bem como as condições de trabalho estabelecidas na fazenda em que trabalhava. A Polícia Federal efetuou o resgate dos 60 trabalhadores, sendo que os pistoleiros empreenderam fuga. A Comissão Pastoral da Terra, Organização da Igreja Católica, responsáveis pela defesa dos direitos humanos e da reforma agrária; como, também, as organizações não-governamentais Center for Justice and International Law (Centro pela Justiça e o direito Internacional) e Human Rights Watch encaminharam a denúncia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 22 de fevereiro de 1994.

³⁶ Esse tema será explorado no próximo capítulo, tópico 3.4.

fundamental a ser assegurado ao trabalhador. (SILVA, 2013, pág. 43)

Para Julpiano Chaves Cortez (2015, p. 18), o trabalho em condições análoga à de escravo é caracterizado tanto pela supressão da liberdade do trabalhador no momento em que este desenvolve a sua atividade laborativa, quanto pela afronta ao seu direito de escolha e aceitação do trabalho e suas características, ao ser submetido a jornadas exaustivas e a condições degradantes de trabalho, com desrespeito à sua dignidade.

Para Cortez (2015, p. 19), “como os direitos fundamentais têm por objetivo a proteção da dignidade da pessoa humana, a lesão ao direito fundamental de liberdade, na sua mais ampla concepção, viola o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.”

Com base nesses ensinamentos, verifica-se que a violação à liberdade não pode ser entendida apenas como o cerceamento do direito de ir e vir, posto que nos remete à escravidão de outrora, em que havia a desconsideração do ser humano como sujeito de direitos, por não reconhecer a sua capacidade de escolha.

Assim, o trabalho escravo contemporâneo afeta a capacidade de escolhas do trabalhador e a sua autodeterminação enquanto pessoa, decorrentes da violação dos seus direitos básicos, especialmente no que diz respeito ao trabalho digno. (CHAVES; GOUVEIA FILHO, 2017, p. 86).

O direito fundamental ao trabalho digno é considerado, pela ordem internacional³⁷ e interna³⁸, um direito de indisponibilidade absoluta, no que se refere ao trabalhador exercer sua atividade com condições de trabalho justas e favoráveis, a fim de que possa subsistir dignamente. Para isso, as normatizações internacionais evidenciam um patamar civilizatório universal de direitos, dentre os quais estão: a remuneração apta a assegurar condição de existência digna, a segurança e a higiene no trabalho, a proteção ao trabalho e emprego, os períodos de descanso e lazer, a limitação das horas de trabalho, a remuneração dos feriados, o direito de greve, de organizarem sindicatos e de se filiarem ou não a eles. (DELGADO, 2015, p. 187-188).

Dessa forma, verifica-se que o trabalho escravo surge quando esses direitos básicos do trabalhador não são atendidos, ainda que de forma razoável. No Brasil, a proibição dessas práticas encontra-se tuteladas, principalmente, na Constituição Federal e no Código Penal Brasileiro, cujos dispositivos passam a ser relacionados.³⁹

³⁷ ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Arts. XXIII, XXIV e XXV; PIDCP, art. 22; PIDESC, art. 7º; Pacto São José da Costa Rica, arts. 5º, 6º e 26 e Protocolo de San Salvador, arts. 6º, 7º e 8º.

³⁸ Consolidação das Leis do trabalho – CLT, arts. 9º, 444 e 468.

³⁹ Há, ainda, as Normas Regulamentares de Segurança e Saúde do Trabalhador – NRs, de observação obrigatória pelos empregadores, cujos descumprimentos ensejam a aplicação de penalidades. Importante evidenciar que nem

De acordo com o ordenamento jurídico pátrio, tem-se o art. 5º, incisos III e XLVII da Constituição Federal/88 que veda o tratamento desumano ou degradante e estabelece a proibição de trabalhos forçados⁴⁰.

Acrescente-se a recente alteração do art. 243 da Lei Suprema pela Emenda Constitucional nº 81, de 2014, passando a prever a expropriação de propriedades rurais e urbanas onde forem encontradas práticas escravocratas, assim como a apreensão de todo e qualquer bem de valor econômico encontrados nessas terras.⁴¹ Apesar de se tratar de norma de eficácia limitada, essa disposição constitucional adveio com o objetivo de ser mais um mecanismo para ensejar a erradicação do trabalho em condição de escravidão contemporânea.⁴²

O Código Penal Brasileiro reprime o crime de redução da pessoa à condição análoga à de escravo no art. 149, alterado pela Lei n. 10.803/2003. Assim, esse dispositivo criminaliza as práticas de trabalhos forçados, o cerceamento da liberdade por isolamento geográfico ou dívida, o trabalho com jornadas exaustivas e condições degradantes, por considerá-las maneiras de reduzir o indivíduo à escravidão⁴³.

Estudos da Organização Internacional do Trabalho, mediante o seu escritório sediado no Brasil, manifesta-se em relação à redação do art. 149 do Código Penal:

Com uma definição mais clara de “trabalho escravo”, as leis nacionais relativas à exploração do trabalho puderam atender às características específicas do trabalho forçado no Brasil, ao mesmo tempo em que contemplaram as disposições das convenções da OIT que visam abolir a prática de trabalho forçado no mundo. Desse

mesmo os trabalhadores podem se recusar, injustificadamente, de cumpri-las, por estarem cometendo ato faltoso. A obrigatoriedade de observância dessas normas pelos sujeitos da relação de trabalho decorre do Princípio da Proteção do Trabalhador, o qual protege direitos indisponíveis desses indivíduos, referentes à segurança e à saúde.

⁴⁰ BRASIL. CF/88. III—ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; XLVII—não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) de caráter perpétuo; c) de trabalhos forçados.

⁴¹ BRASIL. CF/88. Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração do trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

⁴² O Projeto de Lei nº 432/13, que visa regulamentar a EC nº 81/2014, também é considerado um retrocesso, posto que intenciona excluir a jornada excessiva de trabalho e a condição degradante de trabalho do conceito legal do trabalho escravo contida no art. 149 do Código Penal brasileiro.

⁴³ BRASIL. CPB. Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou de objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local do trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança e adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

modo, é o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) e a convenção da OIT nº 29 que fornecem um amparo legal necessário às ações de combate ao trabalho escravo no Brasil. (OIT/ILO, 2010, p. 35)⁴⁴.

Resta evidente que a conceituação trazida pelo Código Penal Brasileiro se encontra em total harmonia com as normatizações internacionais contra trabalhos forçados, devidamente ratificadas pelo Brasil, por se complementarem para respaldar a atuação do Brasil no enfrentamento das práticas escravagistas.

Ressalte-se que o Brasil reconhece a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH, em 1998, bem como a do Tribunal Penal Internacional em 2002, incorporando um sistema universal de proteção dos direitos humanos. Dessa forma, a interpretação do termo *trabalho escravo* não pode estar em desarmonia com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo país, o que abre a possibilidade de questionamentos perante a Corte IDH ou outros organismos internacionais, a exemplo da OIT, a fim de que seja impelido ao cumprimento da interpretação fixada internacionalmente na busca da máxima efetividade dos direitos humanos. (RAMOS, 2016, p. 392).

Decerto que a alteração do artigo 149 do Código Penal, por meio da Lei n. 10.803/2003, contribuiu para a ampliação do bem jurídico protegido, uma vez que não se restringiu a especificar o cerceamento da liberdade de locomoção do trabalhador, passando a incluir as condições degradantes de trabalho e as jornadas exaustivas de trabalho como modalidades modernas de configuração do delito em análise, o que demonstra nitidamente, a referida ampliação em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana.

É sob essa perspectiva que André Estefam (2018, p. 363) dispõe:

O escopo da norma é a garantia da liberdade pessoal de deambulação, de estar em determinado espaço físico conforme a própria vontade, enfim, do direito de ir, vir e ficar. Além disso, tutela-se a *dignidade* do homem, profundamente atingida quando este é subjugado por alguém, sendo transformado em mera propriedade do agente.

Brito Filho (2018, p. 88) aponta que mesmo após alguns anos de vigência do dispositivo alterado, subsistem posições divergentes, principalmente, entre os agentes que atuam no combate do trabalho escravo, o que contribui para beneficiar empregadores que exploram as

⁴⁴ As modificações realizadas no art. 149 do CPB constitui parte da execução do acordo Solução Amistosa assinado entre o Brasil e a Comissão Pastoral da Terra, Center for Justice and International Law (Centro pela Justiça e o direito Internacional) e Human Rights Watch, momento em que o Brasil se comprometeu a envidar esforços para que o crime de redução da pessoa a condição análoga à de escravo fosse processado e julgado como crime. Em que pese as alterações terem contribuído para a punição desse crime, as penas continuaram muito baixas, não acatando a sugestão do 1º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, consoante Relatório CEJIL de 2007, dificultando a sua erradicação. (OIT/ILO, 2010, p. 53).

forças humanas do trabalhador em desrespeito à sua dignidade. Salienta que antes da alteração normativa a posição dominante da doutrina e jurisprudência apontava que o bem jurídico tutelado era a liberdade de locomoção, o que se justificava pelo fato do dispositivo legal trazer a proibição de forma genérica “Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo”, bem como pela localização topológica do texto legal, situando-se no Título I – Dos crimes contra a pessoa, Capítulo IV – dos crimes contra a liberdade individual, na Seção I – dos crimes contra a liberdade pessoal.

Para o autor, em que pese a posição dominante ser a de que o bem jurídico maior a ser tutelado fosse a liberdade, antes mesmo da alteração, por si só já abrangia a proteção da dignidade do indivíduo. Assim, para que houvesse a tipificação do delito, em análise, deveria estar presente a relação de prestação de serviços, caracterizada pela relação de domínio do empregador sobre o indivíduo, com a completa anulação da vontade deste. (BRITO FILHO, 2018, p. 89)

Nessa linha, Haddad (2013, p. 55-56) aduz que a ordem jurídica brasileira traz a definição e a punição do trabalho escravo de uma forma bem mais abrangente do que o sentido estrito atrelado a trabalho forçado; tanto é assim que a expressão utilizada pelo diploma legal é redução à condição análoga à de escravo. Segue afirmando que essa modalidade delitiva causa lesão à liberdade pessoal da vítima, não se restringindo à mobilidade física. Consequentemente, protege-se a liberdade de autodeterminação do trabalhador de poder finalizar a exploração laboral suportada por ele.

Em acórdão proferido pelo Tribunal Pleno do STF, de relatoria da Min. Rosa Weber, julgado em 29 de março de 2012, decidiu-se que para a configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou o cerceamento da liberdade de locomoção, sendo suficiente a submissão da vítima a trabalhos forçados, a jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho. Entendeu a Corte que por ser a escravidão moderna mais sutil do que a do século XIX, o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Tratar o sujeito como coisa e não como pessoa humana pode se dar mediante a violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo. A violação ao direito do trabalho deve ser intensa e persistente, atingir níveis gritantes, quando os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho.

Tais fatos geram o tratamento análogo ao de escravo, uma vez que os trabalhadores estão sendo privados de sua liberdade e dignidade⁴⁵. (BRITTO; SILVA, 2017, p. 8).

Apesar do Código Penal prever de forma autoexplicativa, as duas condutas tipificadoras do delito, consideradas como formas modernas de escravidão, demandam um esforço maior dos intérpretes para a identificação da ocorrência no caso concreto, acarretando divergências e dificuldades para os órgãos responsáveis pelo enfrentamento do trabalho escravo, especialmente entre os que atuam na esfera trabalhista e os que combatem tal prática na esfera penal, que impedem o seu combate de forma efetiva. (BRITO FILHO, 2018, p. 89).

Um fator que contribui para a tratativa divergente desse fenômeno pelos agentes envolvidos na prevenção e repressão dessa realidade é o desconhecimento referente à diferenciação entre a escravidão ocorrida no período colonial e a escravidão contemporânea. Nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do International Labour Office (ILO), no Brasil, aduz que as formas anteriores de escravidão eram legais, perenes, além de passar de uma geração para outra. Por sua vez, na escravidão moderna as vítimas são tratadas como mercadorias, há um poder de mando exercido sobre a pessoa temporariamente, sendo que a grande maioria dessas vítimas são migrantes de estados distantes do seu local de exploração. Como forma de evidenciar essa diferenciação utiliza-se as expressões trabalho escravo contemporâneo, trabalho escravo por dívida, entre outros, para se referir a nova modalidade de escravidão. Na seara jurídica, emprega-se o termo análogo para se referir à escravidão contemporânea. (OIT/ILO, 2010, p. 40-41).

O esclarecimento dessa diferença é muito importante, posto que a imagem de escravos negros que habitavam as senzalas não retrata a figura do escravo da atualidade, muito embora sejam submetidos a maus-tratos herdados da escravidão colonial. Frise-se que esse estereótipo do escravo da época colonial interfere no enfrentamento do problema, isso porque os agentes responsáveis pelo combate dessa prática muitas vezes descartam a configuração de trabalho escravo ao se depararem com realidades que não correspondem às vivenciadas pelos escravos de outrora, o que corrobora com a impunidade desse delito. Pode-se afirmar que a impunidade do delito e o desconhecimento das legislações e dos direitos trabalhistas favorecem a perpetuação da escravidão contemporânea. (OIT/ILO, 2010, p. 41-42).

⁴⁵ STF. Inquérito n. 3412/AL. Rel. Min. Marco Aurélio. Relatora para acórdão Min. Rosa Weber. Julgamento: 29 de março de 2012. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Ementa: PENAL. REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 24 set. 2017.

Bales (2012, p. 42) estabelece algumas diferenciações entre a escravidão moderna e a clássica, ao aduzir que:

[...] In the past, slavery entailed one person legally owning another person, but modern slavery is different. Today slavery is illegal everywhere, and there is no more legal ownership of human beings. When people buy slaves today they don't ask for a receipt or ownership papers, but they do gain control-and they use violence to maintain this control. Slaveholders have all of the benefits of ownership without the legalities. Indeed, for the slaveholders, not having legal ownership is an improvement because they get total control without any responsibility for what they own. For that reason I tend to use the term slaveholder instead of slave owner⁴⁶.

O sociólogo americano estabelece três formas básicas de escravidão moderna: 1) escravidão por chattel, a qual se assemelha à escravidão antiga, uma vez que o indivíduo capturado é mantido em servidão permanente ou os filhos de escravos são vendidos em servidão permanente. São mantidos como objetos de consumo, sendo que essa modalidade se apresenta em menor escala pelo mundo; 2) servidão por dívida, em que a pessoa se compromete a saldar uma dívida impagável que só aumenta, proveniente de um adiantamento de quantia fornecida para o trabalhador. Nesse caso, a dívida pode ser passada para gerações futuras, com a escravização dos descendentes. Assim, em que pese não haver o direito de propriedade sobre a pessoa, por não ser mais possível juridicamente, subsiste o controle físico completo do trabalhador, sendo considerada a modalidade mais comum de escravidão no mundo; 3) escravidão por contrato, em que as relações de trabalho são utilizadas para disfarçar a escravidão contemporânea. Aqui, o trabalhador é contratado para trabalhar sob a ameaça de violência, sem liberdade de locomoção ou não recebendo contraprestação pelo trabalho realizado, constituindo a segunda maior forma de escravidão. (BALES, 2012, p. 56-57).

No Brasil, verifica-se a existência da servidão por dívida e a servidão por contrato como modalidades de escravidão das apresentadas por Kevin Bales. Em relação à primeira modalidade, é encontrada em maior quantidade nas áreas rurais, principalmente nas regiões norte e nordeste; e, em menor escala nas áreas urbanas, como é o caso do trabalho desenvolvido nas indústrias de confecções em São Paulo, que utilizam a mão de obra dos bolivianos e dos coreanos, tendo em vista que essas pessoas migram para o Brasil em busca de melhores condições de vida, chegando no país legalmente como turista e permanecendo no local de forma

⁴⁶ No passado, escravidão significava que uma pessoa tinha a posse legal sobre outra pessoa, mas a escravidão moderna é diferente. A escravidão atual é ilegal em todos os lugares, inexistindo a posse legal sobre seres humanos. Quando as pessoas compram escravos hoje, não pedem documentos ou recibos para comprovar a posse, assumem o controle sobre a pessoa, podendo utilizar violência para manter esse controle. Os proprietários de escravos têm todos os benefícios da propriedade sem as legalidades, o que acarreta uma melhoria, tendo em vista que possuem o controle sem qualquer responsabilidade sobre a pessoa. (Tradução livre).

ilegal. Por essa razão, representam alvo fácil para a configuração dessa modalidade de escravidão.

Pertinente à segunda modalidade, a escravidão contrato, tem-se a escravidão numa relação jurídica válida, a fim de fraudar a exploração laboral exercida sobre esses trabalhadores. É o que ocorre quando os dispositivos trabalhistas e demais normatizações são desrespeitadas.

Note-se que existem diversos termos utilizados para se referir à escravidão moderna. Entretanto, percebe-se que essa variedade converge para o fato de que essa conduta aniquila a dignidade humana e transmuta a pessoa em objeto. Esse fato é reforçado com o posicionamento de Rina Gómez (2001), ao afirmar que:

Así la esclavitud no es una categoría fija para todo tiempo y lugar, assume formas y representaciones muy distintas de un lugar a otro, con una especificidad histórica, temporal y espacial, donde los individuos son trabajadores forzados en una sociedad concreta y traduce, o pone en evidencia, una forma de dominación, de control y uso de poder. La esclavitud es una forma de explotación que la distingue de otras formas por la dualidad de los sujetos sociales: son personas y son mercancías, y como personas son propiedad⁴⁷. (GÓMEZ, 2001, p.33).

Nesse contexto, é importante trazer à baila, também, as lições de Vanessa Rodríguez (2013):

Resulta necesario recordar que es el status o condición de una persona sobre la cual se ejerce todo o alguno de los poderes asociados al derecho de propiedad; y la servidumbre es la sujeción de una persona bajo la autoridad de otra con subordinación a la voluntad y los designios de otra sin que tenga opción a decidir, protestar o discrepar, con la total pérdida de la libertad y con la consecuente despersonalización y captación de voluntad⁴⁸. (RODRÍGUEZ, 2013, p. 82).

Brito Filho (2018, p. 92-94) define o trabalho escravo como sendo “a subjugação do ser humano, que é naturalmente livre, a uma condição que lhe impõe, por outrem, uma relação de domínio extremado, e que atenta contra a sua condição de pessoa”. Sintetiza todas as modalidades do delito em trabalho escravo típico, que abrange as formas de execução ligadas ao trabalho forçado, à jornada exaustiva, em condições degradantes de trabalho e à servidão por dívida; e em trabalho escravo por equiparação, que é materializado nas hipóteses de retenção

⁴⁷ Assim, a escravidão não é uma categoria fixa para todo o tempo e lugar, assume formas e representações diferentes de um lugar para outro, com uma especificidade histórica, temporal e espacial, onde os indivíduos são trabalhadores forçados em uma sociedade concreta e traduzem, claramente, uma forma de dominação, controle e uso de poder. A escravidão é uma modalidade de exploração que a distingue de outras formas pela dualidade dos sujeitos sociais: são pessoas e são bens, e como pessoas são propriedade. (tradução livre).

⁴⁸ É necessário lembrar que é o status ou condição de uma pessoa sobre a qual todos ou alguns dos poderes associados ao direito de propriedade são exercidos; e a servidão é a sujeição de uma pessoa sob a autoridade de outra com subordinação à vontade e desígnios de outra sem ter a opção de decidir, protestar ou discordar, com a total perda de liberdade e com a consequente despersonalização e ausência de vontade. (tradução livre).

do trabalhador no local de trabalho, mediante a proibição da utilização de qualquer meio de transporte, a existência de vigilância ostensiva, como também, a retenção de documentos ou objetos de uso pessoal do trabalhador.

A relação de sujeição deve ser bem explicitada nos relatórios das fiscalizações realizadas pelos agentes administrativos do trabalho, pelas autoridades policiais e nas ações penais e trabalhistas propostas pelo Ministério Público. Assim como, a descrição da relação de trabalho que desrespeita as legislações trabalhistas, a fim de que haja uma maior efetividade na subsunção da norma ao caso concreto, com a devida responsabilização dos autores dessas práticas. Isso contribuiria para minimizar as divergências existentes entre os atores responsáveis pelo combate dessa conduta. (BRITO FILHO, 2018, p. 95-96).

O trabalho forçado ocorre sempre que o trabalho prestado compulsoriamente não decorrer da vontade do trabalhador ou quando a obrigatoriedade for consequência da anulação da vontade deste. (BRITO FILHO, 2018, p. 98).

Cortez (2015, p. 22) assevera que a “jornada de trabalho exaustiva é a que ultrapassa os limites normais da duração do trabalho estabelecida em lei, sendo prejudicial à saúde física e mental do trabalhador e impostas sem seu livre consentimento.” A presunção jamais pode ser utilizada nessa análise. Assim, exige-se do obreiro a prestação de trabalho além do normalmente exigido, com o objetivo exclusivo de beneficiar o empregador.

Para Brito Filho (2018, p.94), a jornada exaustiva ocorre quando os limites legais extraordinários são ultrapassados e/ou cause danos a saúde física ou mental do trabalhador, pelo fato deste figurar numa relação de sujeição em relação ao seu empregador, independentemente se de maneira forçada ou em circunstâncias aptas a anular a vontade daquele.

No tocante às condições degradantes de trabalho, Brito Filho (2016) assevera que se caracteriza com a falta de garantias mínimas de saúde, segurança e trabalho, moradia, higiene, respeito e alimentação, sendo que a falta de um desses é suficiente para o reconhecimento do trabalho escravo. Negam-se direitos básicos ao trabalhador, privando-o da sua dignidade, desconsiderando-o como sujeito de direitos, deteriorando a sua saúde.

Assim, o trabalho escravo em circunstâncias degradantes configura-se quando são negadas ao trabalhador as condições de trabalho mais básicas como de trabalhar em jornada razoável, estipuladas e previstas em lei, que não atente contra a sua saúde, lhe permita o descanso e o convívio social. Além disso, o trabalhador não pode sofrer restrição na sua alimentação, higiene, moradia, nem ser tratado de forma desrespeitosa, mediante a prática de assédio moral ou sexual. (BRITO FILHO, 2018, p. 101).

Haddad (2013, p. 57) possui posicionamento semelhante ao discorrer:

(...)O trabalho que explora a miséria e a necessidade do trabalhador viola a dignidade da pessoa e é, portanto, degradante, independentemente do fato de as habituais condições de vida dele não serem comparativamente melhores. Uma coisa é a miséria como condição pessoal; outra, como palco em que se encena a exploração. Se o empregador pode fornecer condições dignas de labor, mas se omite em assim proceder, deixa clara a intenção de exploração predatória da força de trabalho, revela o dolo que informa sua conduta e autoriza que se incida o juízo de reprovação pela culpabilidade demonstrada.

Nesses termos, verifica-se que a privação da liberdade não é o fator determinante para que o crime se tipifique, especialmente nas hipóteses de jornada exaustiva e de condições degradantes de trabalho, sendo necessário que haja a relação de domínio entre o autor e a vítima, por meio da sujeição que o primeiro impõe ao segundo. Outro fato importante é que esse domínio deve ser suficiente para anular a vontade da pessoa escravizada. (BRITO FILHO, 2018, p. 94).

Essa situação é bem identificada quando o fenômeno da escravidão contemporânea é flagrado no Brasil, com os bolivianos recrutados da sua localidade para laborarem nas indústrias de confecções, desprovidos de quaisquer patamares mínimos de direitos, para realizarem atividades laborais na contramão do que se entende por trabalho decente⁴⁹.

Ressalte-se o posicionamento de Mannrich (2018, p. 146) em relação à incorporação dos termos indeterminados, jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho, ao conceito de trabalho escravo moderno, presente no art. 149 do Código Penal:

Respeitável doutrina defende a manutenção dos conceitos amplos presentes nos atos normativos do Ministério do Trabalho e mesmo no Código Penal. Confunde-se trabalho em condições análogas à de escravo com trabalho precário, ou seja, a antítese do trabalho decente. As expressões “jornada exaustiva” e trabalho degradante” podem se distanciar da noção de trabalho decente e poderiam formar parte das definições de trabalho precário, mas não de trabalho escravo ou análogo à de escravo. De fato, referidas expressões são associadas à violação da segurança e dignidade do ser humano, valores que integram o conceito de trabalho decente.

Nelson Mannrich (2018, p. 145-146) entende que o legislador deve definir expressamente em que situações a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho serão consideradas trabalho escravo, a fim de se haja uma uniformização no combate pelos agentes responsáveis, sendo que essa definição legislativa deverá ser respaldada pelos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho. Deve-se, ainda, atentar para o fato de que o mero descumprimento da legislação trabalhista não configura a trabalho escravo moderno.

⁴⁹ Esse assunto será aprofundado no próximo capítulo.

Mannrich (2018, p. 146) aponta, ainda, a necessidade de se proceder à conceituação adequada do trabalho escravo, a fim de se evitar a subjetividade e, dessa forma, possa agregar a eficácia para punir de forma adequada o empregador.

Em que pese o posicionamento de Mannrich, a comunidade, em geral, deve estar atenta para o fato de que, embora o termo, em análise, traga um conceito jurídico indeterminado, ele pode ser ligado a critérios objetivos presentes na legislação trabalhista, contribuindo para uma fácil percepção da configuração da superexploração laboral configuradora do trabalho escravo contemporâneo, desnecessitando de uma legislação específica para esse fim. É o que ocorre, por exemplo, quando o trabalhador é submetido, habitualmente, a jornadas de trabalho de 14 a 16 horas.

Em que pese a maioria da doutrina ecoar no sentido da ampliação do bem jurídico protegido do crime de redução da pessoa à condição análoga à de escravo, no sentido de tutelar a liberdade de locomoção e a dignidade da pessoa humana, existem julgados dos Tribunais Regionais Federais que não reconhecem tal ampliação. Tais julgados admitem as figuras modernas de escravidão, jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho, desde que estejam vinculadas ao cerceamento da liberdade de locomoção.

O Tribunal Regional Federal da 5ª região em sede de Apelação Criminal - ACR13953/PE, Segunda Turma, com julgamento em 14/11/2017, pelo Desembargador Federal Carlos Wagner Dias Ferreira⁵⁰, reconheceu a inexistência do trabalho escravo por ausência da restrição da liberdade de locomoção, para constatar mera irregularidade à legislação trabalhista.

Informe-se que o Tribunal da 5ª região afirmou que constitui entendimento pacífico desse Tribunal que a “simples submissão a condições degradantes de trabalho não se afigura suficiente para caracterizar o delito de redução à condição análoga à de escravo, sendo necessária a comprovação da restrição à liberdade locomotiva do trabalhador por seu empregador”.

Vislumbra-se uma forte tendência no sentido de se reduzir o alcance da definição do trabalho escravo, para relacionar todas as modalidades da prática delituosa à restrição da liberdade de locomoção, exigindo a comprovação desta por seu empregador. Isso dificulta a identificação e responsabilização dos autores do delito. Essa tendência foi demonstrada,

⁵⁰ EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149 DO CPB). TRABALHADORES SUBMETIDOS A CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO. INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÃO À LIBERDADE LOCOMOTIVA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DA CONDUTA CRIMINOSA. MERA ILICITUDE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. ATIPICIDADE. ABSOLVIÇÃO DOS RÉUS. PROVIMENTO DAS APELAÇÕES. Número do Processo: 200583080012472. Diário da Justiça Eletrônico TRF5 (DJE) - 20/11/2017 - Página 31. Acesso em: 24 set. 2017.

também, por meio da edição da portaria ministerial n. 1.129/2017, que será abordada no subtópico a seguir, visando à demonstração da afronta ao princípio de proibição de retrocesso social.

Em 2003, tanto o STF como a jurisprudência univocamente decidem que apesar desse crime estar alocado no Capítulo dos crimes contra a liberdade, trata-se de um crime contra a organização do trabalho de competência da justiça comum federal. A respeito desse entendimento tem-se o RE 459510/MT – Mato Grosso, cujo relator foi o Ministro Cezar Peluso, julgado em 26 de novembro de 2015.⁵¹

Esse fato constituía, também, uma das razões que corrobora com a divergência de um posicionamento uniforme em relação à significação dos termos abertos jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho, posto que a justiça do trabalho tem maior capacidade, por ser especializada, na identificação, no caso concreto, se tais condutas constituem irregularidades trabalhistas ou se são aptas a configurar o crime de redução da pessoa à condição análoga à de escravo.

Tem-se que a tentativa de restrição da definição do trabalho escravo, ao vincular as formas relacionadas no art. 149 do Código Penal ao cerceamento da liberdade ambulatorial, vai de encontro ao princípio da vedação do retrocesso social, que de acordo com Sarlet (2006, p. 123), defende a vedação da existência de qualquer medida tendente a contrariar o estabelecido nas normas constitucionais programáticas ou legislação infraconstitucional, denominada eficácia negativa das normas constitucionais. Ressalte-se que esse posicionamento está conectado à proteção dos direitos em face de medidas de cunho restritivo, relacionados a todos os direitos fundamentais.

Uma medida bastante atual direcionada à concretização de ações de combate ao trabalho escravo contemporâneo pelos países é o trabalho desenvolvido pela Ergon Associates, empresa que oferece serviços de pesquisa e de consultoria, mediante a identificação de irregularidades e apresentação de oportunidades de melhoria. Esses serviços auxiliam as empresas na elaboração de políticas e medidas práticas para incrementarem a vida dos trabalhadores. A empresa atua no sentido de que as empresas tenham condições de demonstrar o seu respeito aos padrões de

⁵¹ Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO. CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 149 DO CÓDIGO PENAL. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ARTIGO 109, INCISO VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 24 set. 2017.

trabalho, de direitos humanos e de igualdade de gênero. Trata-se de uma empresa privada e registrada no Reino Unido⁵².

O Reino Unido possui uma lei contra a escravidão moderna, publicada em 2015, que impõe às empresas, com volume de negócios que alcance a quantia de 36 milhões, o dever de apresentar uma declaração, abordando as ações empreendidas para combater a escravidão na sua cadeia de suprimentos, a qual deve integrar um banco de registro público, para posterior publicação. Dessa forma, a Ergon Associates faz um rastreamento para identificar as empresas que não promovem a atualização dessa declaração e apresenta um relatório sobre a escravidão moderna e violação de direitos humanos, visando o assessoramento dessas empresas no combate à escravidão contemporânea.⁵³

O combate a escravidão moderna é assunto que assume relevância em todos os países, que envidam esforços no sentido de proceder à atualização de suas normatizações, a fim de trilhar um caminho viável para a sua erradicação. Para reforçar essa afirmação, a Austrália sinalizou para a apresentação de um projeto de lei contra a escravidão moderna ao Parlamento Australiano, refletindo um compromisso constante, doméstico e internacional, com o objetivo de excluir as práticas de exploração da escravidão moderna.⁵⁴

Nesse sentido, a comissão do Parlamento australiano informa que⁵⁵:

With reference to the United Kingdom's *Modern Slavery Act 2015* and to relevant findings from the Joint Standing Committee on Foreign Affairs, Defence and Trade's report, *Trading Lives: Modern Day Human Trafficking*, the Committee shall examine whether Australia should adopt a comparable Modern Slavery Act. The Committee shall have particular regard to: the nature and extent of modern slavery (including slavery, forced labour and wage exploitation, involuntary servitude, debt bondage, human trafficking, forced marriage and other slavery-like exploitation) both in Australia and globally; the prevalence of modern slavery in the domestic and global supply chains of companies, businesses and organisations operating in Australia.⁵⁶

⁵² Disponível em: <https://ergonassociates.net/about-us/>. Acesso em: 05 abr. 2019.

⁵³ Disponível em: https://ergonassociates.net/wp-content/uploads/2018/10/Ergon_Modern_Slavery_Progress_2018_resource.pdf?x74739. Acesso em: 05 abr. 2019.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/en/inquiry-into-establishment-of-a-modern-slavery-act-in-australia>. Acesso em: 10 maio 2018.

⁵⁵ A comissão do parlamento australiano está predisposta a examinar se a Austrália deve adotar uma legislação contemporânea levando-se em consideração a legislação do Reino Unido de 2015. Essa comissão considera fatores domésticos sobre a escravidão na Austrália e a nível global, de forma a identificar as melhores práticas empregadas pelos governos a nível internacional, bem como pelas empresas e demais organizações, no intuito de prevenir a escravidão contemporânea com uma visão fundamentada na Legislação Australiana. Disponível em: https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Committees/Joint/Foreign_AffairsDefence_and_Trade/ModernSlavery/Terms_of_Reference. Acesso em: 10 maio 2018.

⁵⁶ Com referência à Lei de Escravidão Moderna de 2015 do Reino Unido e às constatações relevantes do relatório do Comitê Conjunto Permanente de Assuntos Exteriores, Defesa e Comércio, Tratar Vidas: o Tráfico Humano Moderno, o Comitê examinará se a Austrália deve adotar uma Lei de Escravidão Moderna compatível com a do Reino Unido. O Comitê terá em particular consideração: a natureza e a extensão da escravidão moderna (incluindo escravidão, trabalho forçado e exploração salarial, servidão involuntária, servidão por dívidas, tráfico de pessoas, casamento forçado e outra exploração semelhante à escravidão) na Austrália e no mundo; a

O país australiano evidencia a existência desse fenômeno numa variedade de indústrias locais e globais e nas cadeias de suprimentos de organizações e de empresas. Acrescenta que 2018 será um ano marcante no esforço mundial de erradicar a escravidão contemporânea, posto que o governo apresentou projeto de lei da escravidão moderna em 28 de junho de 2018, pelo Ministro Adjunto dos Assuntos Internos, Alex Hawke MP, juntamente com os documentos explicativos. O debate do projeto ocorreu no período das sessões parlamentares, em agosto de 2018.⁵⁷

Como inovações legislativas, a Lei Antiescravagista australiana traz a obrigação das empresas, com determinado faturamento (US \$ 100 milhões), de apresentar relatórios para dar publicidade a uma declaração anual, especificando as ações realizadas para combater a escravidão moderna. Essas declarações integrarão um banco de registro público, administrado pelo governo, contendo a estrutura corporativa, operações e cadeias produtivas; riscos potenciais de escravidão moderna; ações realizadas para avaliar e abordar os riscos, além da especificação de como estão atuando para efetivar suas ações. A legislação tem o objetivo de dar visibilidade sobre as medidas corporativas adotadas para eliminar práticas trabalhistas prejudiciais das cadeias de suprimentos.⁵⁸

A Lei de Escravidão Moderna da Austrália foi aprovada pelas duas casas do Parlamento Australiano em 29 de novembro de 2018. Foi mantida a exigência do Projeto de Lei apresentado ao Parlamento em junho de 2018, com a exigência de que as grandes empresas e demais entidades que realizam negócios na Austrália, que possuam receita anual superior a US\$ 100 milhões, elaborem um relatório a fim de publicizar as ações que realizam para enfrentar os riscos modernos da escravidão em suas operações e cadeias de suprimentos, além da necessidade de relatar também a sua autoavaliação em relação à efetividade das ações que desenvolvem para lidar com a situação.⁵⁹

A nova legislação antiescravagista determina que o início das obrigações de apresentação dos relatórios pelas empresas *suso* mencionadas ocorra em 29 de junho de 2019. O objetivo central da legislação é o combate à escravidão moderna nas cadeias de bens e

prevalência da escravidão moderna nas cadeias de suprimentos domésticas e globais de empresas, negócios e organizações que operam na Austrália. (Tradução livre).

⁵⁷ Thomson Reuters Foundation News. Disponível em: <http://news.trust.org/item/20180628094216-6dg9f/>. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁵⁸ Modern Slavery Bill 2018. A Bill for an Act to require some entities to report on the risks of modern slavery in their operations and supply chains and actions to address those risks, and for related purposes. Disponível em: http://parlinfo.aph.gov.au/parlInfo/download/legislation/bills/r6148_first-reps/toc_pdf/18134b01.pdf;fileType=application%2Fpdf. Acesso em: 30 jun. 2018.

⁵⁹ Disponível em <http://www.antislavery.org.au/newsflash/302-modern-slavery-act-2018-cth.html>. Acesso em: 28 jan. 2019.

serviços. Ademais prevê a nomeação de um comissário antiescravidão independente para realizar o monitoramento e aconselhamento sobre os riscos da cadeia de suprimentos, o desenvolvimento de códigos de prática, a conscientização, a educação e o envolvimento ativo da comunidade.⁶⁰

Nesse cenário, destaca-se as ações desenvolvidas pelas empresas de outros países, como a Ergon Associates e as inovações legislativas do Reino Unido e da Austrália, por serem merecedoras de atenção da comunidade global, o que pode servir de parâmetro para a elaboração de normatizações similares por países que vivenciam essa realidade, a exemplo do Brasil.

2.2.1 A definição do trabalho em condições análogas à de escravo na portaria ministerial MTB n. 1.129/2017 e o princípio de proibição de retrocesso social

Com a instituição do Estado Social, estabelece-se um sentimento de que todas as conquistas efetivadas por meio de normas constitucionais e infraconstitucionais não retrocedem para prejudicar a condição social do trabalhador. Os direitos sociais e as liberdades públicas tendem a se desenvolver e a avançar, sendo inadmitido o retrocesso, o que seria incompatível com a própria natureza da Constituição Federal⁶¹. (Meireles, 2007).

O princípio do não retrocesso social pode ser extraído tanto do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 - PIDESC, em seu art. 5º, 2º⁶², como também do art. 5º, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos - PIDCP.

Trata-se de um princípio constitucional implícito, cuja verificação parte da indicação da legislação que torna eficazes os direitos sociais, uma vez que é nesse sentido que a argumentação da sua existência se desenvolve.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.parliament.nsw.gov.au/bill/files/3488/XN%20Modern%20Slavery%20Bill%202018.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

⁶¹ O princípio do não retrocesso social tem origem nos ensinamentos de José Joaquim Gomes Canotilho. A maioria da doutrina reconhece a existência desse princípio nos termos apresentados nessa dissertação. Porém, existem posicionamentos contrários no sentido de que na impossibilidade de prestação dos direitos sociais pelo Estado, admite-se a redução desses direitos para garantir tais direitos adequadamente, conforme comentários gerais presentes no PIDESC. Esclarece-se que o objetivo da utilização do princípio do não retrocesso social refere-se à conceituação do trabalho escravo no âmbito interno, constituindo um conceito que busca elementos em sistemas diferentes para formulação da sua conceituação, o que Lunman denomina de redução de complexidades. Trata-se de conceito já sedimentado na doutrina e na jurisprudência, inadmitindo-se, por essa razão, retroceder para reduzir o objeto jurídico protegido pelo ordenamento jurídico. Tal posicionamento será explicitado no desenvolvimento desse tópico. Assim, não há a necessidade de trazer a discussão doutrinária a respeito da possibilidade ou não de retrocesso dos direitos sociais conquistados.

⁶² ONU. PIDESC Art. 5º, 2. Não se admitirá qualquer restrição ou suspensão dos direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer país em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob o pretexto de que o presente Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau.

Assim, é possível identificar a sua ocorrência por meio do princípio da dignidade da pessoa humana; das normas de direitos fundamentais positivadas na Constituição Federal de 1988; dos princípios estruturantes do Estado Constitucional de Direito, tais como: juridicidade, democracia, socialidade e normas internacionais recepcionadas pela ordem constitucional brasileira. (NETTO, 2010, p. 135-136).

No Brasil, o princípio do retrocesso social pode ser extraído, implicitamente, da parte final do caput do art. 7º da Constituição Federal, ao estabelecer o rol dos direitos dos trabalhadores e especificar “além de outros que visem à melhoria da sua condição social”.

O posicionamento de José Joaquim Gomes Canotilho (2000, p.446) em relação à não exclusividade constitucional de tal princípio ao asseverar que:

O princípio da não retroatividade não é um princípio constitucional irrestritamente válido na ordem jurídica portuguesa (cfr. *Supra*), mas é-o, sem quaisquer exceções, no que respeita as leis restritivas de direitos, liberdades e garantias ou direitos análogos (cfr. arts. 18º/3 e 17º). Com a LC nº 1/82, o princípio da não retroatividade deixou de ser um princípio circunscrito ao âmbito penal (cfr. art. 29º) para passar a princípio geral das leis restritivas de direitos, liberdades e garantias [...]

A dignidade da pessoa humana reclama uma proteção em face de medidas retroativas. Dessa forma, o legislador não pode retirar conteúdo da Constituição, revogar normas legais integrativas dos dispositivos constitucionais, bem como elaborar regulamentação de normas constitucionais de eficácia contida, tendentes a retroceder o espectro de proteção anteriormente sedimentado na seara jurídica. (SARLET, 2015, p. 453).

O autor tem se posicionado frequentemente em relação a esse princípio, justificando a sua existência mediante a conexão entre a vedação e a segurança jurídica, inerente ao Estado Democrático de Direito. Assim, assevera a impossibilidade da proteção da dignidade da pessoa humana num Estado onde impera a insegurança jurídica. Para a proteção de todos os direitos previstos na Constituição, há a necessidade da inexistência de medidas retroativas, aniquiladoras de tais direitos, inclusive dos direitos sociais. (SARLET, 2015, p. 440).

Nesse sentido, Luísa Cristina Pinto e Netto (2010, p. 111) aduz que:

O princípio de proibição do retrocesso social de que se trata pode ser vislumbrado como manifestação de um princípio maior respeitante à matéria dos direitos fundamentais, ou seja, seria possível cogitar de um princípio que vedasse retrocessos em matéria de direitos fundamentais em face de atuações estatais de natureza distinta. A aceitação de tal princípio estaria fundada na ideia de um progresso constante no caminho da emancipação humana e da concretização da dignidade da pessoa humana, não se admitindo “marchas atrás” na consagração e efetivação dos direitos fundamentais. Nessa esteira, todos os direitos fundamentais estariam protegidos contra alterações amesquinadoras de seu conteúdo e garantias [...]

O princípio do não retrocesso social constitui um direito subjetivo negativo, em que o Estado não pode atentar contra este, posto que representa um substrato para a não supressão, por parte do legislador, da concretização da norma constitucional. Com esse princípio, proíbe-se a afronta a efetividade da norma, a ser alcançada mediante a sua regulamentação.

Felipe Derbi (2007, p. 242) pontua que o retrocesso social corresponde a uma conduta comissiva do legislador, quando no momento da edição de uma legislação, revoga, total ou parcialmente, legislação anteriormente vigente, reduzindo o seu nível de concretização ou retornando ao estado de ausência de concretização legislativa.

A Portaria MTB n. 1.129, publicada em 16 de outubro de 2017⁶³, dispunha sobre o conceito de trabalho em condições análogas à de escravo, jornada exaustiva, trabalho forçado e condições degradantes de trabalho, para fins de concessão do seguro-desemprego dos trabalhadores que forem resgatados nessa situação. Ao regular a matéria, apresentou a conceituação de trabalho escravo contemporâneo em desacordo com as modalidades constantes no art. 149 do Código Penal Brasileiro, por meio da vinculação das formas modernas ao cerceamento da liberdade ambulatorial.

Tal portaria foi alvo de sérias críticas pelos profissionais que compõem os órgãos de repressão e combate ao trabalho escravo, sob a argumentação de que o dispositivo legislativo esvaziou o conceito já consolidado na doutrina e jurisprudência, consoante a alteração do art. 149 do código penal já analisado no item anterior, o qual, ao elencar as modalidades de configuração do delito, ampliou o objeto jurídico, passando a constituí-lo com o cerceamento da liberdade de ir e vir e a proteção da dignidade da pessoa humana.

A presente portaria conceituou as modalidades de escravidão contemporânea no artigo 1º⁶⁴ e impôs novos obstáculos para a caracterização das modalidades modernas, condicionando-as à restrição da liberdade de ir e vir. Portanto, a portaria, em análise, dificultou a possibilidade

⁶³ BRASIL. Portaria MTB n. 1.129 de 13 de outubro de 2017 – dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho.

⁶⁴ BRASIL. PORTARIA MTB N. 1.129/2017. Art. 1º (...) I - trabalho forçado: aquele exercido sem o consentimento por parte do trabalhador e que lhe retire a possibilidade de expressar sua vontade; II - jornada exaustiva: a submissão do trabalhador, contra a sua vontade e com privação do direito de ir e vir, a trabalho fora dos ditames legais aplicáveis a sua categoria; III - condição degradante: caracterizada por atos comissivos de violação dos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador, consubstanciados no cerceamento da liberdade de ir e vir, seja por meios morais ou físicos, e que impliquem na privação da sua dignidade; IV - condição análoga à de escravo: a) a submissão do trabalhador a trabalho exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, realizado de maneira involuntária; b) o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, caracterizando isolamento geográfico; c) a manutenção de segurança armada com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; d) a retenção de documentação pessoal do trabalhador, com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho.

de preenchimento das condições exigidas pelo instrumento legislativo, o que obstaculiza os procedimentos de repressão e controle dessa prática abusiva. Tal fato representa nítida hipótese de retrocessão em relação à conformação da escravidão na atualidade, tendo em vista que a dignidade da pessoa humana, passou a constituir objeto jurídico a ser protegido na conduta escravocrata.

O conceito de trabalho escravo não pode se restringir ao conteúdo disposto na portaria, não só por ser a mesma uma norma de caráter administrativo, mas também pelo fato de que o conceito da escravidão contemporânea, para alcançar a sua erradicação, se utiliza de elementos externos ao direito positivo em análise, sendo, assim, um conceito amplo e abstrato.

Tal conduta reflete afronta ao princípio de proibição de retrocesso social, porque a restrição da definição de trabalho escravo não objetiva a melhoria da condição social do trabalhador, por dificultar a efetivação das políticas de prevenção e repressão da prática escravagista.

A portaria trouxe uma conceituação do trabalho escravo moderno, só que esse conceito não pode ser compreendido de forma fechada, tendo em vista que o trabalho escravo em si decorre de sistemas que estão fora do sistema jurídico e que emprestam a esse sistema tal conceito, inclusive o sistema econômico, em razão do trabalho escravo possuir relação direta com a economia. Logo, a norma interna, tem de ter uma certa abertura para recepcionar o conceito externo e aprimorar direitos, como o caso da dignidade da pessoa humana, que envolve um valor constitucional que é refletido ao longo da Constituição Federal em vários princípios e regras. (LUHMANN, 2011, p. 63-68).

A comunicação e a interrelação entre sistemas dentro do seio social faz com que determinado sistema jurídico absorva conceitos de outros sistemas naquilo que lhe for compatível, ao que Luhmann chama de redução de complexidade. Percebe-se, assim, que determinado sistema jurídico, apesar de ser fechado do ponto de vista operacional, é aberto sob a ótica cognitiva, o que leva à implementação de outras estruturas sociais dentro da sua própria complexidade. (LUHMANN, 2011, p. 63-68).

Nesse aspecto, destaca-se a decisão da Min. Rosa Weber, em sede de liminar, concedida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 489/ Distrito Federal, ajuizada pela Rede Sustentabilidade em face da Portaria do Ministério do Trabalho n. 1.129/2017, para suspender os efeitos do referido ato normativo sob a fundamentação de que tal ato viola as dimensões de repressão, prevenção e reparação das ações desenvolvidas pelos organismos responsáveis pelo combate da escravidão moderna.

Tal portaria foi cancelada e posteriormente editada outra em seu lugar sob a seguinte numeração Portaria MTB n. 1.293 de 28 de dezembro de 2017⁶⁵, a qual apresenta nova conceituação para o trabalho escravo contemporâneo, retirando a necessidade da vinculação do cerceamento de liberdade às modalidades protetivas da dignidade humana.

A indeterminação em relação ao conceito de trabalho escravo, ora ligando-o estritamente às modalidades de cerceamento da liberdade, ora ampliando o seu conteúdo para abranger a proteção da dignidade humana, por meio das modalidades jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho, bem como o posicionamento de alguns doutrinadores no sentido do estabelecimento de critérios objetivos para a verificação dessas duas modalidades novas de escravidão, favorece a edição de normas semelhantes à Portaria revogada MTB n. 1.129/2017, a qual teve o intuito, claramente, de restringir o conceito de trabalho escravo moderno.

Nesse sentido, aponta-se a existência de projetos de leis tanto no Senado Federal⁶⁶ quanto na Câmara dos Deputados⁶⁷, que objetivam a restrição do alcance da definição do trabalho escravo contemporâneo, ao condicionar todas as modalidades elencadas no art. 149 do Código Penal à restrição da liberdade de locomoção. Por conseguinte, evidencia-se que o conteúdo da portaria anulada dificulta a tipificação do delito de redução da pessoa à condição análoga à de escravo e a respectiva punição dos envolvidos da prática delituosa.

Verifica-se, então, que a restrição do alcance da definição de trabalho escravo afeta negativamente as políticas públicas elaboradas para a proteção da dignidade da pessoa humana, o combate ao trabalho escravo, além de estarem em dissonância com os instrumentos normativos internacionais ratificados pelo Brasil e com o ordenamento jurídico vigente, ferindo frontalmente o princípio de proibição de retrocesso social.

⁶⁵ BRASIL. Portaria MTB n. 1.293/2017 – dispõe sobre os conceitos de trabalho escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho.

⁶⁶Como exemplo, tem-se o projeto de lei do senado n. 432/2013, o qual objetiva regularizar a EC 81/2014 ao prever a expropriação de imóveis em que for encontrado com a utilização de mão de obra escrava e o confisco de bens confeccionados mediante a exploração escravocrata. Esse projeto visa excluir as modalidades jornadas exaustivas e condições degradantes de trabalho do conceito de trabalho escravo existente no art. 149 do CP. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>. Acesso em: 24 abr. 2018.

⁶⁷No mesmo sentido, o projeto de lei da Câmara dos Deputados n. 2464/2015, disponível em : <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594511> e o projeto de lei nº 3842/2012, disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544185>. Ambos objetivando a revisão conceitual restritiva do trabalho escravo contemporâneo presente no art. 149 do CP, os quais surgiram após a edição da EC n. 81/2014. Acesso em: 29 abr. 2018.

O projeto de lei do Senado n. 432/2013⁶⁸ visa regulamentar o art. 243 da Constituição Federal, que dispõe acerca da expropriação das propriedades rurais e urbanas onde forem encontradas mão de obra escrava na realização de atividades laborativas, como também do confisco de qualquer bem de valor econômico produzido mediante a exploração laboral, representa um exemplo concreto de afronta ao princípio de proibição de retrocesso social.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, em nota técnica 2CCR/MPF nº 1, datada de 20 de janeiro de 2017, posicionou-se em sentido contrário ao projeto de lei do Senado / PLS n. 432/2013, ao afirmar que tal projeto objetiva a inserção de novo conceito de trabalho escravo, no ordenamento jurídico, por meio de uma legislação civil. Aponta para a inadequação e a inconveniência da medida, tendo em vista que pode gerar consequências negativas para a repressão da prática escravagista, o que gera um retrocesso social enorme, aproximando-o da escravidão clássica, ao retirar da conceituação do trabalho escravo suas modalidades modernas, para considerá-las apenas no aspecto do cerceamento da liberdade ambulatorial. Tal medida restringe o espectro conceitual desse fenômeno, minimizando, por conseguinte, a proteção da dignidade humana⁶⁹.

Nessa linha de raciocínio, acrescenta que o PLS n. 432/2013 afronta o avanço e a proteção conquistados no país, sem observar o estabelecido no art. 149 do Código Penal, ao pleitear a exclusão das duas modalidades modernas análogas à escravidão. Afirma-se, ainda, que a provável aprovação desse projeto de lei acarretaria um retrocesso social, tornando sem efeito o avanço conquistado pela alteração do art. 243 da CF, efetivada pela EC n. 81/2014.

O STF reconhece a integração desses elementos contemporâneos ao tipo penal descrito no art. 149 do código penal, não exigindo o cerceamento da liberdade de locomoção para a configuração dessas modalidades. Tal entendimento pode ser extraído do voto da Ministra Relatora Ellen Graice no INQ 2131/DF⁷⁰, ao se posicionar no sentido de que esse delito é um

⁶⁸Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>. Acesso em: 25 out. 2017.

⁶⁹Nota técnica 2CCR/MPF nº 1, de 20 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-conceito-trabalho-escravo>. Acesso em: 30 abr. 2017. Importante mencionar o posicionamento do MPF em relação à gravidade do delito: “O trabalho escravo é uma infração penal grave que atinge múltiplos bens jurídicos protegidos pelo direito penal, quais sejam: a) organização do trabalho; b) direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a liberdade, o direito de livre manifestação da vontade e o decoro pessoal; c) direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho, a condições dignas de trabalho, à alimentação adequada e à moradia; d) ordem econômica, porquanto além dos nefastos efeitos da escravidão contemporânea para a vítima, há ainda um desequilíbrio na livre concorrência. De fato, escravagistas modernos possuem menores custos de produção em relação ao empresário cumpridor de todas as normas legais (autêntico dumping social). A Constituição proíbe a tortura e o tratamento desumano e degradante (CF, art. 5º, III), bem como exige respeito à função social da propriedade e do trabalho como fundamento da ordem econômica.”

⁷⁰Ementa: INQUÉRITO. DENÚNCIA. ALICIAMENTO DE TRABALHADORES (ART. 207, § 1º, CP). FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA MAJORADO

atentado ao princípio da dignidade da pessoa humana, referente à afronta ao direito à liberdade e ao trabalho digno, e que a “persistência de trabalho escravo no Brasil representa contrariedade aos objetivos fundamentais da República brasileira, expressos no art. 3º, da Constituição Federal.”

Ainda de acordo com a Ministra Ellen Graice, a atual redação do art. 149 do Código Penal objetiva atender ao compromisso assumido pelo Brasil ao ratificar os tratados internacionais de combate ao trabalho escravo, os quais consideram o trabalho escravo e as condições degradantes de trabalho, graves violações de direitos humanos.

Muito embora já se tenha afirmado, nesse estudo, que a indeterminação conceitual do trabalho escravo, com o estabelecimento de critérios objetivos para as modalidades que possuem termos abertos, geram discussões e posicionamentos divergentes dos atores responsáveis pelo combate dessa prática, será demonstrada a desnecessidade de uma conceituação expressa do trabalho escravo contemporâneo, mediante a adoção da interpretação sistemática das normatizações internacionais e nacionais existentes.

2.3 A DOGMÁTICA JURÍDICA E A INTERPRETAÇÃO DO TERMO TRABALHO ESCRAVO⁷¹

Para a compreensão do alcance da definição do trabalho escravo, torna-se necessário tecer breves considerações a respeito dos sistemas externo e interno da ordem posta para fins de interpretação de uma norma jurídica. Para tanto, é essencial o entendimento das conexões de sentido em que as normas se encontram entre si, possibilitando uma visão de conjunto na forma de um sistema.

O sistema de conceitos gerais abstratos, também denominado de sistema externo, fundamenta-se na separação e generalização, a partir de fatos-tipo que são objeto de uma regulação jurídica, formando-se conceitos de gênero que são ordenados com o fim de alcançar diversos graus de abstração. Os conceitos inferiores, de menor grau de abstração, ao serem

(ART. 203, § 1º, I, E § 2º, CP). REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149). INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS. JÚIZO DE PROBABILIDADE CONFIGURADO. DENÚNCIA RECEBIDA. (STF - Inq: 2131 DF, Relator: Min. ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 23/02/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-154 DIVULG 06-08-2012 PUBLIC 07-08-2012). Acesso em: 25 out. 2017.

⁷¹ De acordo com a publicação na Revista Internacional “Efetividade dos direitos humanos, culturas jurídicas e movimentos sociais e direito do trabalho e eficácia dos direitos fundamentais no meio ambiente do trabalho, em artigo científico intitulado: Repensando o conceito do trabalho escravo contemporâneo para a sua erradicação na realidade laboral brasileira, da lavra da autora da presente pesquisa juntamente com a orientadora Prof. Dra. Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva.

subsumidos aos conceitos superiores correspondentes reconduzem à ordem jurídica alguns poucos conceitos supremos. (LARENZ, 2014, p. 622).

Em relação ao sistema interno, tem-se que os princípios diretivos que o representa tem por objetivo tornar visível e pôr em evidência a unidade valorativa interna do ordenamento jurídico. Nesse toar, a formação de determinados conceitos a serem observados pelas demais normas compostas no ordenamento jurídico devem estar em consonância com os valores representados por esses princípios e que são compatíveis com os conceitos de gênero absorvidos por esse sistema. Um sistema compreendido como tal garante uma maior clareza e segurança jurídica, resguardando a ausência de contradição lógica de todas as consequências dele derivadas. (LARENZ, 2014, p. 622-623).

A Portaria MTB n. 1.129/17, ao trazer o conceito do trabalho escravo moderno, incorporou um tipo conceitual restritivo, distanciando da compreensão absorvida nos diplomas internacionais de proteção dos direitos humanos, o que também ocorre com os projetos de leis em trâmite na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dessa forma, a não abertura para a inclusão dos conceitos externos contribui para o retrocesso conceitual do trabalho escravo moderno, restringindo os direitos daqueles que são alvo dessa prática abusiva. Não há como analisar o conceito do trabalho escravo isoladamente dentro de um sistema fechado da ordem jurídica interna, tendo em vista que tal definição sofre influência externa de outros sistemas.

Nota-se que tal comportamento reduz ao sistema fechado essa conceituação, o que não é permitido, uma vez que gera um retrocesso ao sistema aberto que são outros sistemas sociológicos, cognitivos, externos ao direito e que emprestam ao direito a conceituação do que é trabalho escravo. A portaria, ao reduzir uma conceituação, limita o conceito aberto e atual do que vem a ser trabalho escravo a nível universal, gera um retrocesso por restringir direitos dos cidadãos prejudicados com tal ato.

Percebe-se, então, que a melhor interpretação que se dá ao trabalho escravo é aquela que foi recepcionada pelo texto constitucional que amplia a concepção de proteção das vítimas da escravidão contemporânea, o que faz com que a norma infraconstitucional não possa restringir a compreensão do significado.

Nesse diapasão, o conceito sociológico e jurídico do termo trabalho escravo, principalmente a nível das legislações que foram recepcionadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, constitui conceito bem mais amplo de cunho sociológico que devem ser absorvidas pelas normas internas para que possa haver a devida integração.

Imprescindível, ainda, fazer uma análise sistemática das diversas ordens jurídicas a fim de demonstrar a interdependência das normas para o desenvolvimento dos meios de proteção

mais eficazes contra a escravidão contemporânea. Karl Larenz (2014, p. 621) aduz que as normas jurídicas se encontram ligadas uma as outras, uma vez que há a interpenetração entre as mesmas. Acrescenta que a interpretação das normas jurídicas deve ser realizada com observância da cadeia do significado, do contexto e da sede sistemática da norma. Dessa forma, o ordenamento jurídico deve ser analisado em sua totalidade, subordinando-se a princípios ou valores relacionados a determinadas ideias jurídicas diretivas, cuja função é unificar as normas e excluir as contradições de valoração.

A unicidade da ordem jurídica interna demanda um conjunto de regras responsáveis pela composição do todo com a presença de princípios reguladores da atividade interpretativa, ao quais se diferem das regras gerais apesar de serem caracterizados pela generalidade. Entretanto, apesar de ambos possuírem a generalidade, a dos princípios é verificada num grau mais elevado porque não está vinculado a uma série definidas de casos. (FERRAZ JÚNIOR, 2014, 98-99).

Por conseguinte, a interpretação deve partir dos princípios universais maiores até se alcançar as normas jurídicas específicas, uma vez que aqueles constituem o fundamento de validade destas. Assim, os princípios assumem papel relevante na interpretação e aplicação das normas jurídicas e contrariá-los representa o rompimento com o sistema jurídico ao qual a norma está inserida, afetando seus valores fundamentais.

Nessa ordem de ideias, tem-se o modelo hermenêutico da dogmática jurídica, incorporando uma atividade interpretativa edificando um sistema teórico do comportamento humano, ao privilegiar a função avaliativa por se debruçar na semântica, na busca do sentido dos atos, das normas e das instituições, evidenciando seu postulado quase unânime de que não há norma sem interpretação. (FERRAZ JÚNIOR, 2015, p. 136).

A partir do momento que interpretar deixa de ser uma questão técnica e passa a ser um objeto de reflexão, por meio da construção de uma teoria, o ato da interpretação passa a ser o sentido que o texto expressa e não o próprio texto em si, sendo que o sentido expresso no texto é determinado previamente por outro ato interpretativo da autoridade competente pela elaboração da norma. (FERRAZ JÚNIOR, 2015, 139-140). Aqui, resta comprovada a não observância da unidade dos dispositivos existente na ordem jurídica vigente, relativos ao significado do trabalho escravo, com a devida análise e interpretação, a fim de que fosse utilizado o real significado do termo na época da elaboração da portaria ministerial anteriormente mencionada, como também dos projetos de leis existentes relacionados ao tema, em análise.

Consequentemente, importante trazer à baila as técnicas de interpretação apresentadas por Ferraz Júnior (2014, 91-99), segundo o qual a primeira tarefa do intérprete consiste em

extrair uma definição dos termos, que oscilará entre os aspectos onomasiológico e semasiológico do termo.⁷² Ao fazer uso destes aspectos, o intérprete utiliza o vocábulo da linguagem cotidiana, atribuindo-lhe um sentido técnico, em consonância com o sentido usual. Trata-se da interpretação gramatical, onde é buscado o sentido literal da palavra.

Superado o ponto de partida, passa-se à técnica ligada ao princípio da coerência, observando-se a exigência da compatibilidade em detrimento do princípio lógico da ausência da contrariedade. Ferraz Júnior (2014, p. 96) posiciona-se no sentido de que:

(...) A própria determinação de certos critérios de coerência exige que o texto normativo seja visualizado num corpo maior, donde a chamada interpretação sistemática, aqui entendida, em termos de Savigny, como a busca do sentido global da norma num conjunto abarcante.

A interpretação sistemática, quando tomada em sentido não formal, envolve sempre uma teologia. Há um sentido normativo a ser determinado, e este sentido implica a captação dos fins para os quais a norma é construída. A percepção dos fins não é imanente a cada norma tomada isoladamente, mas exige uma visão ampliada da norma dentro do ordenamento.

Qualquer dispositivo legal poderá tratar da conceituação ou elencar hipóteses em que seja configurado a situação analisada, bem como regulamentar o procedimento fiscalizatório, desde que não vá de encontro aos diplomas legislativos referentes à temática. No momento em que desconsiderar a existência dessas legislações, passa a ser considerado inconstitucional, contribuindo para o retrocesso da definição moderna do trabalho escravo.

Percebe-se, pela dogmática jurídica e pela análise interpretativa das normas jurídicas, a desnecessidade de uma conceituação expressa do trabalho escravo contemporâneo, tendo em vista que a utilização desses mecanismos nos conduz à melhor definição da conduta exploradora do trabalho humano, para englobar tanto o cerceamento da liberdade de locomoção quanto a proteção da dignidade humana. Além disso, os critérios objetivos para a identificação da ocorrência das modalidades modernas de tipo aberto devem ser buscados nas legislações trabalhistas.

⁷² Aspecto onomasiológico refere-se ao uso corrente da palavra para determinação do fato, observando-se as mutações das palavras e o aspecto semasiológico, significa a sua significação normativa, em busca de pensamento. (FERRAZ JÚNIOR, 2014, p.92).

3 O TRABALHO ESCRAVO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

As dificuldades oriundas do processo migratório fazem emergir a necessidade de implementar políticas públicas direcionadas ao atendimento dos interesses dos migrantes, com o objetivo de esclarecer e dar acesso aos meios necessários para o exercício de suas atividades laborais, para que essa categoria de trabalhadores não se submeta a condições de trabalho em situação de desigualdade em relação ao trabalhador nacional.

A elaboração de políticas públicas migratórias assume, nesse aspecto, um papel relevante para a proteção dos direitos fundamentais dos migrantes, que sob a ótica da Constituição Federal, devem ter o mesmo tratamento que os nacionais.

Esses trabalhadores recebem um tratamento preconceituoso em razão de suas origens, seja pela diferença cultural, pela condição econômica, pela dificuldade de compreensão da língua, fatores que por si só, já os deixam em situação de vulnerabilidade diante do país receptor, o que favorece a submissão a trabalho em condição análoga à de escravo.

Assim, a promoção de políticas públicas voltadas para esse seguimento de pessoas, torna-se imprescindível para dar um tratamento isonômico a esses trabalhadores, conferindo-lhes uma existência digna, em condições de liberdade, equidade e segurança, condizentes com o que se entende por trabalho decente, devidamente conceituado pela Organização Internacional do Trabalho⁷³.

Por conseguinte, tem-se que a concretização dessas políticas públicas se faz pela compatibilização destas com as normatizações internacionais e nacionais referentes à proteção dos trabalhadores migrantes. Ademais, é necessário publicizar tais diplomas legais e tornar suas informações acessíveis aos migrantes, de forma que os mesmos saibam como buscar a defesa dos seus direitos, caso sejam desrespeitados pelos empregadores, cabendo, ainda, ao Estado estruturar os meios de acesso a esses trabalhadores.

⁷³ Segundo definição da OIT, Trabalho Decente “abrange a promoção de oportunidades para mulheres e homens do mundo para conseguir um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna.” Seu eixo central reside em quatro objetivos estratégicos, quais sejam: respeito às normas internacionais do trabalho; promoção do emprego de qualidade; extensão da proteção social e fortalecimento do diálogo social. O progresso econômico e social só será alcançado com a concretização desses objetivos, que consequentemente, estar-se-á dando cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, posto que contribuirá para a eliminação da pobreza extrema. Segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil, “O conceito de Trabalho Decente ganhou mais força, em julho de 2006, quando o Conselho Econômico e Social da ONU recomendou ao sistema das Nações Unidas apoiar e financiar programas e esforços de geração de emprego produtivo e colaborar na implementação do trabalho decente para todos.” Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

3.1 A VULNERABILIDADE DOS TRABALHADORES MIGRANTES SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Tem-se que o séc. XIX representou o período em que houve um maior fluxo relativo à mobilidade humana, com um intenso deslocamento das pessoas, em virtude das conquistas territoriais no período das grandes navegações. O processo de colonização e povoamento das novas terras descobertas evidenciou a necessidade de mão de obra para a formação das colônias e países jovens recém-independentes.

Outro fato a ser destacado, em relação ao fluxo de deslocamento humano, foi a necessidade emergencial de mão de obra para que os países envolvidos nas duas grandes guerras pudessem se reestabelecer no período pós-guerra, em 1940.

Da mesma forma, o envelhecimento populacional de grande parte dos países desenvolvidos associado com a baixa taxa de natalidade evidencia, também, a necessidade de trabalhadores especializados com o objetivo de suprir a demanda do mercado de trabalho.

Nesse toar, Nadia Lacerda (2014, p. 18) apresenta um dado importante em sua pesquisa sobre a migração internacional do trabalho, ao apontar a existência de um paradoxo das políticas restritivas efetivadas por países desenvolvidos, os quais possuem uma população que envelhece em proporção muito superior quando comparada à taxa de nascimentos, o que denota o incremento da demanda de indivíduos em idade produtiva, totalmente incoerente com o comportamento de barrar políticas mais liberais em relação aos imigrantes.

A Suny Levin Institute⁷⁴ esclarece que a globalização tem sido impulsionada, pelos fluxos transnacionais de bens e capitais devido à redução de barreiras comerciais e ao incremento dos investimentos transfronteiriços, o que contribui para o desenvolvimento da economia mundial. Entretanto, essa realidade não é observada em relação à circulação de pessoas no mundo globalizado, uma vez que os Estados receptores insistem em rechaçar essa movimentação de pessoas, quando não promovem políticas harmonizadas com o fluxo internacional de pessoas. Tais Estados opõem-se à liberalização das migrações, ao construir barreiras legais aptas a impedir a entrada de estrangeiros que buscam trabalho, a fim de alterar sua realidade social.

Diante desses fatores, verifica-se que esse processo de deslocamento decorre da oferta e demanda de trabalho próprias do mundo globalizado, o que impulsiona as pessoas a deixarem

⁷⁴ Suny Levin Institute – SLI é um instituto pertencente à Universidade Estadual de Nova York (Suny) que desenvolveu um estudo intitulado Migration and globalization, disponível em: <http://www.globalization101.org/uploads/File/Migration/migration.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

seus países. Ademais, é proveniente, também, do processo assimétrico do desenvolvimento das regiões de cada país, quando o movimento é realizado dentro deste. Entretanto, em ambos os casos, esses trabalhadores são impulsionados pela busca de melhores oportunidades de trabalho.

Pode-se apontar pontos positivos referentes aos deslocamentos das pessoas, principalmente pertinentes ao desenvolvimento econômico dos países envolvidos nesse fenômeno, como a troca de experiências profissionais, a troca recíproca de tecnologia, o abastecimento de mão de obra especializada que proporciona maior dinamismo da economia local, contribuindo para sanar o déficit de trabalhadores em determinadas áreas do trabalho.

Entretanto, em que pese a existência de elementos benéficos, evidencia-se a ausência de políticas públicas abrangentes, de forma integrada e que estejam sempre alinhadas com o novo contexto migratório, ocasionando constantemente privações e abusos dos direitos fundamentais vivenciados pelos trabalhadores migrantes e suas famílias.

Esses trabalhadores deparam-se com inúmeras dificuldades pertinentes a más condições de trabalho, ao ingressar no solo brasileiro tanto de maneira regular quanto irregular; a ausência de proteção social; a discriminação no trabalho; a vulnerabilidade em sua condição econômica; a exclusão social, o que contribui para que sejam alvos fáceis e estejam ao alcance de organizações ilícitas que atuam no contrabando de migrantes, tráfico internacional de pessoas, culminando com a redução dessas vítimas a condição análoga à de escravo.

Os migrantes de hoje diferem daqueles de outrora que se moviam em decorrência de causas naturais, tendo em vista serem pessoas que se deslocam devido às exigências do processo de acumulação do capital em escala mundial. Eles se deparam com um mercado de trabalho oriundo da transnacionalização proveniente da revolução tecnológica, que os impulsionam, na maioria das vezes, para a marginalização social do mundo laboral informal, sendo submetidos constantemente a salários insuficientes para assegurar sua subsistência cotidiana. (VETRANO, 2015, p. 96).

A migração pode possuir inúmeras abordagens como: antropológica, social, política, demográfica, uma vez que os indivíduos migram pelas mais variadas razões, sendo na laboral a que reside os fundamentos mais importantes a explicar e justificar tal fenômeno, constituindo o recorte da presente pesquisa.⁷⁵

⁷⁵ O recorte a ser enfrentado é o ato de migrar em busca de melhores postos, oportunidades de trabalho, condições de trabalho, salários mais atrativos, da concretização do mínimo necessário para uma existência digna. Enfim, o indivíduo que se desloca em busca do acesso ao trabalho capaz de lhe garantir uma vida digna, além de condições para superar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

A Organização Internacional das Nações Unidas (ONU) apresenta a definição de migrante ao informar que se trata do indivíduo que passa a residir em outro país, por um período superior a um ano, sem levar em consideração as causas que o impulsionaram à mudança de localidade⁷⁶. Já a Organização Internacional da Migração⁷⁷ define a migração a trabalho como a entrada e saída de pessoas em relação a países diversos.

Nadia Demoliner Lacerda (2014, p. 26) posiciona-se nessa temática ao afirmar que: “Todo migrante é um emigrante e, simultaneamente, um imigrante. A migração se refere ao movimento de ingresso do indivíduo no país, mas também na saída de seu país, com efeitos associados, o que se coloca como um tema complexo.”

Verifica-se a relevância da definição do termo migrante, bem como do ato de migrar para a compreensão da temática constante desse tópico, sendo, também, de fundamental importância evidenciar a diferenciação dos migrantes documentados e dos indocumentados, denominados, ainda, sob a mesma perspectiva, em regulares e irregulares.

Assim, torna-se oportuno salientar que existe a classificação dos migrantes em documentados, que seriam aqueles que ingressam no país estrangeiro ao seu, obedecendo as normas legislativas correlatas, posto que possuem o visto apropriado; e em indocumentados, clandestinos ou trabalhadores não documentados, os que se enquadram numa posição antagônica aos documentados ou em condição regular. (LACERDA, 2014, p.26).

A Constituição da OIT/19⁷⁸ compromete-se, logo no preâmbulo, em proteger o interesse dos trabalhadores migrantes reconhecendo-os como sujeitos de direitos humanos. Por conseguinte, os Estados-membros da OIT encontram-se obrigados ao cumprimento das Convenções Fundamentais, que englobam um rol de princípios e direitos, os quais devem ser respeitados e concretizados por todos os seus membros, ainda que não as tenham ratificado, consoante o disposto na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho/98⁷⁹, no art. 1º, alíneas a e b e art. 2º.

Existem oito Convenções que foram reconhecidas como de direitos humanos fundamentais do trabalhador⁸⁰, que segundo as alíneas do art. 2º da declaração, em análise,

⁷⁶ Conceito de acordo com o site da ONU, disponível em: <http://www.oimitn/cms/em/sites/iom/home/about-migration/key-migration-terms>. Acesso em: 12 abr. 2018.

⁷⁷ A OIM é uma organização intergovernamental que trata das migrações. Foi criada em 1951 e trabalha em estreita parceria com os governos, outras organizações e a sociedade civil para o enfrentamento dos desafios da migração. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oim/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁸⁰ As oito Convenções reconhecidas como protetivas dos direitos humanos do trabalhador são: Convenção n. 07/48 da OIT – dispõe sobre a plena liberdade sindical e a proteção ao direito de sindicalização; Convenção n. 87/48 da

estão resumidas em liberdade sindical e direito a negociação coletiva, erradicação do trabalho forçado ou obrigatório, eliminação do trabalho infantil e supressão da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Encontra-se pacificado na doutrina que os direitos dos migrantes equivalem aos direitos humanos. Tais direitos serão mencionados no item seguinte, quando serão abordadas as Convenções Internacionais referentes ao trabalhador migrante. Assim, esses direitos podem ser sintetizados no direito à vida; direito de não ser torturado, nem submetido a penas cruéis e desumanas; direito ao respeito a identidade cultural; direito ao tratamento com dignidade e humanidade; direito à igualdade de tratamento dispensados aos nacionais, direito à liberdade de consciência e religião, direito de não interferência na vida privada, direito à liberdade, direito à segurança, direito à proteção efetiva do Estado contra violência, maus-tratos físicos, ameaças e intimidação.

Zygmunt Bauman (2017, p. 7-10) demonstra em sua obra “Estranhos à nossa porta” uma preocupação com a crise migratória e a forma como os países receptores se comportam em relação a esse problema, ao não formularem políticas migratórias tendentes a promover os direitos humanos desses indivíduos que se movimentam em busca de trabalho, preferindo adotar como solução a construção de muros e o fechamento de suas portas. Evidencia-se a necessidade de que todas as pessoas estejam atentas para o movimento de fechamento de portas, ressaltando, também, a importância da ampliação do debate dessa temática sob a perspectiva dos direitos humanos. (BAUMAN, 2017, p.7-10).

Bauman (2017, p. 9) coaduna-se com o entendimento de vários sociólogos, ao discorrer que:

A migração em massa não é fenômeno recente. Ele tem acompanhado a era moderna desde seus primórdios (embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção) -, já que nosso “modo de vida moderno” inclui a produção de “pessoas redundantes” (localmente inúteis, excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou localmente intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causadas pelas transformações sociais/políticas e subsequentes de lutas por poder). [...]

OIT – dispõe sobre a pluralidade sindical; Convenção n. 98/49 da OIT – dispõe sobre a proteção contra todos os atos de discriminação e de negociação coletiva; Convenção n. 29/30 da OIT – dispõe sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas; Convenção n. 105/59 da OIT – dispõe sobre a abolição do trabalho forçado; Convenção n. 138/73 da OIT – dispõe sobre a idade mínima para o trabalho e a abolição efetiva do trabalho das crianças; Convenção n. 182/99 da OIT – dispõe sobre as piores formas de trabalho das crianças; Convenção n. 100/57 – dispõe sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor.

A crise migratória é responsável pelo pânico moral, que constitui o medo de que algo ruim possa ameaçar o bem-estar da sociedade. Esse algo ruim seria a incerteza do futuro dos nacionais com entrada massiva de indivíduos em seu território, causadas pelo impacto das notícias veiculadas pelos meios de comunicação, aptas a incutirem ansiedades e medos referentes à crise migratória. (BAUMAN, 2017, p.13-15).

Os migrantes, na maioria das vezes, são desconsiderados pelos indivíduos que recebem informações transmitidas pelos meios de comunicação. Num primeiro momento, essas notícias promovem sensação de comoção, mas rapidamente as pessoas imersas na volatilidade do tempo, desenvolvidos na modernidade líquida, onde impera a fluidez das relações interpessoais, retomam sua vida cotidiana e esquecem da tragédia veiculada, que, por sua vez, será brevemente substituída por outra. São pessoas que vivem no automático, incapazes de olhar para o lado e de se importar com o problema do outro.

É nessa linha de raciocínio que Bauman (2017, p. 13-14), assevera que:

Refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos. Para quem está por trás dessas portas, eles sempre foram – como o são agora – estranhos. Estranhos tendem a causar ansiedade por serem “diferentes” – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que se esperar. Pelo que conhecemos, o influxo maciço de estranhos pode ser o responsável pela destruição das coisas que apreciávamos, e sua intenção é desfigurar ou abolir nosso modo de vida confortavelmente convencional. [...] E a ignorância quanto a como proceder, como enfrentar uma situação que não produzimos nem controlamos, é uma importante causa de ansiedade e de medo.

Percebe-se que a fragilidade existencial e a instabilidade das condições sociais humanas nos tempos globalizados, reforçada pela competição por um espaço no mercado de trabalho e pela busca constante de melhores condições de vida, são responsáveis pela instalação da incerteza e do medo nas sociedades invadidas pelos “estranhos”, que batem a “nossa porta”, constantemente apontados como os responsáveis por todos os infortúnios ocasionados pela conjuntura econômica e política da globalização.

Vislumbra-se a objetificação do ser humano como um produto a ser descartado a qualquer momento. Dessa forma, na visão dos nacionais, os migrantes são considerados como uma mancha social que precisa ser retirada a todo custo para que não interfira na condução normal da vida em sociedade. Porém, na realidade, esses migrantes indocumentados são vítimas de um processo desumano de mercantilização de suas vidas, quando são impulsionados pelas falsas promessas provenientes da globalização e impostas pelos detentores do poder econômico,

responsáveis pela oferta ilusória de melhoria das condições de vida para esses indivíduos marginalizados e vítimas do próprio sistema econômico.

A tendência humana é responsabilizar os migrantes pelo clima de instabilidade e incômodo causado pela incerteza existencial que interfere na confiança e minimiza a ambição, afetando os sonhos e os planos de vidas das pessoas que acreditam estar com tudo organizado e perfeitamente delineado. Entretanto, o que essas pessoas não veem é que esse clima de instabilidade advém das próprias forças da globalização. (BAUMAN, 2017, p. 21-22).

Some-se a isso o fato dessa instabilidade, na sociedade originária, ser utilizada no campo da política de forma oportunista pelos candidatos em seus discursos xenófobos e racistas com o objetivo de reunir uma grande quantidade de votos, ao explorar esse sentimento causado pelo afluxo de migrantes, reforçando a ideia de que eles são os responsáveis pela redução salarial, redução da oferta de empregos, dentre outras mazelas que lhes são atribuídas. (BAUMAN, 2017, p. 22).

Constata-se que são os países desenvolvidos os locais em que os migrantes econômicos procuram abrigo, impulsionados pelo desejo de alterar a sua realidade precária, porém ao chegarem no lugar tão sonhado, ricos em oportunidades, deparam-se com o interesse dos detentores do poder econômico e com o fluxo de mão de obra barata.

Os direitos desses trabalhadores são gravemente violados em detrimento do interesse empresarial na utilização da mão de obra barata. Esses empresários concentram-se, exclusivamente, na obtenção de uma maior aferição de lucros em decorrência desses movimentos migratórios, especialmente os realizados de maneira irregular.

Como solução para sair da zona de indiferença desse problema instalado em todo o mundo, Bauman (2017, p. 23) propõe estreitamento e intimidade no contato com os estranhos a ser cada vez mais estimulado, a fim de que haja uma fusão de horizontes. Acrescenta que a escolha desse curso não significa a resolução dos problemas e das incertezas ocasionadas pela globalização e pelo sistema econômico; como também não significa a obtenção de um alívio imediato da ansiedade.

O autor é categórico ao afirmar que não vislumbra uma alternativa mais confortável. A solução da crise migratória é a solidariedade dos indivíduos, que será alcançada por meio do diálogo, pois possibilita a superação da insensibilidade, desatenção e indiferença que proporciona o estado de crise e constitui a causa da cegueira moral da sociedade. (BAUMAN, 2017, p. 23-24).

É importante reforçar que a política migratória adotada pela maioria dos países se caracteriza pela segregação, por excluírem de suas fronteiras os indivíduos considerados

indesejáveis, ferindo os direitos humanos de grande parcela da população mundial. Assim, torna-se necessário que os Estados tirem a venda da insensibilidade, de dispam do oportunismo e criem condições de gerenciar as migrações sob a perspectiva dos direitos humanos, ao invés de tratar o fluxo migratório como um problema de segurança, aniquilando progressivamente os direitos humanos dos migrantes, contribuindo com a permanência dessas pessoas num estado de insegurança e vulnerabilidade. (BAUMAN, 2017, p 81-87).

Tanto o Estado como a sociedade devem compreender que o fluxo migratório transcende a questão de segurança nacional, ameaça de agressão ou defesa da ordem. A partir dessa compreensão, atingir-se-á o estabelecimento da comunicação e do diálogo necessários para a superação desse paradigma, pois só assim se alcançará um entendimento mútuo, considerado como um processo de fusão de horizontes, pelo reconhecimento da universalidade dos direitos humanos. (BAUMAN, 2017, p. 103).

Bauman (2017, p.103-105) reconhece que a solução da crise migratória não está na construção de muros, muito menos na deportação maciça de imigrantes ou, ainda, na criminalização e exclusão dos migrantes. Tal resposta deve ser empreendida por meio da construção de pontes e mediante de um diálogo multicultural, no intercâmbio e na compreensão mútua, na superação conjunta dos obstáculos pela negociação.

De fato, um dos maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores migrantes são os oriundos da migração irregular, por isso a necessidade dos Estados em adotar medidas adequadas para o enfrentamento das migrações irregulares ou clandestinas, a fim de que seja garantida a proteção dos direitos humanos desses indivíduos em condição de extrema vulnerabilidade, tendo em vista que esses trabalhadores indocumentados são alvos fáceis para serem explorados por empregadores escravocratas.

3.2 A MIGRAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS NORMATIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Para a melhor percepção do fenômeno migratório laboral e a devida promoção de políticas migratórias efetivas, visando o resgate da dignidade desses trabalhadores com a consequente eliminação da vulnerabilidade, que desemboca na exploração laboral com a utilização da mão de obra escrava, aponta-se a indispensabilidade de se proceder à abordagem das normatizações internacionais dos direitos dos migrantes, de observação necessária para a fundamentação das políticas migratórias de cada estado, que devem estar harmonizadas com tais diplomas legais.

Cumpra-se a abordagem por uma convenção internacional protetiva dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes que integra o sistema jurídico das Nações Unidas - ONU⁸¹, a qual constitui norma internacional geral e estende sua proteção aos migrantes indocumentados, além de constituir um referencial importante a ser seguido pelos Estados receptores quando da criação de suas normatizações e promoção de políticas públicas eficientes, que visem anular a condição de vulnerabilidade desses indivíduos.

Trata-se da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias, oriunda da resolução 45/158, a qual foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 18 de julho de 1990. Tal documento só entrou em vigor após a ratificação do mínimo exigido, o que só veio a ocorrer em 01 de julho de 2003. A Convenção objetiva garantir a dignidade de todos os trabalhadores migrantes, englobando os indocumentados, que, devido à sua condição irregular, ficam mais suscetíveis à exploração quando da realização das suas atividades laborativas.

Tal Convenção é considerada norma positiva de Direito Internacional Público, erigida à condição de costume internacional, passível de aplicação no direito interno, posto que pertence ao rol dos direitos e garantias individuais⁸².

Considerada um costume internacional que pode ser aplicada pela Corte Internacional de Justiça, trata de matéria relevante, ao ser alçada a instrumento jurídico fundamental de direitos humanos no sistema jurídico internacional, impactando no ordenamento jurídico interno dos Estados-parte.

O conteúdo do preâmbulo de tal Convenção evidencia a carga valorativa de proteção aos direitos humanos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias, estabelece a vinculação com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, o Pacto sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

. Demonstra a necessidade de harmonização das ações dos Estados com a aceitação dos princípios fundamentais relativos ao tratamento dos trabalhadores migrantes. Evidencia a situação de vulnerabilidade enfrentada pelos trabalhadores migrantes, devido ao seu afastamento do Estado de origem e ingresso no Estado de emprego.

⁸¹ A “A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais.” As Nações Unidas passaram a existir oficialmente no ano de 1945. Possui 193 países membros, sendo que o Brasil é membro fundador. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/position-paper-trabalho-escravo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁸² Nota Técnica de Tramitação da Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias nos Poderes Legislativo e Executivo em relação à Mensagem 696, de 2010, do Poder Executivo. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema3/2014_11685.pdf. Acesso em 20 jun. 2018.

Extrai-se, ainda, do preâmbulo do diploma internacional, a preocupação com os migrantes indocumentados, demonstrando a necessidade de adoção de medidas que assegurem os direitos humanos dos trabalhadores migrantes, com a finalidade de prevenir e eliminar os movimentos clandestinos que favorecem o tráfico, visando submetê-los à condição análoga à de escravo.

É possível extrair a definição de trabalhador migrante e suas espécies no art. 2º, alínea 2⁸³, a exemplo dos fronteiriços, sazonal, itinerante, marítimo e de estrutura marítima. A caracterização dos trabalhadores que não são considerados migrantes encontra-se no art. 3º⁸⁴. A especificação da condição de regularidade e irregularidade dos trabalhadores migrantes está contida no art. 5º⁸⁵. A seção II defende a não discriminação dos migrantes em matéria de direito.

A seção III elenca a proteção dos direitos humanos de todos os migrantes e de suas famílias, destacando a desnecessidade da situação regular, ampliando a sua proteção tanto para os migrantes documentados quanto para os migrantes indocumentados. Dentre esses direitos estão o direito à vida, a proibição de tortura, a aplicação de penas e os tratamentos cruéis, a proibição da escravatura ou servidão, a proibição de trabalho forçado ou obrigatório, a liberdade de consciência e religião, a proibição de interferência na vida privada, o direito à liberdade, à segurança, a proteção efetiva do Estado contra violência, maus-tratos físicos, ameaças e intimidação.

⁸³ ONU/1990. Art. 2º. 2. a) A expressão "trabalhador fronteiriço" designa o trabalhador migrante que conserva a sua residência habitual num Estado vizinho a que regressa, em princípio, todos os dias ou, pelo menos, uma vez por semana; b) A expressão "trabalhador sazonal" designa o trabalhador migrante cuja atividade, pela sua natureza, depende de condições sazonais e só se realiza durante parte do ano; c) A expressão "marítimo", que abrange os pescadores, designa o trabalhador migrante empregado a bordo de um navio matriculado num Estado de que não é nacional; d) A expressão "trabalhador numa estrutura marítima" designa o trabalhador migrante empregado numa estrutura marítima que se encontra sob a jurisdição de um Estado de que não é nacional; e) A expressão "trabalhador itinerante" designa o trabalhador migrante que, tendo a sua residência habitual num Estado, tem de viajar para outros Estados por períodos curtos, devido à natureza da sua ocupação(...) (ONU, 1990, art. 2º, inciso 1).

⁸⁴ ONU/1990. Art. 3º. A presente Convenção não se aplica: a) Às pessoas enviadas ou empregadas por organizações e organismos internacionais, nem às pessoas enviadas ou empregadas por um Estado fora do seu território para desempenharem funções oficiais, cuja admissão e estatuto são regulados pelo direito internacional geral ou por acordos internacionais ou convenções internacionais específicas; b) Às pessoas enviadas ou empregadas por um Estado ou por conta desse Estado fora do seu território que participam em programas de desenvolvimento e noutros programas de cooperação, cuja admissão e estatuto são regulados por acordo celebrado com o Estado de emprego e que, nos termos deste acordo, não são consideradas trabalhadores migrantes; c) Às pessoas que se instalam num Estado diferente do seu Estado de origem na qualidade de investidores; d) Aos refugiados e apátridas, salvo disposição em contrário da legislação nacional pertinente do Estado Parte interessado ou de instrumentos internacionais em vigor para esse Estado; e) Aos estudantes e estagiários; f) Aos marítimos e aos trabalhadores de estruturas marítimas que não tenham sido autorizados a residir ou a exercer uma atividade remunerada no Estado de emprego. (ONU, 1990, art. 3º).

⁸⁵ ONU/1990. Art. 5º. Para efeitos da presente Convenção, os trabalhadores migrantes e os membros das suas famílias: a) São considerados documentados ou em situação regular se forem autorizados a entrar, permanecer e exercer uma atividade remunerada no Estado de emprego, ao abrigo da legislação desse Estado e das convenções internacionais de que esse Estado seja Parte; b) São considerados indocumentados ou em situação irregular se não preenchem as condições enunciadas na alínea a) do presente artigo. (ONU, 1990, art. 5º).

Em se tratando de emprego e retribuição, o art. 25.3 da referida Convenção estabelece a igualdade de tratamento dispensados aos nacionais do Estado receptor, no que diz respeito ao horário de trabalho, ao descanso semanal, às férias remuneradas, à segurança, à saúde, à cessação da relação de emprego.

Observa-se que, em que pese a existência da proteção aos direitos humanos dos trabalhadores migrantes, ao determinar que sejam tratados com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana e a sua identidade cultural, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias estabelece, também, em seu art. 68, 1, b e c, que competem aos Estados identificar e eliminar movimentos ilegais ou clandestinos desses trabalhadores e de membros de suas famílias, devendo impor sanções com o objetivo de dissuadir pessoas, grupos ou entidades que realizem esses movimentos.⁸⁶

Dessa forma, verifica-se que tanto os trabalhadores migrantes em situação regular quanto irregular terão a proteção inerente à sua condição humana, devendo ser respeitada a sua dignidade, porém essa proteção será maior em se tratando dos migrantes documentados, como forma de enfrentamento da migração clandestina ou irregular que afeta tanto a pessoa do migrante quanto a própria sociedade que os recebe.

É baseado nesse entendimento que o art. 69, do referido diploma internacional, estabelece os critérios a serem considerados e seguidos para a regularização desses trabalhadores indocumentados, como a orientação aos Estados de sempre facilitar a integração social e minimizar a vulnerabilidade desses indivíduos⁸⁷.

Finalmente, o art. 79⁸⁸, constante das disposições finais da Convenção, impõe aos Estados o dever de adequação de seu ordenamento jurídico interno e suas políticas públicas ao

⁸⁶ ONU/1990. Art. 68 1. Os Estados Partes, incluindo os Estados de trânsito, cooperam a fim de prevenir e eliminar os movimentos e o trabalho ilegais ou clandestinos de trabalhadores migrantes em situação irregular. Na prossecução deste objetivo, os Estados interessados tomam, nos limites da sua competência, as providências a seguir indicadas: b) Medidas destinadas a detectar e a eliminar os movimentos ilegais ou clandestinos de trabalhadores migrantes e de membros das suas famílias e a impor sanções eficazes às pessoas, grupos ou entidades que organizem, realizem ou participem na organização ou direção de tais movimentos; c) Medidas destinadas a impor sanções eficazes às pessoas, grupos ou entidades que recorram à violência, à ameaça ou à intimidação contra os trabalhadores migrantes ou os membros das suas famílias que se encontrem em situação irregular.

⁸⁷ ONU/1990. Art. 69 1. Os Estados Partes, em cujo território se encontrem trabalhadores migrantes e membros das suas famílias em situação irregular, tomam as medidas adequadas para evitar que essa situação se prolongue. 2. Sempre que os Estados Partes interessados considerarem a possibilidade de regularizar a situação dessas pessoas, de harmonia com a legislação nacional e os acordos bilaterais ou multilaterais aplicáveis, devem ter devidamente em conta as circunstâncias da sua entrada, a duração da sua estada no Estado de emprego, bem como outras considerações relevantes, em particular as que se relacionem com a sua situação familiar.

⁸⁸ ONU/1990. Art. 79 Nenhuma disposição da presente Convenção afeta o direito de cada Estado Parte de estabelecer os critérios de admissão de trabalhadores migrantes e de membros das suas famílias. No que se refere

documento internacional, devidamente embasado nas demais normatizações protetivas dos direitos humanos, consoante entendimento previamente exarado nesse estudo.

A Convenção Internacional de 1990 foi elaborada com o objetivo de ser uma norma abrangente de aplicação universal, para ser ratificada pela maioria dos Estados como norma genérica, servir de base para a elaboração do ordenamento jurídico interno e a promoção das políticas públicas de acolhimento e de inserção dos migrantes na sociedade. Entretanto, percebe-se um número reduzido de ratificações tendo em vista que muitos países, que não aderem à incorporação desse diploma legal no seu ordenamento jurídico, apontam como justificativa o fato de que a proteção dispensada aos migrantes indocumentados constitui incentivo a migração irregular.

O Brasil não ratificou essa Convenção, mas ela se encontra em tramitação nos Poderes Legislativos e Executivos, mediante o encaminhamento da Mensagem n. 696/2010 para a Câmara dos Deputados, com a última movimentação em junho de 2015, por intermédio do Ato da Presidência⁸⁹, que ordenou a criação de uma Comissão Especial para proferir parecer à referida mensagem que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção.

Prosseguindo no estudo das normatizações internacionais, tem-se a Convenção n. 97 sobre Trabalhadores Migrantes da Organização das Nações Unidas (OIT), aprovada em 01 de julho de 1949, com entrada em vigor em 22 de janeiro de 1952 e ratificada pelo Brasil em 18 de junho de 1965, mediante o Decreto Legislativo n. 20/1965. Essa normatização restringe a proteção aos trabalhadores migrantes em situação regular com o Estado empregador receptor, o que pode ser depreendido da definição do trabalhador migrante.

A Convenção n. 97/49 estabelece a definição do trabalhador migrante e o seu âmbito de aplicação em relação às espécies desses trabalhadores, ao afirmar que o termo trabalhador migrante designa qualquer pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por conta própria, excetuando da sua proteção os trabalhadores fronteiriços; como também, as pessoas que exerçam profissões liberais e artísticas, cuja entrada se restrinja a um curto período de tempo, e os trabalhadores marítimos⁹⁰.

às outras questões relativas ao estatuto jurídico e ao tratamento dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias, os Estados-partes ficam vinculados pelas limitações impostas pela presente Convenção.

⁸⁹Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1347062&filename=Tramitacao-MS+696/2010. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁹⁰OIT/1949. Art. 11. Para os fins da presente Convenção, o termo «trabalhador migrante» designa uma pessoa que emigra de um país para outro com vista a ocupar um emprego que não seja por sua conta própria; inclui todas as pessoas admitidas regularmente na qualidade de trabalhador migrante. A presente Convenção não se aplica: a) aos trabalhadores fronteiriços; b) a entrada, por um curto período, das pessoas exercendo uma profissão liberal e de artistas; c) aos trabalhadores do mar.

Os Estados-partes, nesse caso o Brasil, têm o compromisso de encaminhar para a OIT, quando solicitado, informações referentes à política e às legislações internas sobre a emigração e imigração, como também em relação à circulação dos trabalhadores migrantes e às suas condições de vida, consoante o disposto no art. 1º da Convenção⁹¹.

A normatização, em comento, prevê a não discriminação ao determinar que os Estados receptores deverão dispensar um tratamento em consonância com o aplicado aos seus nacionais, especialmente no que se refere à remuneração, à duração do trabalho, ao pagamento de férias, à idade mínima, à formação profissional. Destaque-se que essa proteção está em harmonia com a Convenção de 1990, analisada em momento anterior⁹².

Evidencie-se, ainda, que a Convenção n. 97/49 possui três anexos referentes à regulamentação da forma de realizar o recrutamento desses trabalhadores, incluindo as condições de emprego e a isenção dos direitos aduaneiros, sendo vedada a cobrança do imposto de importação dos objetos pessoais, ferramentas e equipamentos destinados ao exercício de sua profissão.

A Convenção n. 143 da OIT, aprovada em 24 de junho de 1975 e em vigor em 9 de dezembro de 1978, constitui uma normatização principiológica e protetiva dos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes, estejam ou não em situação regular, que reconhece e combate ao tráfico ilícito e clandestino de mão de obra, considerada um diploma complementar à Convenção n. 97/49.

Em que pese não ter sido ratificada pelo Brasil, a sua análise é importante, tendo em vista que o Brasil é membro fundador da OIT, e, por essa razão, aceitou os princípios e direitos contidos na Constituição da OIT e na Declaração da Filadélfia. Tal assertiva encontra fundamentação na Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho⁹³, inciso 1, alíneas a e b; e inciso 2, alíneas a, b, c e d, ao dispor que os princípios referenciados na Constituição e na Declaração da Filadélfia são expressos na forma de direitos

⁹¹ OIT/1949. Art. 1º. Os Membros da Organização Internacional do Trabalho para os quais a presente Convenção esteja em vigor comprometem-se a pôr à disposição do Secretariado Internacional do Trabalho e de todos os outros Membros, a seu pedido: a) Informações sobre a política e a legislação nacionais relativas à emigração e à imigração; b) Informações sobre as disposições particulares relativas ao movimento dos trabalhadores migrantes e às suas condições de trabalho e vida; c) Informações relativas aos acordos gerais e aos arranjos particulares concluídos nestas matérias pelo Membro em questão.

⁹² ONU/1990. Art. 6º. Os Membros para os quais a presente Convenção esteja em vigor obrigam-se a aplicar, sem discriminação de nacionalidade, de raça, de religião ou de sexo, aos imigrantes que se encontrem legalmente nos limites do seu território um tratamento que não seja menos favorável que aquele que é aplicado aos seus próprios nacionais no que diz respeito às seguintes matérias.

⁹³ Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

e obrigações específicos em Convenções consideradas como fundamentais no âmbito interno e externo à OIT.

Ademais, tal Declaração reconhece, expressamente, o compromisso dos Estados pertencentes à Organização em respeitar, promover e tornar realidade os princípios relativos aos direitos fundamentais que são objetos dessas Convenções, especialmente o referente à eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação, devidamente assegurada na normatização, em análise.

Portanto, os princípios e normas protetivas dos trabalhadores migrantes, constantes nesse instrumento legislativo, devem ser realizados pelo Brasil, no momento da elaboração das suas legislações e políticas públicas migratórias, mesmo não o tendo ratificado. Destaque-se o compromisso assumido com a proteção do interesse desses trabalhadores, encontra-se presente tanto no preâmbulo da Constituição da OIT/1919⁹⁴ quanto no preâmbulo da Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho/1998⁹⁵.

Após a demonstração da obrigatoriedade da observação da Convenção da OIT n. 143/78 pelo Brasil, apesar da sua não ratificação, passa-se ao exame dos principais pontos referentes à proteção dos direitos dos trabalhadores documentados e indocumentados, com ênfase no tratamento mais humanizado em relação às migrações irregulares, concernentes à mudança no paradigma na questão da tratativa, antes com políticas voltadas estritamente para a questão da segurança nacional, passando a ser compreendida sob o aspecto protetivo dos direitos humanos. A Convenção n. 143/78 inicia seu sistema de proteção na Parte I, intitulada Migrações em condições abusivas, demonstra a necessidade dos Estados receptores e dos empregadores dessa força de trabalho combaterem as migrações clandestinas e ilegais de trabalhadores migrantes⁹⁶, com a imposição de penalidades para os responsáveis pelas migrações ilegais⁹⁷. Nessa parte,

⁹⁴ Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁹⁵ Disponível em: http://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

⁹⁶ OIT/1978. Art. 3º. Todo o Estado Membro deverá tomar as medidas necessárias e apropriadas, quer da sua própria competência, quer as que exijam a colaboração de outros Estados Membros: a) A fim de suprimir as migrações clandestinas e o emprego ilegal de migrantes; b) Contra os organizadores de movimentos ilícitos ou clandestinos de migrantes com fins de emprego, provenientes do seu território ou que a ele se destinam, assim como os que se efetuam em trânsito por esse mesmo território, bem como contra aqueles que empregam trabalhadores que tenham imigrado em condições ilegais; a fim de prevenir e eliminar os abusos citados no artigo 2.º da presente Convenção.

⁹⁷ OIT/1978. Art. 6º. 1. No âmbito das várias legislações nacionais, deverão ser tomadas disposições para uma detecção eficaz de emprego ilegal de trabalhadores migrantes e para a definição e aplicação de sanções administrativas, civis e penais, incluindo penas de prisão, no que diz respeito a emprego ilegal de trabalhadores migrantes e à organização de migrações com fins de emprego que impliquem os abusos definidos no artigo 2.º da presente Convenção e ainda a assistência prestada conscientemente a tais migrações com ou sem fins lucrativos. 2. O empregador processado em virtude da aplicação das disposições tomadas no presente artigo deverá ter o direito de fazer prova da sua boa-fé.

reúne os dispositivos que estabelecem obrigações para os Estados, pertinentes ao respeito dos direitos fundamentais de todos os trabalhadores migrantes, com a identificação desses trabalhadores, vítimas de movimentos ilegais ou clandestinos; à localização dos migrantes laborais, em trânsito, com o objetivo de serem submetidos a condições desumanas de trabalho e de vida. Estabelece, ainda, a necessidade da adoção de medidas que visem erradicar as migrações clandestinas e o emprego ilegal de migrantes por parte dos Estados, com o fito de evitar a exploração escravocrata contemporânea.

O objetivo dessa proteção é prevenir os abusos cometidos a esses trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, justamente por estarem indocumentados. Esse intuito é reforçado no art. 6º, quando prevê a criminalização dessas pessoas e organizações envolvidas no tráfico ilegal de mão de obra, evitando-se, dessa forma, a redução desses trabalhadores a condição análoga à de escravo, ao serem submetidos a trabalhos forçados, a jornadas excessivas e a condições degradantes de trabalho, o cerceamento da sua liberdade com a retenção de documentos, a proibição de uso de transporte e vigilância ostensiva, todas condutas que afrontam a dignidade da pessoa humana.

Concernente ao art. 8º⁹⁸, o trabalhador migrante não perde a sua condição de regularidade pela perda do emprego adquirido, anteriormente, dentro dos requisitos legais. Nessa hipótese, não há que se falar em revogação da autorização de residência ou do trabalho.

A Parte II da normatização internacional protege a igualdade de oportunidades e de tratamento, estendendo a proteção, especificamente, para os trabalhadores migrantes em situação regular, ao afirmar no art. 10º⁹⁹, que os membros da Convenção deverão promover políticas nacionais aptas a garantir tal igualdade em relação ao emprego e à profissão, à segurança social, aos direitos sindicais e à liberdade individual e coletiva. Apresenta a definição

⁹⁸ OIT/1978. Art. 8º. 1. Desde que tenha residido legalmente no país com fim de emprego, o trabalhador migrante não poderá ser considerado em situação ilegal ou irregular pela simples perda do seu emprego, a qual, por si só, não deverá acarretar a revogação da sua autorização de residência ou, eventualmente, da sua autorização de trabalho. 2. Por conseguinte, deverá beneficiar de tratamento igual ao dos nacionais, especialmente no que diz respeito às garantias relativas à segurança de emprego, à reclassificação, aos trabalhos de recurso e à readaptação.

⁹⁹ OIT/1978. Art. 9º. 1. Sem prejuízo das medidas destinadas a controlar os movimentos migratórios com fins de emprego garantindo que os trabalhadores migrantes entram no território nacional e aí são empregados em conformidade com a legislação aplicável, o trabalhador migrante, nos casos em que a legislação não tenha sido respeitada e nos quais a sua situação não possa ser regularizada, deverá beneficiar pessoalmente, assim como a sua família, de tratamento igual no que diz respeito aos direitos decorrentes de empregos anteriores em relação à remuneração, à segurança social e a outras vantagens. 2. Em caso de contestação dos direitos previstos no parágrafo anterior, o trabalhador deverá ter a possibilidade de fazer valer os seus direitos perante um organismo competente, quer pessoalmente, quer por meio dos seus representantes. 3. Em caso de expulsão do trabalhador ou da sua família, estes não deverão custeá-la. 4. Nenhuma disposição da presente Convenção impedirá os Estados Membros de conceder às pessoas que residem ou trabalham ilegalmente no país o direito de nele permanecerem e serem legalmente empregadas.

do trabalhador migrante no art. 11, alínea 1¹⁰⁰ e menciona apenas os trabalhadores em situação regular; e, na alínea 2 do mesmo artigo relaciona os trabalhadores excluídos da proteção dessa Parte II¹⁰¹, que são: os trabalhadores fronteiriços, artistas, profissionais liberais em curto período de tempo no país e os com objetivo de formação ou educação.

A Convenção 143/78 aponta a necessidade da adequação da norma internacional às circunstâncias e aos costumes nacionais. Assim, prescreve que os Estados-partes devem promulgar leis e elaborar programas de educação que promovam o conhecimento necessário, por parte dos migrantes, das políticas que visem assegurar a sua proteção e permitir o exercício de seus direitos; revogar as legislações e promover a adequação de disposições ou práticas administrativas incompatíveis com a política adotada pela Convenção.

Da mesma forma do que já foi afirmado sobre a Convenção Internacional protetiva dos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes e suas famílias, que estabelece a proteção de certos direitos, exclusivamente para os trabalhadores migrantes em situação regular, pode-se afirmar que tal diferenciação de tratamento entre os trabalhadores regulares e irregulares, reside no fato de estimular a constante regularização deles. Tal ato objetiva evitar, justamente, condutas de pessoas e organizações responsáveis pelo tráfico ilegal desses trabalhadores migrantes, uma vez que a situação de irregularidade favorece o estabelecimento da. Ressalte-se, ainda, a preocupação com o combate da exploração laboral análoga à escravidão devido a vulnerabilidade desses indivíduos.

3.3 A MIGRAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS NORMATIZAÇÕES NACIONAIS

Como bem afirma Paulo Henrique Faria Nunes (2018, p. 21), hodiernamente, fala-se num campo autônomo de estudo referente às normas que tratam do controle de migrantes, o Direito Migratório. Tal Direito conecta-se com o Direito Internacional das Migrações, concentrando-se o primeiro ao ordenamento jurídico interno de um país e o segundo à dimensão internacional.

¹⁰⁰ OIT/1978. Art. 11. 1. Para fins de aplicação do disposto nesta parte II da Convenção, o termo «trabalhador migrante» designa uma pessoa que emigra ou emigrou de um país para outro com o fim de ocupar um emprego não por conta própria; compreende todo e qualquer indivíduo regularmente admitido como trabalhador migrante.

¹⁰¹ OIT/1978. Art. 11. 2. A presente parte II não se aplicará: a) Aos trabalhadores fronteiriços; b) Aos artistas e aos indivíduos que exerçam uma profissão liberal que tenham entrado no país por período curto; c) Aos trabalhadores do mar; d) Aos indivíduos vindos especialmente com fins de formação ou de educação; e) Aos indivíduos empregados por organizações ou empresas que laborem no território de um país e que tenham sido admitidos temporariamente nesse país, a pedido do seu empregador, a fim de cumprir funções ou executar tarefas específicas durante um período limitado e determinado e que devem abandonar o país logo que sejam dadas por terminadas tais funções ou tarefas.

Em relação à significação de alguns termos necessários à compreensão da temática, como a migração constitui um fenômeno que transcende as fronteiras nacionais, fala-se em migração interna e internacional, sendo que ambas podem ser realizadas de forma espontânea ou dirigida. A primeira ocorre por iniciativa da própria pessoa que deseja realizar o deslocamento; já a segunda é decorrente de um programa governamental ou intergovernamental. O Brasil já fez parte e executou projetos de migração dirigida, a exemplo dos acordos realizados com a Itália nas décadas de 50 e 60 e com a Espanha e o Japão¹⁰², em 1960. (NUNES, 2018, p.21-22).

Apesar de se esperar que a mobilização das pessoas seja um ato voluntário, existe, também, a migração forçada, presente na humanidade desde os tempos mais remotos. São as oriundas de fenômenos naturais que assolam determinados territórios, semelhantes as catástrofes naturais e as decorrentes das relações humanas, como as guerras, os planos econômicos e as obras de infraestrutura. Em todos os casos, os migrantes estão em busca da manutenção ou da melhoria do seu padrão de vida. (NUNES, 2018, p. 22).

Frise-se que essas pessoas, necessariamente, estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, constituindo alvos fáceis para os recrutadores da mão de obra escrava, momento em que têm a sua dignidade desconsiderada.

Saliente-se que até março de 2017, vigorava no ordenamento jurídico pátrio a Lei n. 6.815/1980, denominada Estatuto dos Imigrantes, cuja tutela dos seus direitos obedecia a lógica do enfoque da segurança nacional, negligenciando a proteção e a garantia de todos os direitos afetos a essa parcela da população. Tal diploma legal direcionava a sua atuação na política de selecionar e localizar, a fim de atender as demandas referentes às necessidades da força de trabalho estrangeira.

Diante dessa realidade, surgiram inúmeros debates sobre a temática, os quais impulsionavam para a constatação da necessidade de avanços no tratamento dessas questões para assegurar as garantias e os direitos dos migrantes.

¹⁰² O autor fez menção aos arts. 3º e 7º do Acordo sobre Migração e Colonização Brasil-Japão, evidenciando a definição das duas modalidades de migrações comentadas no texto acima. “Art. 3º A migração espontânea é a que se opera por livre iniciativa e às expensas dos migrantes, quer considerados individualmente, quer coletivamente, em conjunto familiar ou grupo de famílias, devendo ficar inteiramente submetida às disposições legais ordinárias que, a respeito, vigorem em um outro país. Art. 7º A migração dirigida far-se-á por meio de um plano estabelecido de comum acordo e sob a responsabilidade das Altas Partes Contratantes.” (NUNES, 2018, p. 22).

Nesse sentido, Carla Ricci e Jessica Monteiro Clementino da Silva (2018, p. 28) aduzem:

[...] a partir de uma trajetória de pressões sociais internas e internacionais, intensificada pelos recentes movimentos de imigração, o debate sobre a incompatibilidade da legislação brasileira com a realidade dos imigrantes no Brasil alcançou as vias de formação de uma agenda política. Após alguns anos de trabalho e articulação, foi aprovada, no ano de 2017, a lei 13.445, que revoga o Estatuto do Estrangeiro e concede uma nova abordagem ao tema da imigração no Brasil.

Em 4 de maio de 2017, a Lei n. 13.445/2017 é sancionada e passa a vigorar em novembro do mesmo ano, trazendo consigo um grande avanço pertinente à questão migratória no Brasil. O mais significativo reside no fato da mudança do enfoque na proteção, que deixa de ser a segurança nacional para enfatizar a garantia dos direitos dos migrantes, tanto em relação àqueles que emigram quanto aos que imigram.

É sob esse aspecto que Nunes (2018, p. 21) aduz que “a substituição do Estatuto do Estrangeiro pela Lei de Migração diz respeito ao regime migratório brasileiro, composto de fontes internas (leis, normas infralegais) e internacionais (tratados), mas interessa igualmente a pessoas e governos estrangeiros e organismos internacionais.”

Evidencia-se o engajamento das autoridades públicas, parlamentares e sociedade civil, que contribuíram efetivamente com sugestões importantes, tanto na aprovação da lei quanto na pressão, para que fosse assegurada a garantia dos direitos humanos veiculados nela.

Em que pese toda a participação conjunta desses atores sociais, o texto foi sancionado com vinte trechos vetados pelo presidente, na época. Foram vetados aspectos importantes da lei sobre a circulação de povos indígenas nas terras tradicionalmente ocupadas; o direito dos visitantes estrangeiros recorrerem gratuitamente ao Sistema Único de Saúde – SUS; o direito da ocupação de cargos, emprego ou função pública pelos migrantes. (RICCI; SILVA, 2018, p. 32).

Pode-se apontar como inovação da novel legislação a previsão de vários princípios e diretrizes da política migratória no país em seu art. 3º, destacando-se, especialmente, a universalidade, a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; o repúdio e prevenção à xenofobia¹⁰³; o repúdio ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; a não criminalização da migração; a promoção da entrada regular e de regularização documental; a promoção e disseminação de direitos, garantias e obrigações dos migrantes; a igualdade de

¹⁰³ Xenofobia constitui desconfiança, temor ou antipatia por pessoas estranhas ao meio que as ajuíza ou ao que é incomum ou vêm de fora do país. Dicionário Online de Português. Definição disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2018.

tratamento e de oportunidade ao migrante e seus familiares; a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social.

Tais princípios regerão a política migratória nacional, a qual deve ser guiada pelos princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da legislação, em comento. A maioria conecta-se com a efetividade da dignidade da pessoa do migrante, o que confirma a mudança de paradigma com o estatuto do estrangeiro, constituindo um novo marco regulatório da matéria.

Mister salientar que se encontra enraizada no país uma situação de discriminação étnica e racial nas práticas sociais, o que demonstra a importância da integração e da formulação de políticas públicas para os migrantes que adentram o território brasileiro. Essa barreira necessita ser urgentemente ultrapassada rumo à concretização dos direitos humanos e à implementação do direito ao desenvolvimento, que será tratado mais adiante.

Trata-se de uma estrutura social racista e xenofóbica, o que pode ser evidenciado tanto na trajetória da política migratória nacional, na resistência que existiu em relação à aprovação da lei e nos episódios de agressões físicas e morais contra os venezuelanos no estado de Roraima desde 2017, amplamente veiculados nas mídias de comunicação. É necessária a realização de treinamentos, cursos de idiomas para facilitar a compreensão com esses imigrantes, bem como seja efetivado o atendimento às suas necessidades, não só nos aspectos linguísticos, mas nos culturais e na divulgação do conhecimento afetos à regularização documental e aos direitos a que fazem jus. (RICCI; SILVA, p. 37-38).

Assim, a nova Lei de Migração encetou uma luta contra a discriminação dos migrantes, destacando-se o combate à criminalização da imigração¹⁰⁴, momento em que, definitivamente, o migrante deixa de ser visto como uma ameaça nacional, passando a ser considerado sujeito ativo e participante ativo do seu desenvolvimento. Trata-se de uma legislação que promoveu a ampliação e o fortalecimento dos direitos humanos, com fundamentação na primazia da norma mais protetiva e benéfica aos direitos humanos, especialmente com a inclusão dos dispositivos sociais de proteção aos trabalhadores migrantes.

Nesse esboço, Guerra (2017, p. 1722) pontua que:

[...] a nova lei coloca o Brasil em posição de vanguarda nesta matéria, posto que defere aos imigrantes uma série de prerrogativas que até então eram conferidos apenas para os seus nacionais. Entre as principais mudanças introduzidas pela nova Lei de

¹⁰⁴ BRASIL. Lei n. 13.445/17. Art. 3º, III, da Lei de Migração. Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: III – não criminalização da migração.

Migração, estão a desburocratização do processo de regularização migratória, a institucionalização da política de vistos humanitários, a não criminalização por razões migratórias, além de conferir uma série de direitos aos migrantes que até então não eram garantidos.

Outro ponto importante a ser evidenciado é o disposto no inciso XVIII do art. 3º da legislação em estudo, referente à necessidade de serem observadas as disposições dos tratados. Mais uma vez aponta-se a necessidade das legislações e regulamentações internas estarem embasadas nas normatizações internacionais ratificadas pelo país, além das consideradas como normas consuetudinárias internacionais, devidamente tratadas no tópico anterior.

Seguindo na análise dos pontos positivos do diploma legal, Guerra (2017, p. 1725) pontua que:

Quanto aos direitos sociais, tratou da inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; acesso igualitário e livre do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social. [...]

Aponta-se a garantia da igualdade estampada no *caput* do art. 4º do diploma legal mencionado, e as presentes nos seus incisos relacionadas aos direitos sociais e à associação sindical, ao cumprimento das obrigações legais e contratuais referentes aos contratos de trabalho desses trabalhadores; à aplicação das normas protetivas relativas aos trabalhadores, com a vedação expressa de qualquer discriminação em razão da nacionalidade e condição do migrante; às medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e violações de direitos; ao direito do migrante de ser informado sobre as garantias que lhes são asseguradas no processo de regularização migratória. Reconhece-se, também, o acesso do imigrante à justiça¹⁰⁵, para a realização de todos os direitos e liberdades, finalmente, reconhecidos.

Muitos doutrinadores posicionam-se no sentido de afirmar que a lei, em comento, representa um grande avanço para o Brasil na tratativa da matéria. Tanto é assim, que Guerra (2017, p. 1736) afirma:

A nova lei de migração chegou para contribuir, não apenas para com aqueles que encontram-se fora de seu país de origem, mas também para o Estado brasileiro, que além de possibilitar o ingresso e acesso incondicional para os imigrantes, tornando-os

¹⁰⁵ De acordo com os seguintes dispositivos da Lei de Migração: Art. 4º Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas; VII – direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; XI – garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; IX – amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

visíveis, proporcionará, por meio da participação dos mesmos, maior crescimento e inserção do país no cenário internacional, sendo possível afirmar que a lei 13445/2017 foi bastante benéfica para todas as pessoas que encontram-se na situação encampada pela lei, como também para o próprio Estado brasileiro.

Constata-se que a Lei de Migração constitui um grande passo em direção ao respeito das garantias e direitos de todos os migrantes, em consonância com o princípio da igualdade material e o princípio da não discriminação, além de estar alinhada aos diplomas legais internacionais, tais como: Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Migrantes e dos Membros de suas Famílias/ONU, que visa assegurar a dignidade dos migrantes em suas relações de trabalho, abrangendo os indocumentados; a Convenção da OIT n. 97/40, que tutela os direitos dos trabalhadores migrantes em situação regular e a Convenção da OIT n. 143/75, a qual objetiva a proteção dos direitos fundamentais de todo trabalhador, englobando migrante em situação regular e irregular. Nota-se a harmonia dos ordenamentos jurídicos nacional e internacional, especialmente no que se refere ao respeito e promoção dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

O migrante que adentra o território nacional em busca de uma atividade laborativa deve seguir o procedimento delineado no art. 12 da lei, em análise. Assim, tem de requerer a concessão do visto temporário, segundo o art. 12, II c/c Art. 14, I, alíneas “a” e “e”. Estabelece, ainda, o § 5º do artigo mencionado a possibilidade de concessão do visto ao migrante que esteja em ingresso no território nacional para exercer uma atividade laboral, independentemente da existência de um vínculo empregatício, porém é necessário que comprove uma oferta de trabalho formalizada por pessoa jurídica situada no Brasil. Essa exigência é dispensada caso o imigrante comprove possuir titulação em curso superior ou equivalente.

Note-se que o acima descrito se relaciona aos migrantes regulares. Em relação aos migrantes indocumentados, esses devem ser instruídos a procurarem os órgãos de controle, como a Polícia Federal, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, entre outros, para regularizar a sua situação e conseguir preceder à expedição da documentação relacionada acima.

Tal conduta representa o primeiro passo para que esses indivíduos estejam aptos a reivindicarem seus direitos e possam protagonizar sua história, iniciando um caminho árduo na consecução de uma vida decente com oportunidades de escolhas.

O art. 120 da Lei de Migração prevê a necessidade de ser implementada uma Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátridas, com a finalidade de empreender ações devidamente expedidas pelo Poder Executivo Federal em cooperação com os Estados, Distrito

Federal e Municípios; sociedade civil organizada; organismos internacionais e entidades privadas, dependendo de regulamento para a sua efetividade, dependente de elaboração.

Destaque-se, ainda, a inclusão do art. 232-A, no Código Penal Brasileiro, por meio do art. 115, com a criminalização da promoção de migração ilegal, para fins de obtenção de vantagem econômica.

Nota-se, por conseguinte, que o principal desafio a ser enfrentado para a efetivação do diploma legal reside na elaboração de uma regulamentação apta a assegurar os avanços empreendidos por essa lei, evitando-se, assim, a desconfiguração dos progressos alcançados. Acrescente a isso, a necessidade de promoção de campanhas educativas e informativas, direcionadas para os migrantes e para a sociedade em geral, em relação à importância da concretização da lei, a fim de que se possa combater efetivamente as ideologias contrárias às migrações.

Ocorre que em 21 de novembro de 2017, a lei migratória é regulamentada pelo Decreto n. 9.199/2017. Essa regulamentação tem sido alvo de sérias críticas no sentido de que há uma visível incompatibilidade com todo o processo de estudos e discussões do período em que se precedeu à elaboração da lei, constituindo medida temerária em promover retrocessos concernentes às conquistas históricas já efetivadas.

Nessa esteira de entendimento, André Ramos¹⁰⁶ assevera que:

[...] a regulamentação da nova lei causou-nos perplexidade e grande apreensão. Submetido a uma brevíssima consulta pública que durou não mais do que alguns dias, o texto do Regulamento foi alvo de numerosas críticas formuladas por especialistas, entidades sociais e instituições que se ocupam do tema em nosso país.[...] Assim, representa uma grave ameaça a conquistas históricas, tanto no que se refere aos direitos dos migrantes como no que tange à capacidade do Estado brasileiro de formular políticas adequadas em relação a esta matéria de relevância crescente.

Dentre os principais pontos negativos do regulamento estão a utilização de termos preconceituosos como clandestino; a inclusão de uma norma de eficácia limitada, que permite a prisão do migrante; a redução da proteção ao contingente de migrantes, ao exigir a formalização de oferta de trabalho, a qual deve ser efetivada por meio do contrato individual de trabalho ou de contrato de prestação de serviços, para a concessão de visto e a não regulamentação da Política Nacional de Migrações e de Refúgios.

¹⁰⁶ Trata-se de entendimento de vários doutrinadores, dentre eles, André de Carvalho Ramos, Clémerson Clève Merlin, proferido na plataforma digital Consultor Jurídico, no dia 23 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-23/opiniao-regulamento-lei-migracao-praetem-legem>. Acesso em: 15 abr. 2019.

De acordo com a não regulamentação do art. 120 do diploma legal *suso* mencionado André Ramos¹⁰⁷ preceitua que:

Além de pecar por ação, o Decreto em exame peca igualmente por omissão. Um primeiro grave exemplo é a total ausência de menção à Política Nacional sobre Migrações, Refúgio e Apátrida, instituída pelo artigo 120 da nova Lei de Migração, em que se inscreve a regra de participação da sociedade civil, bem como de outros atores sociais e governamentais.

Ramos¹⁰⁸, em relação aos pontos que macula à regulamentação da nova Lei de Migração, acrescenta que:

Antes de mais nada, o emprego do termo vulgar “clandestino” ao se referir a uma pessoa humana, que figura artigo 172 do Decreto regulamentador, bem revela suas graves limitações técnicas. No mesmo sentido, ignorando o artigo 123 da nova lei, em virtude do qual “Ninguém será privado de sua liberdade por razões migratórias, exceto nos casos previstos nesta Lei”, o Decreto abre a possibilidade de prisão do deportando.

Percebe-se, mediante uma análise superficial, que a regulamentação limita conquistas concretizadas formalmente pela edição da Lei n. 13.445/2017, em relação aos direitos dos migrantes, bem como restringe a atuação estatal em relação a promoção de políticas públicas efetivas capazes de minimizar a situação de vulnerabilidade desses trabalhadores.

A lei 13.445/2017 constitui um marco legal referente à temática das migrações no Brasil, especialmente por considerar a migração um direito, rechaçando-a do âmbito da ilegalidade e do crime. Ricci e Silva (2018, p. 37) apontam obstáculos políticos e sociais que impedem a implementação dessa legislação, especialmente no que se refere à assistência aos imigrantes, tendo em vista a inexistência de uma política pública específica para esse fim.

Evidencia-se que a Lei de Migração contempla vários direitos contrários às condutas perpetradas em face dos trabalhadores bolivianos e venezuelanos, conforme os relatos presentes nesta pesquisa, constituindo um grande passo em direção ao respeito as garantias e direitos de todos os migrantes, corroborando com o princípio da igualdade material e o princípio da não discriminação e da integração do próprio migrante na definição dos princípios e diretrizes correlatos à nova lei, além de estar alinhado aos diplomas legais internacionais.

¹⁰⁷ Trata-se de entendimento de vários doutrinadores, dentre eles, André de Carvalho Ramos, Clèmerson Clève Merlin, proferido na plataforma digital Consultor Jurídico, no dia 23 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-23/opinio-regularmento-lei-migracao-praetem-legem>. Acesso em: 15 abr. 2019.

¹⁰⁸ Trata-se de entendimento de vários doutrinadores, dentre eles, André de Carvalho Ramos, Clèmerson Clève Merlin, proferido na plataforma digital Consultor Jurídico, no dia 23 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-23/opinio-regularmento-lei-migracao-praetem-legem>. Acesso em: 15 abr. 2019.

3.3.1 A lógica escravocrata nas migrações laborais no Brasil: um breve relato

Como medida de demonstração da materialização do trabalho escravo no contexto das migrações laborais, é importante apresentar o relato do documentário, veiculado em 09 de abril de 2013, no programa Profissão Repórter¹⁰⁹, sob a direção do jornalista Caco Barcelos. Tal documentário propaga a rota de exploração experienciadas pelos trabalhadores bolivianos, conhecida como “rota da costura”, que tem início com o recrutamento de mão de obra pelos aliciadores na Bolívia e término nas oficinas de costura localizadas em São Paulo.

O assunto foi transmitido há mais de 5 anos, porém bastante atual por retratar a atualidade. Essa situação subsiste, sem qualquer alteração na realidade dessas pessoas que saem de seus países em busca de melhores condições de vida, por meio de um trabalho que lhes possa garantir a sua subsistência.

A imigração representa um dos grandes desafios que vem sendo enfrentado por todas as nações do globo, além de estar relacionada a um vasto conteúdo de transformação sociocultural, política e econômica. É o caso do Brasil, que após a exploração e o extermínio de uma boa parte da população indígena, praticados pelos conquistadores, seguiu-se, com tráfico negreiro para exploração da mão de obra desses trabalhadores, seguindo-se com a exploração dos imigrantes na época em que eclodiu o movimento de proibição do tráfico de escravos, com a posterior abolição da escravatura.

A mobilidade dos trabalhadores bolivianos para o Brasil ocorreu, em maior escala, na década de 1980. Fatores econômicos constituíram a principal motivação desse movimento populacional, o qual tinha como objetivo principal a empregabilidade para mudarem a sua realidade social. A busca por trabalho para alterar as condições precárias vivenciadas em sua terra de origem impulsionava-os para outra localidade.

O tema do trabalho escravo de imigrantes latino-americanos no Brasil é objeto de estudos e discussão regulares, o que reflete ser consequência de um problema socioeconômico complexo, em virtude da desigualdade social, da falta de oportunidades, da vulnerabilidade dessas pessoas, da ausência de políticas sociais, do tráfico de pessoas, além dos obstáculos e dificuldades na seara jurídica, que dificultam a permanência e regularização documental do trabalhador migrante.

¹⁰⁹Reportagem do programa Profissão Repórter. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2013/04/esquema-de-exploracao-do-trabalho-de-bolivianos-no-brasil-e-revelado.html>. Acesso em: 28 abr. 2018.

A condição jurídica dos imigrantes indocumentados contribui para a exploração laboral e a inefetividade dos direitos fundamentais sociais, sendo um dos focos dessa pesquisa verificar a viabilidade de contemplação de garantias e direitos pelos imigrantes em condição de igualdade com os cidadãos originários do país receptor empregador.

A reportagem desperta sérias reflexões acerca do tratamento dispensado ao indivíduo que adentra num país estranho a procura de um emprego, objetivando mudar a sua situação precária e é surpreendido com a exploração da sua força de trabalho ao ser reduzido à condição análoga à de escravo.

O Ministério da Justiça e, na época, o denominado Ministério do Trabalho e Emprego¹¹⁰ acompanhou a força tarefa, composta por membros do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Fiscais do Trabalho e Polícia Federal, realizada para investigar as oficinas de confecções em São Paulo, onde foram encontrados trabalhadores bolivianos em condições análogas à escravidão.

Esses trabalhadores são desrespeitados em sua dignidade desde o primeiro momento da sua peregrinação, pois iniciam a sua jornada em busca de uma oportunidade numa fila enorme formada na fronteira entre a Bolívia e o Brasil, na cidade de Corumbá. Mais de quinhentas pessoas chegam a esperar, aproximadamente, três dias para conseguir o visto de entrada no país, em condições sub-humanas, com a família inteira dormindo ao relento, sem alimentação

¹¹⁰ O Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência – MTE foi extinto, oficialmente, em 07 de janeiro de 2019 e teve suas pastas incorporadas ao Ministério da Economia, Ministério da Cidadania e Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em relação ao Decreto n. 9.662/19, que dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança, o art. 8º trata das medidas em relação à Coordenadoria-Geral de imigração e ao Conselho de Atividades Financeira do extinto Ministério do Trabalho. O Decreto n. 9.674/2019, dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério da Cidadania. Já o Ministério da Economia (Decreto n. 9.679/2019) terá competência, além dos temas previdenciários, sobre os seguintes assuntos relacionados ao trabalho: I – política e diretrizes para a modernização das relações do trabalho; II – fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; III – política salarial; IV – política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; V – formação e desenvolvimento profissional; VI – segurança e saúde no trabalho; e VII – regulação profissional.” Essas atribuições ficarão distribuídas em três Secretarias, da seguinte forma: 1) Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, e subordinada a esta, a Secretaria de Trabalho com duas subsecretarias: Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, onde estão lotados os auditores-fiscais do Trabalho, e a Subsecretaria de Políticas Públicas e Relações de Trabalho; 2) Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, com a Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego; 3) Secretaria Especial do Ministério da Economia, a de Fazenda, que ficará responsável pelo Departamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Departamento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ademais, o Conselho Nacional do Trabalho e a Funda Centro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho) também ficarão vinculados a esse Ministério. Os ministérios da Cidadania e da Mulher, Família e Direitos Humanos, ficarão responsáveis pelas questões relacionadas à promoção de oportunidades de trabalho aos beneficiários do Bolsa Família e do trabalho da mulher, da conciliação família e trabalho e do combate ao trabalho escravo. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-08/antonio-queiroz-esquartejamento-ministerio-trabalho>. Acesso em: 10 abr. 2019.

adequada, sem água, a fim de conseguirem um local na fila que começa a ser formada na ponte da fronteira.

Apesar da maioria conseguir o visto de turista, essas pessoas objetivam permanecer no Brasil para trabalhar na produção de confecções de peças para vestuário. Então, entram de forma regular com o visto de turista e continuam no país de forma irregular, em virtude da expiração de tal autorização, quando passam a integrar a condição de cidadãos indocumentados ou em situação irregular.

Os migrantes entrevistados chegam ao Brasil endividados, caracterizando a famosa servidão por dívida, momento em que são ludibriados com falsas promessas de oportunidade de emprego, tendo todas as despesas da viagem e a antecipação de salário para custear as necessidades emergenciais de instalação na nova localidade realizadas pelos aliciadores. Assim que chegam no local de trabalho, são surpreendidos com uma realidade totalmente diversa da ofertada e são obrigados a trabalhar em condição análoga à escravidão. Na verdade, são submetidos a trabalhos realizados por produtividade, com pagamentos irrisórios por peças produzidas, levando-os a cumprir jornadas de trabalhos exaustivas para conseguir uma quantia que lhes permitam apenas sobreviver.

O Ministro da Justiça, ao ser entrevistado, admite a necessidade de melhorar a estrutura dos postos de fronteiras e acrescenta que a questão dos migrantes e fronteiras representa um dos grandes desafios que o Ministério enfrenta. Afirma, ainda, que esse problema é difícil de ser superado, devido ao efetivo reduzido da polícia federal, o que não permite uma solução imediata.

No documentário, foram constatados fortes indícios de aliciamento dos trabalhadores na cidade de La Paz, capital da Bolívia, o que denota que essas pessoas são, na realidade, traficadas para serem exploradas em condições análogas à de escravos, em condições degradantes. Adentram, no Brasil, endividadas e são obrigadas a trabalhar para saldar uma dívida impagável, correspondendo ao típico caso de servidão por dívida.

Ressalta-se que a escravidão moderna adquiriu nova roupagem ao não estar diretamente ligada à imagem de pessoas presas por grilhões. Verifica-se que a situação da escravidão moderna transcende a restrição da liberdade ambulatorial e atinge, também, a dignidade da pessoa humana. Esse fato é verificado quando esses trabalhadores são submetidos a jornadas exaustivas, capazes de aniquilar todas as suas forças, debilitando-os para as atividades laborativas. Pode-se, ainda, apontar a submissão desses indivíduos a condições degradantes de trabalho, como por exemplo, em ambientes insalubres sem iluminação, ventilação, saneamento

básico, água potável. São as formas modernas de escravização do ser humano, devidamente delineadas no art. 149 do Código Penal Brasileiro.

Ao se deparar com a realidade veiculada na reportagem, percebe-se que o homem está inserido numa modernidade, onde as relações humanas encontram-se fragilizadas, tendo como pressuposto a transformação dos seres humanos em mercadorias, o que contribui para a objetificação do indivíduo e violação dos direitos fundamentais que lhes são inerentes. Vivencia-se uma modernidade líquida, a qual constitui nossa época atual, em que as relações de trabalho se desgastam progressivamente, ocasionando o desrespeito às suas regulamentações. (BAUMAN, 2014, p. 57-59).

Dessa forma, os indivíduos habitam um mundo onde predominam a objetificação e descartabilidade das pessoas. Constatou-se que a exploração do homem visa à obtenção apenas do lucro dos detentores de capital, o que afeta negativamente os direitos fundamentais dos indivíduos. (BAUMAN, 2014, p.59).

Um fato exaustivamente apresentado, no documentário, refere-se à existência de inúmeras agências com milhares de cartazes afixados em suas paredes, convocando os trabalhadores bolivianos para trabalharem em oficinas de confecção em São Paulo. Esses cartazes estavam espalhados, também, pelas ruas, um dos quais oferecia ajuda econômica e exigia que a pessoa contasse com 27 anos e estivesse no período gestacional de 2 a 6 meses. Segundo os auditores fiscais, esse tipo de anúncio denota, claramente, subterfúgio para a configuração de caso de adoção internacional, de tráfico de pessoas ou de tráfico de órgãos.

Ao prosseguir com a operação, realizou-se investigações para a identificação das empresas que organizavam a produção das peças de vestuários produzidas pelos bolivianos. Constatou-se que a produção era realizada, na maioria das vezes, nas próprias oficinas dos bolivianos, os quais laboram em forma de cooperativa familiar de fato, consideradas as “terceirizadas” e, nesse caso, os auditores fiscais notificam os donos da produção e não os proprietários das grandes grifes, responsáveis pela superexploração desses trabalhadores, o que dificulta a responsabilização dos autores da conduta delituosa.

Os exploradores dessa mão de obra exigem que essas oficinas possuam CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) para terem condições de emitir a nota fiscal, justamente para legalizar a transferência da atividade para suas empresas.

Os advogados da empresa informaram que esses trabalhadores bolivianos não possuíam vínculo empregatício com a empresa proprietária da marca coivara e que não tinham o conhecimento de que eles estavam sendo submetidos à exploração escravocrata. Entretanto, foram identificados vários indícios da existência de relação entre as oficinas e a empresa, a

exemplo de um caderno de anotações com inúmeras regras a serem seguidas, impostas pela empresa dona da produção.

A empresa proprietária da marca Coivara foi acusada de manter relação com outras oficinas que utilizavam o trabalho escravo nessa mesma fiscalização, devido à existência de um documento que comprovava que as máquinas de costuras eram de propriedade da referida empresa. Após o término da investigação, exigiu-se o pagamento da indenização das verbas trabalhistas de quarenta e cinco bolivianos pelo tempo que trabalharam no Brasil, mas inexistiu a responsabilização criminal dos envolvidos nessa prática.

No documentário ficou nítida a existência de jornadas de trabalhos exaustivas de até 18 horas diárias; salários que não atingiam ao mínimo legal; alimentação precária; retenção de documentos; cerceamento da liberdade de locomoção por meio de portas trancadas e/ou câmeras de vigilância; descontos com o traslado Bolívia-Brasil; desenvolvimento das atividades laborativas em estabelecimentos em condições insalubres, com pouca luminosidade, deficiência de instalações sanitárias e de moradia, confundindo-se com o próprio local de trabalho; crianças mantidas presas em quartos escuros ou amarradas ao pé da máquina de costura, enquanto os pais desenvolviam suas atividades laborais.

Alie-se a tudo isso a presença da coação psicológica realizada pelos donos das oficinas ou da produção, com ameaças constantes de realização de denúncias para as autoridades migratórias. A coação encontrava terreno fértil para que ocorresse a sua efetivação porque esses trabalhadores não possuíam documentação que os autorizassem a permanecer no país, devido à expiração do visto de turistas, momento em que passavam a integrar a condição irregular de permanência no território brasileiro.

De forma semelhante, tem-se a realidade dos cortadores de cana, apresentada na pesquisa de Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva (2008, p. 193), em sua tese de doutoramento, ao abordar a exploração laboral enfrentada por esses trabalhadores. A autora destaca a violência à dignidade da pessoa humana quando são determinadas jornadas extenuantes, capazes de afetar a saúde desses indivíduos. Evidencia o valor irrisório percebido por eles, o que justifica a necessidade de que realizem uma jornada de várias horas, muito além do que o corpo humano possa suportar, suplantando demasiadamente a jornada de trabalho legal¹¹¹, com o único intuito de conseguir receber uma remuneração que lhes supram as

¹¹¹ O limite da jornada de trabalho encontra-se disposta na Constituição Federal, art. 7º, XIII. Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

necessidades vitais. Esse sistema de produção era responsável pela exaustão extrema dos cortadores, ocasionando a morte de inúmeros trabalhadores.

Referenciando reportagem da folha de São Paulo, Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva (2008, p. 193), menciona as condições degradantes de trabalho ao relatar que esses trabalhadores são acometidos pela sudorese, por laborarem em áreas de calor intenso, à céu aberto, associado ao esforço excessivo desenvolvido por essas pessoas quando realizam suas atividades laborais e pelas câimbras. Afirmo que, de 2004 a 2007, vários trabalhadores morreram em decorrência do trabalho exaustivo.

O resultado das pesquisas de Luciana Aboim (2008, p. 193), realizadas em nível qualitativo, na região de Ribeirão Preto, evidencia que a “vida útil de um cortador de cana é inferior a 15 anos, expectativa de vida abaixo dos negros em alguns períodos da escravidão.” (SILVA, 2008, p. 193).

Situação semelhante ocorre com os venezuelanos que migram do seu país para Roraima, que até 10 de maio de 2018, totalizavam mais de 40 mil migrantes, representando 10% da população de Boa Vista. Há uma estimativa realizada pela Organização das Nações Unidas de que aproximadamente 800 venezuelanos cruzam diariamente a fronteira do Brasil pela cidade de Pacaraima/RR.¹¹²

A mobilização desses venezuelanos para o Brasil é caracterizada pela situação precária suportada por eles em sua terra de origem, com a escassez de alimentos e remédios, a instabilidade política e a inflação de aproximadamente 700% em seu país.¹¹³

Em 07 de novembro de 2018, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados reuniu-se para discutir sobre a violação dos direitos dos migrantes e refugiados, que se dirigem ao Estado de Roraima, objetivando a superação da situação precária estabelecida no país de origem. Cerca de 600 migrantes venezuelanos adentram o território brasileiro por esse estado diariamente, já totalizando nessa data mais de 500 mil migrantes. Diante desse fato, emerge o problema da falta de emprego para essas pessoas em Roraima, por essa razão esses migrantes representam alvos fáceis para a exploração da mão de obra escrava¹¹⁴.

¹¹²Disponível em: <http://www2camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS...SE-SE-AGRAVA-COM-PERIODOS-DE-CHUVAS-EM-RORAIMA.html>. Acesso em: 08 jan. 2019.

¹¹³Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/565196-MIGRANTES-VENEZUELANOS-PODEM-ESTAR-SEND-ALICIADOS-PARA-TRABALHO-ESCRAVO-E-EXPLORACAO-SEXUAL.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

¹¹⁴Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/565196-MIGRANTES-VENEZUELANOS-PODEM-ESTAR-SEND-ALICIADOS-PARA-TRABALHO-ESCRAVO-E-EXPLORACAO-SEXUAL.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Isso ocorre em virtude do grande número de mão de obra disponível, acarretando os baixíssimos salários e o aumento de trabalho informais, ocasião em que os empregadores se aproveitam da situação de vulnerabilidade dessas pessoas. Na maioria das vezes, a força de trabalho é trocada por um prato de comida. Há notícias de que essas pessoas estão sendo aliciadas para trabalharem nas fazendas caracterizadas pelo truck system, que é vedado pelo ordenamento jurídico, posto que se materializa em trabalho escravo disfarçado.

Os casos de exploração do trabalho escravo contemporâneo aumentam na mesma proporção do número de venezuelanos que adentram a fronteira brasileira. Milhares de pessoas encontram-se em busca de emprego, dinheiro e comida. São as vítimas da exploração laboral. Várias histórias tristes emergem desse cenário. É o caso de uma jornalista de 27 anos que viajou de Caracas para Boa Vista para escapar da crise econômica que assola a Venezuela. Devidamente documentada, foi contratada para receber um salário mínimo num restaurante naquela localidade. Posteriormente foi informada de que só receberia as gorjetas e a comida. Ainda assim, não tem a intenção de denunciar a exploração experienciada porque receia ficar sem alimentação.¹¹⁵

“Relatórios de instâncias internacionais revelaram casos de assédio e violência sexual no local de trabalho, violência física e verbal, condições de trabalho análogas à escravidão, exploração sexual e evidências de tráfico humano sofridos pelos venezuelanos no Brasil.” Essas pessoas aceitam se submeter às condições descritas, devido à postergação da situação precária que não é alterada com a entrada no país. Assim, a troca da força de trabalho por um prato de comida corresponde a circunstância corriqueira no dia a dia desses indivíduos.¹¹⁶

Um senhor de 58 anos recebeu uma oferta para trabalhar numa fazenda em troca de um salário de R\$ 600,00 para cumprir uma jornada diária de “sol a sol”, sendo que no final do mês o seu salário sofreu um desconto de R\$ 200,00 para custear a alimentação “composta, basicamente, por feijões, cuscuz e ossos”. Esse senhor conseguiu fugir da fazenda, retornar para Boa Vista e afirma que aceitaria outro emprego no campo se houvesse o pagamento do salário, em virtude da dificuldade enfrentada para conseguir trabalho na área urbana, sendo que tem a necessidade de enviar dinheiro para o sustento da família¹¹⁷.

¹¹⁵Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,imigrantes-venezuelanos-no-brasil-sao-vitimas-de-exploracao-do-trabalho,70002218795>. Acesso em: 08 mar. 2018.

¹¹⁶Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,imigrantes-venezuelanos-no-brasil-sao-vitimas-de-exploracao-do-trabalho,70002218795>. Acesso em: 08 mar. 2018.

¹¹⁷Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,imigrantes-venezuelanos-no-brasil-sao-vitimas-de-exploracao-do-trabalho,70002218795>. Acesso em: 08 mar. 2018.

Em 26 de abril de 2018, o Ministério do Trabalho efetuou o resgate de aproximadamente 10 venezuelanos vítimas do trabalho em condições análogas à de escravo no Estado de Roraima. As vítimas dessa exploração encontravam-se alojadas em locais precários, sem água potável, realizavam jornadas exaustivas de trabalho, não possuíam direito ao descanso semanal, recebiam salários ínfimos, os quais eram retidos como forma de coagir o retorno desses trabalhadores para o local de trabalho. Note-se que a grande maioria dos trabalhos eram realizados em fazendas e, em algumas vezes, trabalhavam para prestadores de serviços da prefeitura.¹¹⁸

É sob essa perspectiva que se pode aduzir que a maioria dos venezuelanos não se reconhecem em situação de escravidão contemporânea. Isso ocorre em razão da não diferenciação das condições sub-humanas enfrentadas por eles no país de origem, posto que se encontram inseridos num contexto de pobreza extrema.

Para se ter uma noção aproximada da jornada de trabalho e salário percebidos por esses trabalhadores, tem-se o relato dos procuradores do trabalho:

Os quatro resgatados na empresa prestadora de serviços da prefeitura trabalhavam das 8h às 20h, quando não ultrapassavam este período, carregando e descarregando estruturas metálicas de palcos e tendas, com peças pesando mais de 50 kg, e recebiam por semana valores entre R\$ 100 e R\$ 150, sem descanso semanal. Além disso, seis pessoas viviam em um cômodo de 25 m², com um fogão instalado ao lado do banheiro sem porta, dormindo em redes ou colchões no chão e em meio a materiais de construção. O cômodo ficava a menos de 300 metros da sede do empregador. Além dos quatro venezuelanos, dois cubanos também foram resgatados nesta empresa em março do ano passado.¹¹⁹

O chefe da Divisão de Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo – Detrae, Mauricio Fagundes, relata que a maior dificuldade é conseguir identificar a situação mencionada, devido à falta de consistência das denúncias por ausência de informação. Muitas vezes os próprios venezuelanos desconhecem a localização da fazenda ou do local em que laboram. É muito comum os empregadores aliciarem essas pessoas para trocar a sua força de trabalho por alimentação e moradia, o que já configura o trabalho escravo contemporâneo. Destaque-se que pouquíssimas denúncias referentes a essas condutas são recebidas em razão

¹¹⁸Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/26/trabalho-escravo-venezuelanos-roraima.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

¹¹⁹Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/26/trabalho-escravo-venezuelanos-roraima.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

do desconhecimento das leis por parte dos venezuelanos, além de terem receio pela própria segurança.¹²⁰

Note-se que a lógica escravocrata empreendida aos cortadores de canas data do ano de 2008 e podem ser comparadas com a que os trabalhadores das indústrias têxteis estão submetidos atualmente, em que pese a notícia ter sido transmitida no ano de 2013. Pasmem, é o que experimentam os venezuelanos, hodiernamente.

Trata-se de uma realidade que necessita ser ressaltada e discutida com todos os atores sociais, inclusive com as vítimas desse processo. Na maioria das vezes, as próprias vítimas não se enxergam como escravos, mas é nítida a percepção de que esses indivíduos estão acorrentados por grilhões invisíveis. Essas pessoas vivenciam a pobreza extrema e muitas das condições degradantes a que são submetidas no ambiente de trabalho, não diferem das que encontram na sua vida pessoal, o que não justifica tal ocorrência. Esse fato não pode ser silenciado. Há a necessidade de se descortinar o comportamento que atropela e assola a grande maioria dos trabalhadores desprovidos de conhecimento e que se encontram à margem do sistema dominante.

Por oportuno, vale destacar que a prevalência das leis reguladoras do mercado proporciona a objetificação do trabalhador, ao considerá-lo como mera mercadoria. Por essa razão, há a necessidade dos legisladores e dos operadores do direito desenvolverem não apenas uma visão jurídica, mas também sociológica do arcabouço de leis que compõem o sistema de proteção do trabalhador humano, visando conjugar as esferas social e econômica com o devido respeito à realidade contemporânea.

3.4 UMA TEORIA DA JUSTIÇA PARA A FUNDAMENTAÇÃO DO TRABALHO DECENTE DOS MIGRANTES E A CONSEQUENTE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO¹²¹

A busca pela fundamentação teórica para a aplicação da justiça à realização do trabalho humano, oriundas das mudanças socioeconômicas ocorridas no fim do século XIX e início do século XX, com a ascensão do Estado social, teve, dentre outros fatores propulsores, os movimentos sociais voltados à proteção do indivíduo trabalhador, mediante o respeito aos seus

¹²⁰Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/26/trabalho-escravo-venezuelanos-roraima.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

¹²¹ A correlação entre a Teoria da Justiça de John Rawls e o Trabalho Decente é fruto do estudo desenvolvido pelo doutrinador José Cláudio Monteiro Brito Filho, em sua obra intitulada Trabalho Decente: análise jurídica da exploração do trabalho – trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno, a qual foi utilizada para embasar o presente tópico.

direitos e garantias fundamentais de cidadão, por força da ordem econômica liberal então vigente.

Tal período teve como marco legal fundamental as Constituições do México de 1917 e de *Weimar* de 1919, introduzindo o poder interventor do Estado na ordem econômica como garantidor de direitos individuais e sociais. Uma das funções desse Estado interventor era garantir os direitos fundamentais do cidadão aliado aos direitos sociais, os quais passaram a limitar as liberdades econômicas.¹²²

Em que pese a ideia de concepção de justiça fundada nos direitos sociais e coletivos, a Constituição Federal de 1988, traz, em seu art. 1º, incisos III e IV, como fundamento da República do Brasil, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Da mesma forma, preceitua o art. 3º do mesmo Texto Constitucional que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, em seu inciso I, construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Nesse sentido, percebe-se que o Estado Democrático de Direito traz como um dos valores fundamentais a ser alcançado e protegido pela ordem econômica constitucional, a liberdade econômica sob os aspectos da livre iniciativa, ao tempo em que garante, por outros valores expressos em seu texto, o alcance da justiça e da solidariedade. Tais objetivos devem gerar, dentre outros direitos e garantias, o respeito à dignidade da pessoa humana, incluindo-se nele, a valorização do trabalho.

Depreende-se dos fundamentos e objetivos constitucionais da República Federativa do Brasil que valores expressos de ordem liberal compõem o ideal de justiça social, de solidariedade e alcance à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a busca pelas garantias mínimas à proteção do trabalho humano, conhecido como trabalho decente¹²³, pode ser analisada e dialogada com a concepção do liberalismo de princípios a partir dos ensinamentos de John Rawls. (BRITO FILHO, 2016).

Para o alcance desse fundamento, deve-se compreender o trabalho decente como o mínimo de garantias e direitos dos trabalhadores.¹²⁴ Ao se garantir esse mínimo existencial,

¹²² Portanto, é uma fase que marca o direito do trabalhador muitas vezes subjugados nas fábricas, sem qualquer garantia contra o trabalho insalubre, sem jornada de trabalho regulamentada e outras garantias mínimas à proteção do trabalho digno e saudável.

¹²³ Para Brito Filho (2016, p. 43), trabalho decente “é o conjunto mínimo de direitos do trabalhador, necessários à preservação de sua dignidade, e que corresponde: à existência de trabalho; à liberdade de trabalho; à igualdade no trabalho; ao trabalho com condições justas, incluindo remuneração, e que preservem sua saúde e segurança; à proibição do trabalho da criança e a restrições ao trabalho do adolescente; à liberdade sindical; e à proteção contra riscos sociais.”

¹²⁴ Esses direitos são considerados direitos humanos de segunda geração, constituindo os direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz a composição dos direitos mínimos do homem trabalhador nos arts. XXIII e XXIV. Tal composição diz respeito à liberdade de escolha do trabalho,

aproxima-se da teoria da justiça capaz de justificar a almejada proteção ao trabalhador, o que resvalará com a erradicação do trabalho escravo contemporâneo.

Segundo John Rawls (2000, p. X-XI), uma sociedade democrática moderna se caracteriza por uma pluralidade de doutrinas abrangentes, religiosas, filosóficas e morais, das quais nenhum cidadão adota em seu conjunto. Segundo o autor, o liberalismo político pressupõe que, por razões políticas, uma pluralidade de doutrinas abrangentes incompatíveis entre si é o resultado normal do exercício pelos cidadãos de sua razão no seio das instituições livres de um regime democrático constitucional. Ele pressupõe igualmente que existe pelo menos uma doutrina abrangente razoável que não rejeita os elementos essenciais de um regime democrático.

O autor parte do questionamento de como formar uma teoria da justiça por justaposição numa sociedade democrática formada por diversos valores que se contrapõem, galgados por cidadãos livres e com senso de justiça. Então, busca no liberalismo político uma maneira de fornecer uma concepção política de justiça independente, que a partir de ideias políticas fundamentais, formule os valores políticos essenciais de um regime constitucional. A partir dessa construção, é possível conceber os valores do regime democrático, definindo os valores e limites que uma Constituição deve alcançar.

Para Rawls (2000, p. 250-251), um dos elementos que definem uma concepção política de justiça são as instituições políticas, sociais e econômicas, posto que mesmo que a concepção de justiça seja moral, é concebida em torno de um certo objeto. Essa construção se aplica à estrutura básica da sociedade, portanto, uma estrutura constitucional moderna. Um segundo elemento refere-se à não compreensão de uma concepção política como uma concepção moral geral e abrangente, não estando comprometida com nenhuma doutrina mais ampla, devendo considerar a estrutura básica e desenvolver uma concepção razoável para ela.

Um terceiro elemento se dá pela ordenação, em função de um princípio, dos valores políticos fundamentais de uma sociedade. Rawls (2000, p. 256) parte da ideia de que existe uma tradição de pensamento democrático, cujo conteúdo é familiar, pelo menos intuitivamente, para todos os cidadãos. As principais instituições da sociedade podem ser consideradas um fundo de

ao direito de nele encontrar condições justas de remuneração, ao respeito às horas trabalhadas e ao período de repouso. Encontra-se, também, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), os artigos que tratam da liberdade sindical, da proibição do trabalho forçado, da proibição do trabalho abaixo de uma idade mínima e da proibição de discriminação. Esse conjunto mínimo de proteção ao direito do trabalhador está, ainda, previsto no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovado na XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966, sendo ratificado pelo Brasil em 1992. (BRITO FILHO, 2016).

ideias e de princípios fundamentais implicitamente compartilhados, podendo ser desenvolvidos numa concepção política de justiça mediante o apoio de um consenso por justaposição.

Nesse sentido, ressalta-se que quando os cidadãos são livres e iguais, significa que deve ser analisada essa concepção sob a ótica política, onde o conteúdo é observado com base nas liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos de uma democracia, e não nos direitos filosóficos ou religiosos. Tal concepção deve ser aceita por um leque amplo de doutrinas gerais e abrangentes, portanto, por um consenso de justaposição. O objeto da justiça é a estrutura básica da sociedade, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais.

Dessa forma, os princípios da justiça seriam acordados em uma situação inicial de igualdade, aceitos por pessoas livres e racionais com o fim de defender seus interesses, indicando quais seriam os princípios adequados para reger as principais instituições sociais e que revelam a escolha de dois grandes ideais políticos: a liberdade e a igualdade.

Nesse aspecto, não se admite a desigualdade que venha gerar prejuízo a determinado indivíduo, aos menos favorecidos, posto que não há como se conceber uma concepção de justiça sem considerar cada um dos indivíduos em seus direitos mínimos como pessoa.

Assim, dentre os princípios determinados por Rawls, tem-se o de que cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas iguais, que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para todos. Logo, as desigualdades sociais devem ser ordenadas de forma que tragam o maior benefício possível para os menos favorecidos. A teoria de Rawls introduz a igualdade como ideal político e rompe com a visão liberal clássica, concentrada no binômio liberdade-propriedade privada. (BRITO FILHO, 2016, p. 75).

Nessa perspectiva, respeitar os direitos e as garantias de cada pessoa é mais do que resguardar a liberdade e a igualdade, é sobretudo respeitar uma concepção de direitos humanos como concepção de justiça, realizando-a sob as particularidades de cada pessoa dentro das liberdades políticas, de forma que a aplicação da sua teoria de justiça alcança os direitos humanos de segunda geração também. Portanto, suas ideias estão adequadas à proteção do trabalho decente e sua realização, posto que, embora sendo um direito social, também é um direito individual em sua fruição, devendo o Estado proporcionar a cada indivíduo o indispensável para que esse direito seja satisfeito.

E falar em trabalho escravo contemporâneo é justamente ir de encontro a esses direitos básicos, promovendo a sua negação. Os trabalhadores quando submetidos a condições análogas

à de escravo, não usufruem dos direitos referentes à consecução do trabalho decente, afetando o alcance da liberdade e da dignidade humana.

4 O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Milhares de trabalhadores experimentam a exploração laboral, em que os seus direitos elementares configuradores de uma relação trabalhista válida são tolhidos das mais diversas formas. Dentre as principais, destacam-se as condutas elencadas no art. 149 do Código Penal Brasileiro.

Por essa razão, a prática desse fenômeno representa uma das principais formas de exclusão social, tendo em vista que os trabalhadores são rotineiramente agredidos desde o tolhimento dos seus direitos até em relação à sua moral e integridade física. Tem-se que o fator primordial dessa exclusão é a visualização do ser humano como objeto, como também, o não reconhecimento do indivíduo como sujeito de direitos e garantias que lhes são inerentes.

Nesse contexto, tem-se o Direito ao Desenvolvimento¹²⁵, como um instrumento indispensável à humanização dos indivíduos, a fim de que sejam vedadas e renegadas quaisquer práticas que os reduzam a mero objeto, destinados a proporcionar mão de obra barata para os detentores de poder econômico que se encontram em situação privilegiada.

Nesse capítulo, buscar-se-á demonstrar que o desenvolvimento humano é a pedra de toque para o enfrentamento da vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes, constantemente submetidos à exploração do trabalho forçado e demais formas de escravidão. São trabalhadores que experimentam uma invisibilização dúplice, tanto na esfera estatal quanto na social, o que demanda a utilização do instrumento jurídico do Direito ao Desenvolvimento como uma alternativa para a solução desse problema.

Tal invisibilização dual refere-se ao estado de pobreza em que se encontram, como também ao estigma que carregam por serem considerados um estrangeiro que adentra num território diverso da sua terra de origem para retirar a oportunidade de trabalho dos nacionais.

4.1 DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ESTRANGEIRO

4.1.1 Desenvolvimento: termo multifacetado

Para Robério Nunes Anjos Filho, definir desenvolvimento é uma tarefa árdua, em razão

¹²⁵ A expressão Direito ao Desenvolvimento foi utilizada pela primeira vez pelo doutrinador senegalês Keba M'Baye numa conferência inaugural do Curso de Direitos Humanos do Instituto Internacional de Direitos do Homem de Estrasburgo em 1972, intitulada O direito ao desenvolvimento como um direito do Homem. (ANJOS FILHO, 2010, p. 135).

da vinculação do termo ao plano social, político, humano, ambiental, regional e sustentável. Isso porque cada significação engloba mais de uma compreensão, dificultando a possibilidade de uma definição unívoca aceita universalmente. (ANJOS FILHO, 2013, p. 17).

Tem-se, então, que “o conteúdo do termo *desenvolvimento* é dinâmico, por possuir um objeto de ampliação que o acompanha na sua evolução histórico-social, sendo considerada, hodiernamente, uma palavra plurívoca.” (ANJOS FILHO, 2013, p. 18).

Dentre as diversas concepções, a econômica foi a inaugural e mais propagada. Define desenvolvimento como crescimento econômico. Com o passar do tempo, percebe-se que o processo de desenvolvimento ultrapassa o setor econômico da sociedade e alcança o bem-estar social e ambiental. Nesse contexto, pode-se falar em desenvolvimento integrado, deixando evidente a interdisciplinaridade do termo. (ANJOS FILHO, 2013, p. 21-22).

Evidencia-se que a ocorrência do crescimento econômico de forma eficaz deve estar associado a uma melhoria na qualidade da vida das pessoas com a promoção do bem-estar social e econômico, a fim de que advenha a redução da pobreza; o aumento dos salários; a melhoria das condições laborativas, da moradia, da saúde, da educação, do lazer e da alimentação. Enfim, deve propiciar a atendimento das necessidades primordiais da pessoa humana.

Assim, a Declaração do Direito ao Desenvolvimento de 1986 contribui decisivamente para a ampliação do discurso do desenvolvimento em seu viés estritamente econômico, passando a tratá-lo também sob as demais perspectivas. Tal declaração enfatiza a mudança de perspectiva ao dar enfoque à conexão entre direitos humanos e desenvolvimento, por tratar do desenvolvimento voltado à pessoa humana, como participante ativa e beneficiária do direito ao desenvolvimento. (SILVA; BRITTO, 2018, p. 9).

Nesse toar, Amartya Sen (2010, p. 28) afirma que o direito ao desenvolvimento deve suplantiar a significação de acumulação de riquezas e de crescimento econômico, para englobar, também, a ideia de conciliação dos direitos humanos e desenvolvimento.

A incompletude do desenvolvimento econômico ocasionou a repercussão desse fenômeno em outras áreas de estudo, sobretudo em relação ao meio ambiente, onde ocupou papel de destaque. Fala-se no desenvolvimento sustentável, termo disseminado pelo relatório “O Nosso Futuro Comum”, datado de 1987, segundo o qual o desenvolvimento sustentável é aquele que está preocupado em atender as necessidades atuais, mas comprometidos com as gerações futuras, a fim de que essas gerações possam gerir suas próprias necessidades. A concretização do desenvolvimento sustentável dependerá de um planejamento estatal organizado, tendo em vista que ações humanas desordenadas causam danos ambientais, na maioria das vezes irreparáveis. (ANJOS FILHO, 2013, p. 38).

Apesar da ampliação do termo desenvolvimento, denota-se a necessidade de complementar a compreensão do desenvolvimento e um marco importante para integrar o sentido do termo ficou conhecido por Cúpula de Copenhagen, realizada no período de 6 a 12 de março de 1995, cujo principal tema foi o desenvolvimento social. Nesse encontro, foram elaborados dois documentos: a Declaração de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social e o Programa de Ação da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social. (ANJOS FILHO, 2013, p. 42).

Restou demonstrado que o desenvolvimento social e a justiça social são dois pilares indispensáveis para a consecução e a preservação da paz e da segurança das nações no primeiro documento, sendo imprescindível que os direitos humanos e as liberdades fundamentais sejam respeitados. Além disso, reconheceu-se que as pessoas devem ter uma vida próspera e produtiva. Evidenciou-se, ainda, que a promoção do desenvolvimento não constitui um fim em si mesmo, mais um caminho a ser perseguido com o objetivo de incrementar a vida humana, por meio da implementação dos direitos humanos. Dessa forma, tem-se que os objetivos do desenvolvimento estão interligados nos âmbitos econômico, ambiental e social. (ANJOS FILHOS, 2013, p. 43).

Mais uma vez comprova-se a insuficiência do fenômeno desenvolvimento nas três perspectivas acima delineadas, necessitando da inclusão da análise do desenvolvimento humano, o qual inaugura novos índices de aferição do desenvolvimento. O desenvolvimento, nesse campo, estava previsto na Resolução n. 2.626 (XXV) da Assembleia Geral da Nações Unidas, datada de 24 de outubro de 1970, responsável pela instituição da Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a Segunda Década para o Desenvolvimento das Nações Unidas, que trouxe em seu bojo, o propósito de efetivar um incremento na oportunidade de escolhas das pessoas, proporcionando-lhes bem-estar. Para tanto, constitui de primordial importância os esforços no sentido de se obter uma distribuição de renda cada vez mais equitativa para o alcance da concretização do desenvolvimento. (ANJOS FILHO, 2013, p. 45-46).

A Resolução n. 2.626/70 reserva um tópico exclusivamente para tratar de forma específica sobre o desenvolvimento humano, com o estabelecimento de medidas a serem adotadas pelos países em desenvolvimento, devidamente auxiliados pelos países desenvolvidos e pelas organizações internacionais, referentes à geração de emprego e programas de educação, saúde, nutrição, moradia e meio ambiente, o que demonstra a nítida imbricação do crescimento econômico com as questões sociais na esfera do desenvolvimento. (ANJOS FILHO, 2013, p. 46).

A Declaração das Nações Unidas sobre Direito ao Desenvolvimento/1986 e a Resolução n. 41/133 de 1986 estabelecem a noção de desenvolvimento harmonizado com o viés humano ao considerá-lo um direito humano inalienável de todas as pessoas e todos os povos. (ANJOS FILHO, 2013, p. 46).

A evolução do conceito de desenvolvimento humano conta com os estudos de Amartya Sen (2010, p. 30), demonstrando que só é cabível tratar de desenvolvimento quando primeiramente ocorrer a realização das liberdades dos seres humanos, reconhecendo às pessoas a sua condição de agente. O desenvolvimento é visto como o alargamento das liberdades das pessoas, por isso o crescimento econômico é um instrumento para retirar os obstáculos como a pobreza, o analfabetismo, a fome e a doença, mas não constitui um fim em si mesmo.

Consoante Sen (2010, p. 31), a liberdade envolve uma ampliação das capacidades da pessoa de possuir o tipo de vida que achar conveniente, podendo ser incrementada com implementação de polícias públicas; como também, ser apta a utilizar efetivamente sua capacidade participativa.

Por conseguinte, as pessoas devem ter ampliadas suas capacidades de escolhas e oportunidades para alcançarem o desenvolvimento humano. Vislumbra-se que o desenvolvimento assume uma dimensão diferente do crescimento econômico, por não estar ligado apenas à geração de recursos e de rendas, tendo em vista que esses aspectos econômicos constituem os meios do desenvolvimento Humano e não os fins dele.

Ademais, Sen reconhece o “desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 33). Para o autor, a liberdade é muito mais que uma avaliação de êxito e fracasso, tendo como ponto central a iniciativa individual. Dessa feita, tem-se que a pessoa não é apenas beneficiária do desenvolvimento, passando a assumir o papel de agente transformador da sua vida e da vida dos seus semelhantes.

Para que haja a expansão das liberdades é imprescindível que sejam eliminadas inúmeras restrições como a pobreza, a fome, as diminutas oportunidades econômicas, o oferecimento de serviços públicos ineficientes, a fim de que os indivíduos possam exercer sua capacidade de escolhas.

Nesse diapasão, Katia Oliveira (2010, p. 555-556) assevera que há uma relação entre desenvolvimento e liberdade, assegurando que ao deixar de erigir a liberdade como direito fundamental, o Estado restringe o exercício desse direito pelos atores sociais, impossibilitando o desenvolvimento social. Acrescenta, ainda, que a liberdade só será alcançada numa sociedade quando os direitos fundamentais forem efetivamente concretizados pelo Estado.

Percebe-se que a concretização do desenvolvimento contribuirá para a redução da

escravidão contemporânea, tendo em vista que o que vitimiza as pessoas e corrobora para o ingresso delas no ciclo escravocrata é justamente a restrição da liberdade, a falta de oportunidades e a inexistência das escolhas para viver uma vida decente.

Para Anjos Filho (2013, p. 54-55), as escolhas demandam a realização de três condições: vida longa e saudável, aquisição de conhecimento e recursos para usufruir uma vida digna. Tais condições são imprescindíveis para a concretização das escolhas e a consequente obtenção de uma vida digna. Outrossim, o desenvolvimento humano reclama outras liberdades como a política, a econômica e a social, a garantia dos direitos humanos, a oportunidade de ser criativo e o respeito a si mesmo. Por essa razão, o autor aponta “quatro tópicos basilares na noção de desenvolvimento humano: saúde, educação, renda e participação política”. É por meio desses pilares que ele estabelece conexão com as liberdades instrumentais de Amartya Sen.

Anjos aponta dois aspectos do desenvolvimento humano apresentado no relatório da United Nations Development Programme (UNDP) em 1990, que devem ser equilibrados, a fim de serem evitadas frustrações nas pessoas. O primeiro aspecto seria o próprio processo construtivo das capacidades humanas como a melhoria da saúde, da educação que possibilita evolução do conhecimento e das habilidades. O segundo aspecto é exatamente a forma como as pessoas utilizam as capacidades adquiridas (para descansar, para produzir ou para atividades culturais, sociais e políticas). Assim, evidencia-se que está implícito no desenvolvimento o acúmulo de riquezas e o bem-estar das pessoas. Isso porque para a ocorrência da sua efetivação é necessário a conjugação desses fatores. (ANJOS FILHO, 2019, p. 55).

Verifica-se, então, que para o alcance da efetividade dos direitos reconhecidos universalmente, torna-se imprescindível considerar o ser humano em sua própria humanidade. Verifica-se tal premissa no art. 2º, § 1¹²⁶ da declaração, ora examinada, situando a pessoa humana como sujeito central e beneficiária desse direito. Nesse sentido, José Callegari (2010, p. 494) aduz que ao fazer isso, a declaração direciona obrigatoriamente a sua interpretação em harmonia com o direito social, no sentido de proporcionar uma socialização dos benefícios oriundos do crescimento econômico, o qual objetiva uma melhoria significativa na vida do trabalhador.

¹²⁶ ONU/1986. Art. 2º, §1. A pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e deveria ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento.

4.1.2 Normatizações internacionais e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento: breves considerações

Diante das considerações referentes às multifaces do termo desenvolvimento, percebe-se a dificuldade de alcançar uma definição unânime dentre os estudiosos do tema e que seja capaz de englobar todas as significações que o termo possui.

Nesse aspecto, Anjos Filho (2013, p. 55-58) chama a atenção para a inexistência de um conceito único do Direito ao Desenvolvimento no ordenamento jurídico, considerando uma tarefa difícil para os pesquisadores do assunto, devido à ausência de uniformidade. Entretanto, apresenta uma definição que entende preencher as características apresentadas no tópico anterior. Para o autor, constitui o direito que o indivíduo tem de viver melhor, englobando os aspectos ligados à saúde, à educação, à igualdade, como também à liberdade política.

Nesse aspecto, Anjos Filho (2013, p. 70-71) assevera:

O desenvolvimento, portanto, é um fenômeno abrangente, que admite diversas projeções, todas elas independentes entre si, dentre as quais aquelas ligadas ao crescimento econômico, ao meio ambiente sustentável e ao desenvolvimento social, de cuja conjunção deve resultar uma melhoria no potencial de escolha das pessoas que lhes permitam alargar suas liberdades, concebidas estas do ponto de vista instrumental e finalístico, constituindo um processo amplo que se pode chamar de desenvolvimento humano. (...)

É esse processo como um todo, abrangente, amplo, o qual abarca a cadeia produtiva, a geração e distribuição de riqueza, as necessidades humanas básicas, o bem-estar social, a participação política, tendo como centro a pessoa humana que nos interessa nesse trabalho.

Apesar da existência de posicionamento no sentido de que o Direito ao Desenvolvimento não possui valor jurídico, paira na maior parte da doutrina seu valor jurídico no plano internacional. Como justificativa à ausência de valoração jurídica refere-se aos obstáculos para se reconhecer o desenvolvimento como objeto de direitos no plano internacional, especialmente em relação às mesmas justificativas que negavam a existência do Direito Internacional Público, fundamentadas na inexistência de leis, tribunais e sanções internacionais, já amplamente superada essa afirmação. Afirmação, essa, em total dissonância com a evolução dos direitos humanos, tendo em vista que impera no sistema internacional dos direitos humanos a possibilidade de tornar o desenvolvimento objeto de direitos, como ocorreu com a afirmação do Direito Internacional do Desenvolvimento e do direito ao desenvolvimento¹²⁷. (ANJOS

¹²⁷ É oportuno informar que a maioria dos pesquisadores da temática afirma não serem termos sinônimos o Direito Internacional do Desenvolvimento e o Direito ao Desenvolvimento, apesar de possuírem conexão. O primeiro termo tem origem a partir do Direito Internacional Econômico, encarregado das relações interestatais a fim de proporcionar uma maior igualdade material entre os Estados, baseado na cooperação internacional e a formação de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Já o Direito ao Desenvolvimento representa um direito

FILHO, 2013, p. 115).

Alguns autores refutam a valoração jurídica do direito ao desenvolvimento sob a fundamentação da ausência de exigibilidade e justiciabilidade, diante da dificuldade de implementação e/ou concretização que está ligada a viabilidade de se exigir judicialmente. Frise-se que essa situação é refletida em todos os direitos humanos em geral, não apenas do direito ao desenvolvimento. (ANJOS FILHO, 2013, p. 133).

Existe, ainda, a refutação do valor jurídico do Direito ao Desenvolvimento sob a justificativa de inexistir tratado ou convenção sobre ele no plano internacional. Nesse toar, Anjos Filho (2013, p. 144) aduz:

Assim, é preciso reconhecer que textos que representem o consenso possível da comunidade acerca de direitos humanos não podem ser simplesmente desconsiderados sob o argumento de serem desprovidos de valor jurídico por não se tratar de tratados ou convenções. O exemplo mais simbólico diz respeito à Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948.

Para o autor, a Declaração Universal de 1948 constitui a base da Organização das Nações Unidas, responsável por inaugurar a concepção moderna de direitos humanos e pela proteção de todos os indivíduos. Representa a peça indispensável do processo de internacionalização dos direitos humanos. Ainda assim, apesar de não ser um tratado ou uma convenção, mas uma recomendação, é destituído de valor jurídico. (ANJOS FILHO, 2013, p. 144).

A Carta Africana de Direitos Humanos/1981, convenção pertencente ao Sistema Regional Africano, menciona expressamente o direito ao desenvolvimento, no art. 22, incisos 1 e 2¹²⁸. Ademais, o Direito ao Desenvolvimento está presente em diversos tratados e convenções do Sistema Global de Direitos Humanos, como também dos Sistemas Regionais de Direitos Humanos.

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (DSDD) foi publicada em 1986 na Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual conceitua o instituto jurídico no seu art. 1º, §1º.¹²⁹

humanos centrado na proteção das exigências e liberdades das pessoas e dos povos. Em relação aos pontos de convergências, ambos dão interdependentes e fazem parte de um mesmo processo de reconhecimento do fenômeno do desenvolvimento como direito. (ANJOS FILHO, 2013, p. 55-56).

¹²⁸ ONU/1986. Artigo 22 1. Todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural, no estrito respeito da sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do patrimônio comum da humanidade. 2.Os Estados têm o dever, separadamente ou em cooperação, de assegurar o exercício do direito ao desenvolvimento.

¹²⁹ ONU/1986. §1º - O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para com ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

A Conferência Mundial sobre os Direitos do Homem reafirmou o direito ao desenvolvimento na Declaração de Viena em 1993, destacando ser direito universal e inalienável e parte integrante dos direitos do homem fundamentais, sendo a pessoa considerada sujeito central do desenvolvimento. (MACHADO, 2017, p. 204).

De forma semelhante, a Carta Encíclica *Populorum Progressivo*/1967, “reconheceu que o desenvolvimento integral do homem jamais poderia se realizar sem o desenvolvimento solidário da humanidade.” (MACHADO, 2017, p. 204).

Faz-se necessário apresentar as três dimensões centrais do direito ao desenvolvimento evidenciadas pela Organização das Nações Unidas, quais sejam: justiça social, participação e *accountability* e programas e políticas nacionais e cooperação internacional. Justiça social, no sentido de que os direitos e liberdades expressos na Declaração do Direito ao Desenvolvimento sejam plenamente realizados nos âmbitos nacional e internacional, mediante o acesso aos meios materiais de existência, educação, alimentação, saúde, moradia, trabalho e distribuição de renda. Em relação à participação e *accountability*, é de fundamental importância e dever do Estado promover ao encorajamento da participação da sociedade pertinente à efetivação dos direitos humanos, por meio da implementação e monitoramento das políticas de desenvolvimento. De acordo com a terceira dimensão, o Direito ao Desenvolvimento encontra-se inserido nos âmbitos nacional e internacional, demandando uma globalização ética e solidária. (PIOVESAN, 2010, p. 102-104).

Das considerações tecidas nesse tópico, percebe-se uma sintonia entre o Direito ao Desenvolvimento e os Direitos Humanos, imprescindível para a concretização da dignidade da pessoa humana. A ONU o reconheceu como um direito humano, ocupando lugar central na ordem internacional contemporânea.

Resta evidente o processo de objetificação do ser humano experimentado pelas pessoas submetidas à escravidão contemporânea, sendo necessário que elas sejam vistas de acordo com sua humanidade, a fim de que sejam aniquiladas quaisquer práticas que as reduzam a meros objetos, o que contribui para a existência de situações que retiram dos indivíduos as condições mínimas de existência. (SILVA; BRITTO, 2018, p. 12).

A dignidade da pessoa humana será sempre atingida quando a pessoa for rebaixada a objeto, a mero instrumento, enfim, tratada como coisa. Por conseguinte, a dignidade da pessoa humana engloba necessariamente o respeito e a proteção da integridade física e corporal do indivíduo. Além desses fatores, também se encontram ligados à proteção da dignidade a garantia de ser assegurada uma existência digna (direitos sociais, trabalho, seguridade social, entre outros, bem como tudo que esteja associado ao desenvolvimento livre de sua

personalidade). A concepção homem-objeto representa a antítese da noção de dignidade humana. (SARLET, 2015).

O direito ao desenvolvimento busca na coletividade a inserção do indivíduo para atingir a efetividade dos direitos humanos, incluindo-se, conseqüentemente, o direito ao desenvolvimento, por meio de mecanismos voltados à solidariedade, fraternidade, igualdade, sem prescindir o papel relevante do Estado, que dentro da ordem econômica social atual, utilizando instrumentos de políticas públicas relevantes.

Assim, o Estado deve intervir na atividade privada, a fim de contribuir para a erradicação da pobreza, diminuição da desigualdade social, desenvolvimento econômico, garantir a liberdade em todos os seus aspectos, alcançar uma isonomia material, além da formal, e com isso, efetivar o respeito à dignidade da pessoa humana nas suas relações socioeconômicas, sendo o direito ao desenvolvimento um instrumento indispensável à diminuição do trabalho escravo na sociedade atual.

4.1.3 Objetivos da Declaração do Milênio e a concretização do Direito ao Desenvolvimento

A Declaração do Milênio das Nações Unidas¹³⁰ de 18 de setembro de 2000 representa um documento importante para a consagração e a reafirmação da Organização das Nações Unidas na obtenção de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo. A partir da elaboração desse documento, estabelece-se a responsabilidade coletiva de todos os povos no sentido de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, especialmente, em relação às pessoas menos abastadas.

Alguns valores foram destacados como primordiais para o sustentáculo das relações internacionais, no século XXI, na Declaração do Milênio/2000¹³¹. Nas interações entre os países devem-se estar sempre presentes: a liberdade, no sentido de que as pessoas devem viver

¹³⁰ A Declaração do Milênio foi aprovada na Cúpula do Milênio, realizada no período de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque, devidamente embasada nas reuniões regionais e no Fórum do Milênio. O enfoque dos debates centrou-se nos principais problemas que afetam o mundo no novo milênio, constatando-se a necessidade de eleger os pontos a serem alcançados para a consecução do desenvolvimento das pessoas, como a redução da pobreza extrema para a metade, o fornecimento de água potável e de educação para todos, a contenção de propagação do VIH/SIDA e o alcance de outros objetivos no domínio do desenvolvimento. Ressalte-se, ainda, que ficou estabelecido o combate à injustiça e à desigualdade, ao terror e ao crime, bem como a proteção do patrimônio comum, da Terra, em benefício das gerações futuras. Assim, ficaram delimitados os objetivos do milênio, os quais deveriam ser alcançados até o ano de 2015. Declaração do Milênio de 2000, I, 1 a 5. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_milenio_nacoes_unidas.pdf. Acesso em: 07 jan. 2019.

¹³¹ Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em 22 jan. 2019.

plenamente com seus familiares livres da fome e do medo, da violência e da opressão; a igualdade, para que todos tenham direitos e oportunidades iguais de beneficiamento do desenvolvimento; a solidariedade, onde as pessoas com menos condições sejam auxiliadas por quem mais se beneficia do desenvolvimento; a tolerância, referente ao respeito mútuo, estimulando-se que as diferenças sejam compartilhadas como um patrimônio da humanidade e o estímulo para a criação de uma cultura de paz e o diálogo entre todas as civilizações; o respeito pela natureza, prezando pelo desenvolvimento sustentável para a preservação dela para as gerações futuras; e as responsabilidades compartilhadas, com a administração da economia mundial e do desenvolvimento social. (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO, 2000, 1, 6, a-e).

Verifica-se a preocupação das nações em tornar efetivo o direito ao desenvolvimento, com o objetivo de atingir a sua visualização como uma realidade para os indivíduos, por meio da consecução dos objetivos estabelecidos nesse documento, o que contribui para a libertação dos indivíduos da situação de necessidade, com a construção de um ambiente sustentável e mais equilibrado.

O desenvolvimento e a erradicação da pobreza possuem estrita conexão, o que pode ser extraído da Declaração do Milênio, no item III, nos tópicos de 11 a 20, destacando-se o empenho de todos os envolvidos na eliminação da pobreza para o alcance do pleno desenvolvimento da humanidade. Para isso, estabelece-se a necessidade de criar condições favoráveis para a realização do desenvolvimento e a eliminação da pobreza em nível global¹³².

Dos tópicos 13 ao 18, evidencia-se o comprometimento dos países, objetivando à cooperação internacional entre eles, no sentido de auxiliar os países menos favorecidos para a obtenção do desenvolvimento. Dentre os objetivos a serem buscados, tem-se a adoção de uma política de exportação livre de direitos aduaneiros e de cotas para os países menos avançados; o cancelamento das dívidas públicas bilaterais por parte dos países que demonstrarem o comprometimento na redução da pobreza; o auxílio financeiro para os países que estiverem imbuídos com a redução efetiva da pobreza; a promoção de uma maior assistência técnica e financeira para suprir as necessidades de desenvolvimento desses países, ajudando-os a superar os impedimentos da geografia, com o incremento dos seus sistemas de transporte¹³³.

Além desses, apresentam-se como objetivos do milênio que deveriam ter sido

¹³² Conforme o item III “O desenvolvimento e a erradicação da pobreza”, tópico n. 12, da Declaração do Milênio. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 22 jan. 2019.

¹³³ Conforme o item III “O desenvolvimento e a erradicação da pobreza”, tópicos 13 ao 18, da Declaração do Milênio. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 22 jan. 2019.

implementados até o ano de 2015, a redução para a metade da parcela da população mundial que percebam menos que um dólar por dia e que não tenham condições de obter água potável; a garantia de educação escolar de todos os níveis para todas as crianças e adolescentes de todos os países, especialmente dos países menos favorecidos; a redução da mortalidade materna e infantil; a redução da proliferação de doenças que afligem a humanidade, dentre elas, a AIDS; um incremento significativo na vidas das pessoas que residem nas favelas até o ano de 2020.¹³⁴

Um objetivo constante no item III, tópico 20, da Declaração do Milênio de suma importância para a minimização da exploração laboral dos trabalhadores e consequente erradicação do trabalho escravo contemporâneo, é a formulação e aplicação de estratégias que proporcionem oportunidades concretas de trabalho digno e produtivo para todos os jovens de todos os países.

Com base no exposto, destaca-se a perfeita sintonia entre o direito ao desenvolvimento e a erradicação do trabalho escravo contemporâneo, reforçada pelo disposto no item IV, intitulado Direitos Humanos, Democracia e Boa Governança, ao estabelecer a proteção e promoção efetiva dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos indivíduos de todos os países, bem como a adoção de medidas eficazes para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos dos migrantes, dos trabalhadores migrantes e das suas famílias, repelindo quaisquer atos de racismo e xenofobia e estimulando uma maior harmonia e tolerância entre as pessoas de todo o mundo. Finalmente, o dispositivo propugna pelos processos políticos participativos, no qual os credores desses direitos sejam participantes ativos do desenvolvimento em todas as suas vertentes¹³⁵.

Passados 15 anos, foi elaborado um relatório pela Organização das Nações Unidas – ONU, com o objetivo de relacionar a implementação mundial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, constatando-se que, embora existissem deficiências na sua implementação, houve um incremento no desenvolvimento em todos os países, o que demonstra a positividade das ações desenvolvidas pelos países signatários da Declaração do Milênio.

¹³⁴ De acordo com o item III “O desenvolvimento e a erradicação da pobreza”, tópico 19, da Declaração do Milênio. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>

¹³⁵ Segundo o item V, nomeado Direitos Humanos, Democracia e Boa Governança, tópico 25 da Declaração do Milênio. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Pesquisas da Organização das Nações Unidas no Brasil – ONUBR, apontam que “o número de pessoas agora vivendo em extrema pobreza diminuiu em mais da metade, passando de 1,9 bilhão em 1990 para 836 milhões em 2015”¹³⁶.

A efetivação dos objetivos da Declaração do Milênio, no Brasil, encontra-se descrita no documento denominado de 8 jeitos de mudar o mundo, que correspondem à erradicação da pobreza extrema e da fome; à universalização do ensino primário; à redução da mortalidade infantil; à melhoria da saúde materna; ao combate de doenças como a AIDS; à promoção da sustentabilidade do meio ambiente e à efetivação do desenvolvimento por intermédio de uma parceria global entre os países¹³⁷.

Após o relatório elaborado em 2015 para analisar a implementação do ODM, foi produzido os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS¹³⁸, fundamentados nos Objetivos da Declaração do Milênio. O ODS corresponde a uma nova agenda que tem como objetivo a conclusão dos objetivos da Declaração do Milênio.

Essa agenda foi ratificada por 193 Estados-membros, sendo um deles o Brasil, recebeu a denominação de “Transformando o Nosso Mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A nova agenda possui 17 objetivos e 169 metas, além de dispositivos referentes aos meios de implementação, mecanismos para avaliação e acompanhamento. Evidencia-se, no seu conteúdo, que a promoção do crescimento econômico aliado às necessidades sociais, como a promoção da educação, da saúde, da proteção social e da geração de oportunidades de trabalho devem estar sempre relacionados à proteção ambiental e à eliminação da pobreza.¹³⁹

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas têm a finalidade de concretizar os direitos humanos de todos os indivíduos. Todos integrados, indivisíveis e interdependentes, enfatizando as dimensões do desenvolvimento sustentável nos âmbitos econômico, social e ambiental. Acrescente-se, também, o desenvolvimento humano.

Demonstra-se, então, que a promoção do direito ao desenvolvimento está intimamente conectada com a eliminação do trabalho escravo contemporâneo, posto que todos os objetivos

¹³⁶ Disponível em: <http://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-onu-avalia-implementacao-mundial-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

¹³⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

¹³⁸ A agenda da ODS foi lançada em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, na ONU, em Nova York, que servirá para discriminar as ações a serem implementadas para a promoção da prosperidade e do bem-estar dos indivíduos até 2030. Acesso em: 22 jan. 2019.

¹³⁹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Dentre os 17 ODS estão: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e sustentável; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção sustentáveis, ação contra mudança global do clima; vida na água, vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação. Acesso em: 22 jan. 2019.

e metas a serem alcançadas referem-se ao desenvolvimento em todas as dimensões já mencionadas nessa pesquisa.

Como se vê, o objetivo n. 8 dos ODS refere-se à promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Os Estados membros comprometem-se a promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento a fim de fomentar o emprego decente. Ademais, tais Estados estabelecem como meta o alcance ao emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos os indivíduos, devendo ser implementada até o ano de 2030. Encontra-se, ainda, previsto expressamente o compromisso de realizar todas as medidas cabíveis e efetivas para a erradicação do trabalho escravo moderno e o tráfico de pessoas; e, a proteção dos direitos trabalhistas e a estruturação de ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores, inclusive para os trabalhadores migrantes.¹⁴⁰

Preleciona José Cláudio Monteiro Brito Filho (2017, p. 41) que a caracterização do trabalho escravo parte do entendimento de ser uma ofensa ao trabalho decente, devendo ser considerado como antítese deste, em razão da existência daquele está relacionada à desconsideração dos direitos mínimos do trabalhador, principalmente os que se referem à preservação da sua dignidade.

Com base nesses ensinamentos, pode-se afirmar que um dos caminhos para combater a exploração laboral dos trabalhadores, em especial dos migrantes, por estarem numa situação mais vulnerável, iniciará com a concretização do direito ao desenvolvimento. A partir daí, serão concedidas às pessoas oportunidades de escolhas para viver uma vida decente, inclusive o acesso ao trabalho decente, consoante a matriz principiológica constitucional da atividade econômica, exarada no art. 170, VIII da CF¹⁴¹, que assegura a todos uma existência digna mediante a busca pelo pleno emprego.

4.2 DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A existência do direito ao desenvolvimento no plano interno de cada país perpassa pela introdução desse direito no ordenamento jurídico interno, o que será feito a partir da sua incorporação ao texto constitucional. Grande parte dos estudiosos que pesquisam sobre esse

¹⁴⁰ Organizações das nações Unidas no Brasil – ONUBR. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Objetivo n. 8. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>. Acesso em 15 jan. 2019.

¹⁴¹ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) VIII – busca do pleno emprego.

direito, na Constituição Federal de 1988, entendem que constitui um direito implícito.

É sob essa perspectiva que Anjos filho (2013, p. 267-268) se posiciona ao afirmar que “(...) à luz da atual Constituição da República Federativa do Brasil é possível concluir que o direito ao desenvolvimento é um direito fundamental que integra o nosso ordenamento jurídico-positivo”. Além disso, informa que o reconhecimento de qualquer direito humano independe da sua reprodução nas Constituições dos Estados, bem como nas normatizações internas e internacionais ratificadas pelo Estado, sendo desnecessária a previsão expressa no direito positivo interno, que é o que ocorre com o direito ao desenvolvimento.

Dentre os principais dispositivos constitucionais que fazem referência ao Desenvolvimento, está o preâmbulo¹⁴² da Constituição Federal/88, que faz menção expressa ao termo desenvolvimento. Nesse liame de ideias, Anjos Filho (2013, p. 269) informa que o preâmbulo da Constituição de 1988 exara que o Estado Democrático possui, dentre outras, a finalidade de garantir o desenvolvimento como um dos valores supremos da sociedade. Os constitucionalistas, quase que de forma unânime, reconhece-o como um vetor de hermenêutica da própria Constituição, de observância obrigatória para o exegeta ao interpretar os demais dispositivos nela presentes.

Importante evidenciar as discussões trazidas por Carlos Augusto Alcântara Machado (2017, p. 166-167), em relação à obrigatoriedade do cumprimento do disposto no preâmbulo constitucional, quando enfatiza o questionamento recorrente a respeito da sua força normativa e da existência ou não de consequências jurídicas na hipótese da sua inobservância. São três as correntes que se posicionam sobre o assunto: a da irrelevância jurídica, que defende que o preâmbulo não se situa no domínio do Direito, pois teria apenas valor filosófico, político ou histórico; a da posição da idêntica eficácia à de quaisquer disposições constitucionais, em que o preâmbulo representa um conjunto de preceitos ou princípios, com valor normativo; e a da relevância jurídica específica ou indireta ao enunciado preambular, que afirma que o preâmbulo não possui força normativa, uma vez que não cria direitos e nem estabelece deveres.

Machado pontua que se trata de uma matéria polêmica e adota um posicionamento jurídico divergente dos tribunais e doutrina dominante, considerando a eficácia normativa do preâmbulo das constituições, posto que o entendimento se encontra abalizado por expoentes do

¹⁴² BRASIL. CF/88. Epígrafe/Ementa. “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o **desenvolvimento**, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.” – grifo nosso.

Direito Constitucional brasileiro como Ronaldo Poletti, Walber de Moura Agra e Dirley da Cunha. Acrescenta, ainda, renomados doutrinadores estrangeiros que se filiam a essa corrente, tais como: Karl Friedrich, Manuel Garcá-Pelayo, Georger Vedel, Georges Burdeau, entre outros. (MACHADO, 2017, p. 170-171).

É sob essa perspectiva que Machado (2017, p. 196) se posiciona ao afirmar:

Preâmbulo que, apesar de a doutrina dominante o reconhecer como fundado na Ciência Política e não no Direito, apesar de não obrigatório, quando existente integra formal e materialmente o texto constitucional – e, portanto, o Direito – e não poderá ser ignorado pelos aplicadores do Direito: magistrados, membros do Ministério Público, advogados, acadêmicos em geral e juristas.”

Como prevê Machado (2017, p. 172), o preâmbulo possui função diretiva no sentido de guiar o Estado na concretização dos valores expressamente consignados nele. Além disso, constitui vetor interpretativo constitucional, representando “o espaço propício para o legislador constituinte fixar coordenadas para a interpretação do texto constitucional”, podendo-se asseverar que é nesse local que reside a ideologia constitucional, por ser considerado como guia a ser observado quando da interpretação e aplicação da Constituição, e, sob esse aspecto, todos os estudiosos da temática ecoam no mesmo sentido.

Diante das considerações trazidas a respeito do preâmbulo, pode-se afirmar, baseado no entendimento do autor, que o direito ao desenvolvimento possui força normativa, sendo considerado um direito fundamental integrante do ordenamento jurídico interno, devendo ser envidados todos os esforços necessários para o alcance da sua concretização.

O art. 3º, inciso II da CF/88, estabelece que constituem um dos objetivos fundamentais da Nação, a promoção do desenvolvimento nacional, com a finalidade de alcançar a realização da justiça social. Ligado a esse objetivo, tem-se a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos.

Como já tratado anteriormente, a efetivação desses objetivos é primordial para a realização do desenvolvimento. Em outras palavras, o desenvolvimento, em todas as suas acepções, só será atingido com a concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Ainda nesse sentido, cabe ressaltar que o Brasil ratificou inúmeros acordos, tratados, declarações e outros instrumentos, visando a promoção de “condições favoráveis ao desenvolvimento, reconhecendo expressamente sua responsabilidade” na concretização desse direito humano, fundamentado nos objetivos fundamentais da República, constantes do texto

constitucional. (SOUSA, 2010, p. 319).

De forma semelhante Kátia Oliveira (2010, p. 548) pontua:

O desenvolvimento foi erigido a Direito em razão da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento proclamada pela ONU (Organizações das Nações Unidas) em 1986. Trata-se de um novo Direito que merece a atenção por parte dos juristas visto que prima pela garantia dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos. Por essa razão que hoje assume papel fundamental na estruturação do Estado uma vez que este se baseia no propósito de que as pessoas, para terem uma vida digna, devem conviver numa sociedade cujos direitos e garantias são respeitados.

Pertinente salientar a necessidade da adoção de políticas públicas, a fim de que seja implementada uma estrutura para que a iniciativa privada seja capaz de promover a geração de empregos, para concretizar a finalidade da ordem econômica constitucional referente à garantia de existência digna a todos os indivíduos.

É nesse diapasão que Anjos Nunes (2013, p. 271) atesta que os objetivos dispostos no art. 3º do texto constitucional constituem premissas necessárias ao pleno desenvolvimento da dignidade da pessoa humana, refletindo que a percepção de desenvolvimento nacional para a Constituição deve estar entrelaçada, necessariamente, com a ideia de desenvolvimento humano, o qual representa o pilar do direito ao desenvolvimento. Seu entendimento deve estar atrelado à dignidade da pessoa humana e aos objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira.

Reforçando esse entendimento, Anjos Filho (2013, 273) acrescenta que “[...] o desenvolvimento nacional é diretamente proporcional à concretização dos objetivos fundamentais da nossa República, pressupondo a transformação da nossa realidade.”

Como se vê, “[...] o desenvolvimento nacional pleno seria a realização completa dos objetivos fundamentais do Brasil e a efetivação da dignidade da pessoa humana em seu mais alto patamar possível. Logo, alcançar o desenvolvimento nacional é alcançar o desenvolvimento humano.” (ANJOS FILHO, 2013, p. 273).

Arrematando essa linha de raciocínio, Anjos filho (2013, p. 274) entende que o desenvolvimento se refere a um direito de natureza fundamental, pelo fato de estar vinculado diretamente à dignidade da pessoa humana. Assim, aponta para a existência do direito fundamental ao desenvolvimento no ordenamento jurídico pátrio.

O art. 21, IX da CF/88 reproduz, também, o termo desenvolvimento ao dispor que constitui competência da União a elaboração e a execução de planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

No mesmo sentido, encontra-se, ainda, previsto, no art. 174, §1º da Constituição Federal, do Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, ao afirmar que a lei estabelecerá

as diretrizes e bases do desenvolvimento nacional equilibrado.

Tem-se que o texto constitucional está ligado a valores como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, considerados sustentáculos de uma sociedade fraterna. A referência a esses valores encontra-se no preâmbulo constitucional. Assim, a concretização do desenvolvimento necessita da existência de uma sociedade fraterna, o que deverá sempre ser perseguido por todos os credores do direito ao desenvolvimento.

Então, é possível a visualização da concretização do desenvolvimento, posto que é nesse espeque que Carlos Augusto Alcântara Machado (2017, p. 196) afirma que o direito constitucional brasileiro, a doutrina e as decisões dos Tribunais Superiores estão devidamente sintonizados com o constitucionalismo fraternal, demonstrando, nos seus posicionamentos, a necessidade “de a família humana viver em espírito de fraternidade. E, assim, os direitos humanos contribuem, mais do que quaisquer outros, para a construção de uma sociedade fraterna.”

Pontua, ainda, o autor, baseado no pensamento de Carlos Ayres Britto, que os “direitos humanos fundamentais acolheram o nascimento de uma importante fase na evolução do constitucionalismo: do clássico liberal para o conquistado social e, agora, do social para o fraternal, [...]”. Conclui-se que o constitucionalismo se encontra “na etapa fraternal de sua existência” e que o desenvolvimento integra o rol dos direitos fundamentais. (MACHADO, 2017, p. 128-129).

Além dos dispositivos dispostos no texto constitucional, existem os relacionados nas normatizações internacionais, a exemplo dos tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil, que são incorporados ao ordenamento jurídico como um direito fundamental. Assim, quando o Brasil reconhece um direito humano presente em tratado internacional e o ratifica, significa dizer que esse direito se encontra incorporado ao catálogo de direitos fundamentais da Constituição, que é o que ocorre com o direito ao desenvolvimento. (ANJOS FILHO, 2013, p. 276).

É sob essa perspectiva que Anjos Filho (2013, p. 277) adverte:

Deve-se reconhecer que da mesma forma que estes tratados deram ensejo à afirmação do direito ao desenvolvimento no plano internacional, tendo sido inseridos também no ordenamento positivo brasileiro dão suporte ao reconhecimento desse mesmo direito no plano nacional, independentemente da discussão sobre a sua natureza: constitucional, legal ou supralegal.

O autor conclui que a própria Constituição Federal impõe que as relações internacionais sejam guiadas, dentre outros princípios, pela prevalência dos direitos humanos, direcionado

para o fortalecimento do direito ao desenvolvimento, constituindo contrassenso reconhecer a negação desse direito no plano nacional. (ANJOS FILHO, 2013, p. 278).

Anjos Filho, (2010, p. 134) enfatiza que progride o interesse dos Estados em geral com as questões jurídicas pertinentes ao desenvolvimento humano e aos direitos básicos necessários para o seu alcance. Encontra-se cada vez mais sedimentado “no plano constitucional e infraconstitucional dos vários países, que o Direito ao Desenvolvimento se encontra hoje difundido em escala global, ainda que nem sempre de maneira expressa.”

Em sintonia com o entendimento anterior, pode-se afirmar que se hipoteticamente inexistissem os termos – desenvolvimento – espalhados ao longo do texto constitucional, consoante o já demonstrado nesse tópico, poder-se-ia se vislumbrar a ligação do direito ao desenvolvimento aos valores democráticos constantes em diversos dispositivos constitucionais.

É o que se verifica da relação apresentada por Inês Soares (2010, p. 172):

[...] a cidadania e a dignidade humana (art. 1º, II e III); os direitos sociais (art. 6º: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados); a ordem econômica conformadas aos ditames da justiça social para assegurar a todos existência digna (art.170); a ordem social baseada no primado do trabalho e com o objetivo de proporcionar bem-estar e justiça sociais (art. 193); a garantia a todos, pelo Estado, do pleno exercício dos direitos culturais (art. 215); o dever do Estado e da sociedade em proteger o meio ambiente, para a geração presente e também para as futuras gerações (art. 225); e direito ao desenvolvimento tecnológico (art. 218), dentre outros.

Nota-se, por conseguinte, a desnecessidade da previsão expressa do direito ao desenvolvimento na Constituição de um país para o reconhecimento do seu valor jurídico. Tal categoria jurídica inaugura o texto constitucional brasileiro, integrando a diretriz interpretativa da Lei Maior, ao fazer parte do seu preâmbulo.

Nessa linha interpretativa, Anjos Filho (2010, p. 136) adverte que a maioria dos estudiosos da temática do direito ao desenvolvimento não possuem dúvida em relação à sua existência, porque ele pode ser evidenciado nas inúmeras normatizações internacionais devidamente ratificadas pelos países interessados em reconhecer a sua carga valorativa jurídica, como é o caso do Brasil.

Além da previsão, ainda que implícita, outro fato importante que aponta para o reconhecimento do direito ao desenvolvimento no ordenamento jurídico interno são os efeitos concretos que essa categoria jurídica tem provocado na seara jurídica, econômica, política e social. É o que se pode observar no incremento dos debates internacionais e nacionais sobre essa temática; nos resultados do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento; nos mecanismos de cooperação internacional; na cobrança exercida pelos agentes públicos e

privados que no campo nacional e internacional são responsáveis pelas medidas necessárias ao desenvolvimento; na inserção do desenvolvimento na jurisprudência. (ANJOS FILHO, 2010, p. 149).

É salutar mencionar a Rede Brasil do Pacto Global, fundada em 2003 e implementada mediante o Pacto Global¹⁴³, cujos desafios e oportunidades estão ligados ao contexto cultural de cada país. Dessa forma, o Pacto Global atua em âmbito nacional por meio de suas redes locais. Representa a terceira maior rede do mundo em número de integrantes e a maior das Américas e do Hemisfério Sul. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, já mencionados nessa pesquisa, servem de guia para as ações dessa rede nacional.

Os 10 princípios do Pacto Global relacionam-se com o conteúdo da Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Os objetivos¹⁴⁴ de 3 a 6 referem-se ao trabalho, no sentido de apoiar a liberdade de associação, com o reconhecimento do direito à negociação coletiva; eliminar todas as modalidades do trabalho forçado ou compulsório; erradicar o trabalho infantil e desestimular a discriminação no emprego.

Perseguindo o caminho da concretização do direito ao desenvolvimento como forma de enfrentamento da exploração laboral dos trabalhadores migrantes, por parte dos empregadores, quando se aproveitam da sua vulnerabilidade com o fito de submetê-los à condição análoga à de escravo, necessário se faz conhecer os credores e os devedores desse direito.

4.3 CREDITORES E DEVEDORES DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO

Ao se falar na construção de um direito ao desenvolvimento efetivo, torna-se imprescindível a identificação dos seus credores e devedores. Para tanto, deve-se iniciar esse percurso com a análise das dimensões e dos sujeitos do direito ao desenvolvimento.

Assim, no seu plano individual tem-se o ser humano como o sujeito central, no sentido

¹⁴³ O pacto Global foi criado pela organização das Nações Unidas com o objetivo de envolver a esfera empresarial na criação de uma economia global inclusiva e sustentável, mediante o compartilhamento entre empresas e a sociedade mediante a adoção de 10 princípios de direitos humanos universalmente aceitos nas áreas de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. **Nova lei de imigração**: inovação e riscos empresariais. João Marques da Fonseca Melo (coord.). Brasília: EMDOC, 2018.

¹⁴⁴ REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL. **Nova lei de imigração**: inovação e riscos empresariais. João Marques da Fonseca Melo (coord.). Brasília: EMDOC, 2018.:

de ser o principal participante e beneficiário desse direito. Essa centralidade está em consonância com o disposto nas Cartas das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos. Por conseguinte, todos os seres humanos são titulares do direito ao desenvolvimento, ligando-se à ideia da universalidade do direito ao desenvolvimento. (ANJOS FILHO, 2013, p. 218-219).

Prossegue o autor defendendo a relativização da soberania estatal ao afirmar que o ser humano ocupa a posição central no direito internacional como um todo, em decorrência do processo de humanização do Direito Internacional. O ser humano é considerado sujeito de direito internacional, implicando o reconhecimento das responsabilidades dos Estados, bem como da comunidade internacional em relação à violação dos direitos humanos de todos os povos. (ANJOS FILHO, 2013, p. 219).

Destarte, para que haja a efetivação da dimensão individual, é importante que a igualdade de oportunidades seja resguardada em relação ao desenvolvimento. Para que isso ocorra, o Estado deve proporcionar a plena realização das necessidades básicas dos indivíduos, por meio do acesso à educação, saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição de renda.¹⁴⁵

Note-se que embora o objeto do direito ao desenvolvimento permeie o universo dos direitos humanos e além de uma boa parte da doutrina considerá-lo uma síntese dos direitos humanos, o direito ao desenvolvimento ultrapassa essa ideia, correspondendo à integralidade dos direitos civis, político, econômicos, sociais e culturais. (ANJOS FILHO, 2013, p. 222-223).

De acordo com ao sujeito passivo da dimensão individual, tem-se que o Estado possui a responsabilidade primária em criar condições nacionais e internacionais para a realização do direito ao desenvolvimento.¹⁴⁶ O Estado assume o papel de devedor no que se refere às pessoas tanto no plano individual, como no coletivo. Segue essa obrigação estampada no art. 2º, § 3 da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento,¹⁴⁷ no sentido de que o Estado tem a obrigação

¹⁴⁵ ONU/1986. Art. 8º, §1º da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. §1º. Os Estados devem tomar, em nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento, e devem assegurar, *inter alia*, igualdade de oportunidades para todos no acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa da renda. Medidas efetivas devem ser tomadas para assegurar que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento. Reformas econômicas e sociais apropriadas devem ser efetuadas com vistas à erradicação de todas as formas de injustiças sociais.

¹⁴⁶ ONU/1986. Art. 3º, §1. Os Estados têm a responsabilidade primária pela criação das condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento.

¹⁴⁷ ONU/1986. Art. 2º, §3º. Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem ao constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa, e no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes.

de planejar e implementar políticas públicas para o alcance da melhoria do bem-estar de todas as pessoas indistintamente.

Desse modo, o Estado possui o dever de encorajá-las, constantemente, para assumir o papel de protagonista na realização do seu próprio desenvolvimento, que ocorrerá quando todas elas tiverem igualdade de oportunidade para que, assim, possam efetuar livremente suas escolhas direcionadas ao alcance de uma vida digna.

Na dimensão internacional, o Estado é considerado o credor do direito ao desenvolvimento e o principal formulador de políticas de desenvolvimento, devendo assegurar o pleno exercício e o fortalecimento do direito ao desenvolvimento, mediante a formulação e a realização de políticas, medidas legislativas, tanto no âmbito nacional como internacional.¹⁴⁸

Na dimensão individual passiva, pode-se, também, apontar as pessoas físicas e jurídicas como devedoras do direito ao desenvolvimento, posto que estas têm responsabilidades com o seu próprio desenvolvimento e com o desenvolvimento dos demais indivíduos no plano nacional e internacional. Elas são, ao mesmo tempo, sujeitos ativos e passivos do direito ao desenvolvimento diante de uma situação fática. Destaque-se que o Grupo de Trabalho das Nações Unidas reconhece a necessidade de expandir as parcerias para o desenvolvimento, quando passa a incluir as organizações da sociedade civil na atuação da concretização do desenvolvimento, juntamente com o Estado. (ANJOS FILHO, 2013, p. 227-228).

Revela-se bastante apropriada a observação de Anjos Filho (2013, p. 230), ao afirmar ser plenamente possível incluir na relação dos sujeitos passivos do direito ao desenvolvimento as organizações internacionais que estejam engajadas nas questões referentes ao desenvolvimento.

A dimensão coletiva do direito ao desenvolvimento encontra fundamento na afirmação dos direitos econômicos, sociais e culturais de segunda dimensão e dos direitos de terceira dimensão. Na visão do autor, essa dimensão engloba os povos, os Estados, as coletividades regionais e os grupos vulneráveis.

Nesse toar, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento atesta a titularidade ativa aos povos, ao aduzir que constitui um direito inalienável, em virtude do qual todas as pessoas e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento.¹⁴⁹ O direito ao

¹⁴⁸ ONU/1986. Art. 10º Os Estados deverão tomar medidas para assegurar o pleno exercício e o fortalecimento progressivo do direito ao desenvolvimento, incluindo a formulação, adoção e implementação de políticas, medidas legislativas e outras, em nível nacional e internacional.

¹⁴⁹ ONU/1986. Art. 1º, §1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para com ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

desenvolvimento tem como uma de suas premissas o direito à autodeterminação, enfatizando que o povo tem o direito de dar o destino às suas riquezas e recursos naturais da forma livre. (ANJOS FILHO, 2013, p. 239).

O rol dos devedores desse direito em relação aos povos, no plano nacional e internacional, inaugura com o Estado, detentor da responsabilidade primária. Segue-se com as pessoas físicas e jurídicas, mediante a atuação em áreas desenvolvimentistas; com a comunidade internacional; com as organizações internacionais; com as organizações não governamentais; com os movimentos sociais e com os meios de comunicação. (ANJOS FILHO, 2013, p. 241).

Na dimensão coletiva ativa dos Estados, estes são titulares do direito ao desenvolvimento, tendo em vista que uma pessoa pode ser considerada credora e devedora de um direito diante de uma situação fática. Esse direito encontra-se estampado na própria declaração em seu art. 2º, §3.¹⁵⁰ Note-se que embora seja reconhecida a titularidade ativa dos Estados, o ser humano é considerado o centro das preocupações, não pertencendo àqueles essa preocupação. (ANJOS FILHO, 2013, p.243-244).

Na sujeição passiva dos Estados, tem-se a responsabilidade destes para com as pessoas e povos que vivem em seu território, muito embora, leve-se, ainda, em consideração a dimensão de reciprocidade internacional, em que há o dever de reciprocidade e cooperação internacional,¹⁵¹ no que se refere aos países subdesenvolvidos. O autor acrescenta que isso ocorre em razão da visualização do ser humano, em última instância, como titular desse direito. Frise-se que o direito de coexistência, também, fundamenta essa titularidade passiva, tendo em vista que os Estados têm a obrigação de se abster de tomar medidas que prejudiquem ou impeçam a fruição do direito ao desenvolvimento dos outros Estados. Além disso, os Estados devem interceder contra possíveis violações ou impedimentos ao desenvolvimento de um Estado por outro. (ANJOS FILHO, 2013, p. 247-252).

Os grupos vulneráveis encontram-se, da mesma forma, no rol de sujeição ativa na dimensão coletiva do direito ao desenvolvimento, tanto na dimensão nacional quanto na dimensão internacional, estando subdivididos em grupos vulneráveis em sentido estrito, que são as vítimas das desigualdades; e, minorias, que trazem a ideia de diferença cultural. Em

¹⁵⁰ ONU/1986. Art. 2º, §3. Os Estados têm o direito e o dever de formular políticas públicas nacionais adequadas para o desenvolvimento, que visem ao constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa, e no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios daí resultantes.

¹⁵¹ A cooperação internacional encontra-se prevista no art. 3º, § 2. A realização do direito ao desenvolvimento requer pleno respeito aos princípios do direito internacional, relativos às relações amistosas de cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta da Nações Unidas. (ONU, 1986, art. 3º, §2).

relação ao primeiro grupo, as desigualdades devem ser eliminadas, especialmente no que diz respeito a não discriminação e a não exclusão. Para tanto, devem-se utilizar medidas de discriminação positiva até cessar a situação fática, para a concretização da igualdade material no universo da justiça social. (ANJOS FILHO, 2013, p. 257).

Nota-se, por conseguinte, que as vítimas das desigualdades, na presente pesquisa, representam as pessoas desprovidas da capacidade de escolhas que se encontram em condições de pobreza extrema. Essas pessoas são alvos fáceis para os detentores do poder econômico, os quais as submetem a condições desumanas de trabalho, por meio das mais variadas condutas, especialmente referentes às condições desumanas de trabalho e jornadas excessivas de trabalho, o que caracteriza, na atualidade, a escravidão contemporânea.

Tem-se que um dos caminhos para a efetivação do direito ao desenvolvimento e consequente minimização do trabalho escravo contemporâneo, é mediante a eliminação das desigualdades sociais com a realização de políticas de discriminação positiva, a fim de que seja possível alcançar a justiça social.

Pertinentes às minorias, deve-se proceder à manutenção da diferença cultural a depender do desejo do grupo, com o emprego de medidas de discriminação permanente, como garantia da não assimilação e da realização da igualdade material, como também, do reconhecimento da identidade grupal. Justifica-se o tratamento diferenciado a esse grupo, tendo em vista a possibilidade de promoção do desenvolvimento particular, por meio do incremento da sua própria cultura e do planejamento e execução de políticas públicas a serem efetivadas pelo Estado, o que afetará positivamente o desenvolvimento dessa população. (ANJOS FILHO, 2013, p. 257).

Assim, os trabalhadores migrantes integram tanto os grupos vulneráveis em sentido estrito quanto às minorias, o que implica a importância de se promover a manutenção da identidade grupal no momento da sua integração na sociedade, devendo-se evidenciar essa realidade na formulação e na implementação de políticas públicas direcionadas à preservação do respeito entre os diferentes povos.

Ao examinar o direito ao desenvolvimento dos grupos vulneráveis em sentido estrito, percebe-se que os trabalhadores migrantes fazem parte dessa categoria, no sentido de que reside na desigualdade o principal fundamento do tratamento diferenciado que lhes são dispensados. São pessoas em situação de vulnerabilidade devido à sua condição social, apontando-se como causa desse fenômeno o modelo de globalização mundial, que favorece para a concentração de renda nas mãos de uma minoria detentora do poder econômico. Além disso, tem-se a miséria que assola a realidade dessas vítimas, cada vez mais excluídas da tônica do desenvolvimento.

Em relação aos desafios e perspectivas para a implementação do direito ao desenvolvimento na contemporaneidade, Flávia Piovesan afirma que para a realização desse direito é imprescindível a consolidação, o fortalecimento e a ampliação dele como um direito humano inalienável, com ênfase nos direitos econômicos, sociais e culturais como direitos humanos; a implementação de políticas específicas com foco nos grupos vulneráveis; a utilização de mecanismos tendentes a incrementar a justiciabilidade e a acionabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais, a fim de sedimentar a capacidade processual das pessoas no plano internacional. (PIOVESAN, 2015, p. 212-222).

A autora aponta, da mesma forma, como desafios para a implementação do direito ao desenvolvimento, a elaboração de indicadores aptos a medir a concretização desse direito; a elaboração de um tratado internacional ao direito ao desenvolvimento, o que estabeleceria parâmetros para a plena realização desse direito; a implementação do protocolo facultativo, como meio hábil de acionar a justiça internacional para a proteção da violação desse direito no âmbito interno dos países; a promoção da cooperação internacional e assistência internacional, devendo os Estados eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, tendo em vista a necessidade da implementação de uma globalização ética, solidária e fraterna. (PIOVESAN, 2010, 108-115).

A partir da identificação dos credores e devedores do direito ao desenvolvimento e do reconhecimento da fundamentalidade desse direito, torna-se possível buscar a sua efetivação, com o enfoque na responsabilidade do Estado em promover a sua implementação por intermédio de políticas públicas desenvolvimentistas, imprescindíveis para o combate do trabalho escravo contemporâneo.

4.4 DIREITO AO DESENVOLVIMENTO: CAMINHOS PARA O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS EFETIVAS NECESSÁRIAS AO COMBATE DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

O alcance do desenvolvimento efetivo do trabalhador migrante passa, necessariamente, pela efetivação dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal. Dentre os valores trazidos pela ordem constitucional encontram-se a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil. Esses fundamentos devem ser perseguidos pelo Estado brasileiro com o objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária, como também, promover o bem de todos sem qualquer forma de discriminação.

Tais objetivos e fundamentos dos arts. 1º e 3º da Constituição Federal, devem ser implementados mediante a promoção de políticas públicas constantes da ordem econômica e na ordem social. O art. 193 dispõe que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Já o art. 170, ao tratar da ordem econômica, aduz que a mesma é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social, observando-se, ainda, dentre outros, os princípios da redução das desigualdades regionais e sociais e da busca do pleno emprego.

Como se pode observar, os objetivos e fundamentos da ordem econômica e social, assim como os princípios inerentes a esta, apresentam-se como mecanismos para tornar eficazes os valores constantes dos objetivos e fundamentos da República Federativa do Brasil.

Assim, a eficácia dos valores acima descritos gera o respeito à existência digna do trabalhador migrante, na medida em que se respeita a dignidade da pessoa humana como direito fundamental e a promoção do desenvolvimento nacional.

Por muitas vezes se torna difícil vislumbrar a concretização desses direitos e garantias fundamentais como instrumento de combate à escravidão contemporânea. Há, ainda, a descrença na efetivação de políticas públicas direcionadas à política migratória. No entanto, os trabalhadores migrantes não devem deixar de buscar o respeito à sua liberdade como forma de garantir a sua dignidade enquanto pessoa.

Objetiva-se, dessa forma, que essas propostas sejam utilizadas como mecanismos de efetivação dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes, especialmente o direito ao desenvolvimento; e de controle à concretização do trabalho escravo.

Consoante o já explicitado no tópico 4.2 acerca da fundamentalidade do direito ao desenvolvimento, o qual integra o ordenamento jurídico interno, torna-se importante trazer o posicionamento de Melinda Fachin (2010, p. 194) referente a obrigação da implementação desse direito pelo Estado e pela sociedade, por meio das políticas públicas: “Ao ser inserido na categoria de direito fundamental, o desenvolvimento geraria ao Estado, e também à comunidade, a obrigação de sua implementação por meio de políticas – no plano interno e no plano externo – adequadas.”

Nesse liame, tem-se o art. 2º da Declaração do Direito ao Desenvolvimento/1986 que aponta o Estado como o responsável primário na formulação de políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento, o qual deverá adotar ações para estimular a participação ativa de todos os indivíduos nessa tarefa, além de chamar toda a sociedade para a execução dessa missão. Isso porque todos são credores desse direito, devendo haver um compartilhamento das

responsabilidades.

É sob esse espreque que Kátia Oliveira (2010, p. 551) se posiciona ao afirmar que:

O desenvolvimento é um processo no qual Estado e pessoa humana devem interagir para promovê-lo. Não há como garantir o desenvolvimento somente levando em consideração o Estado ou o ser humano isoladamente. Trata-se de uma atividade conjunta, recíproca, combinada. Esse processo deve ter por finalidade a eliminação das restrições de liberdade, isso porque, na medida em que a sociedade tem liberdade de atuação e acesso aos meios para agir, diminuem-se os índices de pobreza, de mortalidade infantil, de subnutrição, por exemplo.

Assim, o Estado tem de criar condições nacionais e internacionais favoráveis à efetivação do direito ao desenvolvimento, consoante o disposto no art. 3º da Declaração.

O reconhecimento do direito ao desenvolvimento como um direito fundamental gera a responsabilidade estatal em relação à sua implementação, o que não se restringe a ações exclusivas para o enfrentamento dos empecilhos do desenvolvimento, abrangendo, também, as ações concretas de promoção progressiva e crescente do desenvolvimento com o máximo de recursos disponíveis. (FACHIN, 2010, p. 195).

O comportamento estatal na promoção do desenvolvimento humano passa a ser a função essencial do Estado contemporâneo. Dessa forma, o Estado não pode se restringir a promover as condições mínimas de sobrevivência dos indivíduos. Ele tem a responsabilidade de garantir a existência de oportunidades para que as pessoas tenham a capacidade de escolhas e, assim, possam experienciar um caminho de evolução contínua. (SOUSA, 2010, p. 320).

Nessa linha de raciocínio, tem-se o posicionamento de Sousa (2010, p. 321) ao asseverar que:

Com efeito, no cenário jurídico e econômico da atualidade, busca-se um Estado que fomenta o crescimento econômico sustentável, que em parceria com a sociedade busque soluções viáveis para o desenvolvimento. Assim, tendo o Estado a responsabilidade primária na realização do direito ao desenvolvimento, a escassez de recursos públicos não o isenta do dever de implementá-lo. Ao contrário, na hipótese de insuficiência de recursos e sendo necessária a prestação de serviço público, caberá ao Estado desenvolver inúmeras outras ações como fomento, parcerias, regulação, entre outras, para garantir o respeito à dignidade humana.

Revela-se bastante oportuno tecer comentários em relação ao significado de políticas públicas, a fim de que haja um entendimento desse fenômeno jurídico. A compreensão de políticas públicas como categoria jurídica surge à medida que se buscam formas de concretização dos direitos humanos, e em particular, os direitos sociais.

Os chamados direitos de terceira geração ou dimensão englobam o direito ao meio ambiente equilibrado, à biodiversidade e o direito ao desenvolvimento, concebidos em um processo de alargamento dos direitos originalmente postulados como direitos individuais, envolvendo os indivíduos numa perspectiva temporal da humanidade. Percebe-se, assim, a ampliação do conteúdo da dignidade da pessoa humana à medida que novos direitos vão sendo reconhecidos e agregados ao rol dos direitos fundamentais. (BUCCI, 2006). Esse processo de incremento de direitos demanda um crescimento da intervenção estatal sobre o domínio econômico. Com isso, forma-se a relação entre estado social, ordem jurídica-econômica e intervenção estatal.

No dizer de Celso Antônio Bandeira de Mello, política pública “[...] é um conjunto de atos unificados por um fio condutor que os une ao objetivo comum de empreender ou prosseguir um dado projeto governamental para o país”. (MELO, 2008, p. 802). Adentra na interdisciplinaridade, ao ponto em que envolve a relação entre o direito público, em especial, e as questões de ordem política.

Pode-se dizer que a política pública circunda o fenômeno jurídico, a política e as ações do poder público. Essa nova figura tem sua razão de ser nas transformações ocorridas no universo jurídico no século XX, quando começou a abordagem dos direitos sociais. A partir dessa nova postura constitucional, relativiza-se a posição do chamado Estado negativo, o qual passa a agir positivamente para realizar aquilo que foi erigido como objetivo a ser atingido pela Constituição. (MELO, 2008, p. 802).

Esses objetivos sociais não são passíveis de serem realizados pela simples dinâmica do mercado, uma vez que o desequilíbrio econômico e submissão do ser humano a condições inaptas de trabalho, no mercado industrial que emergiu, não possibilitou que o indivíduo tivesse acesso aos produtos oriundos do modo de produção capitalista.

Para que o homem alcançasse o mínimo de bens e serviços para o seu desenvolvimento, com o acesso ao mínimo necessário para a existência digna, foi necessário o agir do poder público, fundado nas garantias constitucionais impostas no campo social, educacional, de moradia e lazer, por exemplo, para que houvesse uma tentativa de retorno à isonomia de direitos que antes era buscada de forma livre.

Nesse sentido, tem-se o posicionamento de Sousa (2010, p. 324) ao dispor:

Assim, para efetivar o direito ao desenvolvimento é necessário garantir um mínimo de direitos sociais à pessoa humana. Não é suficiente eliminar regimes totalitários e garantir direitos civis e políticos, os quais eram realizados mediante o dever de abstenção do Estado, mas sim, é indispensável a realização de direitos prestacionais,

que dependem não só da existência de um aparato estatal, mas especialmente, de recursos financeiros para implementá-los.

As políticas públicas podem assumir diversos enfoques legais. Podem estar em dispositivos constitucionais, em leis infraconstitucionais ou, até mesmo, em atos emanados pela administração pública, o que depende somente dos objetivos fixados, metas e resultados a serem alcançados.

Há quem critique a aposição de políticas de estado no Texto Constitucional, posto que “engessa” o legislador em relação à realização de políticas governamentais, devendo seguir o modelo previsto na Constituição e dela não podendo se desviar. A esse respeito, comenta Maria Paula Dallari Bucci (2006, p. 20).

[...] a constitucionalização de matérias (que não foram consideradas fundamentais pelo constituinte originário), como expediente de reforço de garantias de certos mecanismos de implementação de direitos, propostos por determinado governo, resulta no “engessamento” do espaço de ação de governos futuros. O programa constitucionalizado ocuparia, dessa forma, o terreno próprio da política, que deveria ser preenchido segundo composições de forças e entendimentos a selar em cada questão contingente.

Destarte, o que caracteriza a política pública é o seu plano de ação efetivo. Não basta a adequação do regramento jurídico da política pública, nem sua eficácia jurídica, mas o atingimento dos objetivos sociais a que se predispôs em determinado tempo e espaço.

O problema das migrações tem de ser enfrentado como política de estado, uma vez que não constitui apenas responsabilidade do Estado, clamando a sociedade como um todo para participar desse processo. Acrescente-se, também, o engajamento das diversas áreas de estudo, sendo a interdisciplinaridade um fator primordial para a realização do desenvolvimento humano e consequente aniquilação da escravidão contemporânea no ambiente laboral. O enfoque do combate à presente realidade deverá ter como meta a prevenção, a repressão, a atenção especial para as vítimas, bem como o estabelecimento da responsabilização dos autores das condutas delituosas.

A reformulação do art. 149 do CP resultou na possibilidade de criminalizar a conduta dos praticantes do trabalho escravo moderno. Uma outra opção para a responsabilização efetiva dessa questão é a realização do enquadramento da conduta em outros delitos conexos. Trata-se de práticas que se relacionam com o trabalho escravo e que podem ser tipificadas como crime. São exemplos dessas figuras típicas a tortura, as lesões corporais, os danos ambientais, a violação à legislação trabalhista, o cárcere privado, o tráfico de pessoas e homicídios. Essas conexões aumentam as possibilidades da punição dos responsáveis pela prática escravocrata,

posto que as penas referentes a cada delito são somadas. Tal combinação dos dispositivos legais representa uma medida de combate ao trabalho escravo contemporâneo. (OIT/ILO, 2010, p. 46-52).

A efetivação do enquadramento da conduta escravocrata com outros delitos conexos possibilitou uma decisão inédita da justiça Federal do Estado do Pará, com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público do Trabalho em 2003 e a devida condenação, em 2006, de um fazendeiro, cuja sanção resultou na aplicação de uma pena de nove anos, dos quais cinco anos seriam cumpridos em regime de detenção, pelos crimes de perigo à vida ou saúde de outrem, redução à condição análoga à de escravo, falsificação de documento público, frustração de direitos assegurado por lei trabalhista. (OIT/ILO, 2010, p. 52).

A compreensão das características e particularidades nacionais torna-se, da mesma forma, imprescindível para o estabelecimento de políticas públicas aptas a combater o fenômeno da escravidão moderna. Isso porque possibilita a compreensão das razões pelas quais os trabalhadores saem da sua localidade em busca de oportunidades em outros lugares. (OIT/ILO, 2010, p. 56-58).

Com já mencionado anteriormente, a pobreza constitui um dos principais problemas socioeconômicos que corrobora para que as vítimas se submetam a essa realidade e não consigam se enxergar como vítimas desse contexto. Conclui-se, por conseguinte, que quanto menores forem as condições de vida dessas pessoas, mais estarão dispostas a se submeterem a condições desumanas nas suas relações de trabalho. (OIT/ILO, 2010, p. 57).

O conhecimento das causas estruturais da escravidão favorece para avaliar, planejar e executar ações de enfrentamento desse problema. Causas econômicas como a pobreza e a concentração fundiária contribuem para a existência e perpetuação dessa realidade. A pobreza interfere na realização das necessidades vitais dessa parcela da população. São trabalhadores que convivem com a ausência de renda e falta de acesso aos serviços públicos, que no último caso representa obrigações que deveriam ser garantidas pelo Estado. Acrescente-se, ainda, a falta de acesso à educação, o que aniquila de uma vez por todas as oportunidades de trabalho, dificultando o rompimento do ciclo escravocrata. (OIT/ILO, 2010, p. 111-112).

É por essa razão que se pode afirmar que o direito ao desenvolvimento floresce num ambiente de respeito e promoção de liberdades e ofertas de oportunidades. Assim, para garantir que os indivíduos possuam amplo acesso aos bens e valores necessários para alcançar uma vida digna e decente, deve-se ter à sua disposição instrumentos políticos, jurídicos, sociais e econômicos. (SOARES, 2010, p. 467).

Nessa esteira de entendimento, registre-se que ao se considerar o direito ao

desenvolvimento como um direito humano, emerge a assertiva de que a pessoa representa o sujeito central desse direito, de tal forma que jamais poderá ser considerada como um fator de produção, porque estar-se-ia admitindo a violação de inúmeros direitos que adviriam da supressão da dignidade humana.

Há que se evidenciar a singela diferença entre direito ao desenvolvimento e o direito aos frutos do desenvolvimento, apresentada por Soares (2010, p. 473), para quem no primeiro a pessoa humana constitui a mola mestra dessa categoria jurídica, além de ter prioridade no desenvolvimento. Em relação aos frutos, os interesses relativos ao processo de desenvolvimento são mensurados e compatibilizados com a pessoa humana, indicando o direito de compartilhar com os integrantes da sociedade os resultados positivos obtidos.

Soares (2010, p. 473) reconhece que nem sempre ocorre a apropriação desses frutos pela comunidade, necessitando da elaboração e implementação de políticas públicas pautadas na concepção do desenvolvimento como um processo em busca de uma vida digna. Por conseguinte, destaca que o planejamento dos resultados deve ser realizado e discutido, também, sob a perspectiva de todos os trabalhadores, inclusive os migrantes, não se limitando à quantificação do ganho econômico para o desenvolvimento do país.

Por essa razão, afirma-se que toda ação empreendida pelo Estado no sentido da consecução de uma melhoria econômica, social ou política, é considerada a busca pela concretização do desenvolvimento. Assim, “haverá o alcance do desenvolvimento quando o Estado realmente satisfizer todos os programas que viabilizam a garantia a um mínimo de existência digna para a população.” (OLIVEIRA, 2010, p. 562).

O governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Cidadania e o International Center for Migration Policy Development - ICMD, com financiamento da União Europeia, elaborou um guia prático de atendimento aos migrantes, refugiados, vítimas de tráfico de pessoas e brasileiros retornados, em situação de vulnerabilidade e em áreas de fronteiras¹⁵². Trata-se de um relatório elaborado por Alline Pedra Jorge Birol baseado nas informações do projeto “Migrações Transfronteiriças” e dos professores da PUC Minas.

Esse guia encontra-se fundamentado no projeto “Migrações Transfronteiriças: fortalecendo a capacidade do Governo Brasileiro para gerenciar novos fluxos migratórios – MT Brasil”. Tem por objetivo auxiliar os agentes que prestam atendimento a essas pessoas, facilitando na identificação desse público, orientando-os como proceder à assistência emergencial, como também à médio e longo prazo na perspectiva de inclusão social e laboral

¹⁵²Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/guia_pratico_de_atendimento_ao_migrante_final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

das pessoas que necessitam desse atendimento.

Esse guia prático serve para disseminar o conhecimento e demonstrar alguns exemplos, não substituindo as orientações de cada política pública existente. Os atendimentos devem observar os seguintes princípios e questões: a participação da sociedade civil; o enfoque nos direitos humanos; a não discriminação e imparcialidade; o enfoque interdisciplinar e intersetorial; a troca de informação; o acesso à informação; a comunicação entre os beneficiários e os atores estratégicos; a segurança pertinente ao bem-estar físico e psicológico e à integridade física; a privacidade (documentos e informações pessoais devem ser arquivados de maneira a garantir a privacidade e a confidencialidade do atendimento); e a voluntariedade para buscar o atendimento.

Ainda de acordo com esse guia, após a identificação dos migrantes, efetivada pelo órgão ou organização da sociedade civil de escolha do migrante, inclusive a polícia federal, passa-se à adoção de medidas de integração deles no mercado de trabalho e a sua inclusão social, que deve ser realizada por meio de um atendimento prolongado, a ser prestado por serviços públicos e/ou ONGs de atendimento ao migrante.

A integração laboral e a inclusão social engloba a regularização da documentação necessária para a formalização de um contrato de trabalho, a disponibilização de um curso de língua portuguesa, a disponibilização de tradução juramentada/validação dos documentos, a disponibilização de cursos de educação formal e técnica, a oportunidade de trabalho e emprego, o acesso para atendimento médicos referentes à consultas e aos exames de rotina.

Um aspecto relevante a ser levado em consideração refere-se à existência dos Centros de Referência para Acolhimento dos Imigrantes - CRAI em algumas cidades do território brasileiro como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Boa Vista, Manaus, Florianópolis, entre outros. Trata-se de ação conjunta dos governos municipais, estaduais e federais. Destaque-se a inexistência desse centro em Aracaju. Os centros oferecem suporte para o trabalho e o apoio jurídico. O objetivo dos centros é assessorar municípios e empresas do estado na intermediação de vagas de trabalho, mediante da elaboração de políticas públicas intersetoriais direcionadas para os migrantes.

Oportuno evidenciar que esses centros de referências atuam sob uma perspectiva de direitos humanos, com o objetivo de promover a integração dos migrantes na esfera social, cultural e política. Em São Paulo, além de inúmeros serviços disponibilizados que objetivam fortalecer as comunidades e famílias imigrantes para promover a sua integração à sociedade, é oferecido, ainda, o serviço jurídico especializado em parceria com a Defensoria Pública da

União; cursos de português; oficinas profissionalizantes¹⁵³.

Em que pese essa rede de proteção e promoção de políticas públicas para os migrantes desenvolvidos pelo Centro de Referência para Acolhimento de Migrantes de São Paulo, grande parte dessas pessoas não conseguem ingressar no mercado de trabalho, encontrando muita dificuldade para conseguir uma atividade laborativa semelhante à que possuía no seu país de origem. Esse obstáculo reside, entre outros aspectos, na barreira da comunicação linguística e no processo burocrático brasileiro referente à validação dos diplomas desses indivíduos e demais documentos. Some-se a isso, a exiguidade de vagas em creches, escolas¹⁵⁴.

Trata-se de iniciativa pioneira no Brasil, sendo reconhecida internacionalmente pela Agência das Nações Unidas para refugiados – ACNUR. Segundo a Agência, constitui um exemplo de política pública que efetivamente funciona e promove o diálogo com as necessidades presentes na vida dos migrantes. Faz-se os devidos encaminhamentos para serviços especializados nas áreas de emprego, assistência social, saúde, moradia e educação, também atende as vítimas de violações de direitos humanos, principalmente quando esses migrantes são reduzidos à condição análoga à de escravo¹⁵⁵.

Pertinente salientar, ainda, a edição da Lei n. 13.684/18, que dispõe sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise migratória.

A Lei 13.445/2017, denominada Lei de Imigração, prevê, em seu art. 120, a elaboração de uma Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida visando a coordenação e articulação de ações a serem implementadas com a cooperação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação das organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, dependendo de regulamentação para a efetividade do dispositivo.

O Decreto n. 9.199/2017 que regulamenta a Lei n. 13.445/2017, que institui a Lei de Migração, silenciou no que diz respeito à regulamentação do art. 120, que prevê a instituição da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida.

A regulamentação do art. 120 da Lei de Migração simplificaria e unificaria as estratégias de ações e cooperação entre os entes federados do território brasileiro, promovendo uma desburocratização dos procedimentos para o acolhimento dessas pessoas. Facilitaria o ingresso desses indivíduos no mercado de trabalho, nos cursos, o que favoreceria seu desenvolvimento pessoal desses trabalhadores, com uma melhor integração social no território brasileiro. Isso

¹⁵³ Disponível em: <http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/crai/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹⁵⁴ Disponível em: <http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/crai/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹⁵⁵ Disponível em: <http://www.nacoesunidas.org>. Acesso em: 15 mar. 2019.

daria uma maior efetividade ao art. 3º, X da lei em comento, especialmente no que se refere à inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas.

Ressalte-se o papel importante do Ministério Público do Trabalho no combate à exploração laboral que reduz o ser humano à condição de escravo, que devem estar associadas às políticas públicas desenvolvimentistas migratórias para que haja o seu enfrentamento efetivo.

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) é gerido pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego e é composto por auditores fiscais do Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público do Trabalho, sendo responsável por realizar fiscalizações. Essas equipes promovem a libertação dos trabalhadores encontrados em situação de escravidão, assegurando-lhes indenizações cabíveis, como também realizam outras providências que entendam necessárias para o reestabelecimento dos direitos e dignidade desses trabalhadores.

Outra atuação de combate importante é o cadastro de empregadores infratores, denominado também de “lista suja”, criada pela portaria n. 540, de 15 de outubro de 2004, expedida pelo, na época, Ministério do Trabalho e Emprego. Essa lista relaciona os nomes dos empregadores, tanto de pessoas físicas e como de jurídicas atuadas pela prática do trabalho escravo.¹⁵⁶

A publicação dessa lista é de responsabilidade da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), vinculada ao Ministério da Economia. O Ministério Público do Trabalho, também disponibiliza no portal da sua instituição essa lista; como, ainda, pode ser encontrada em páginas de internet de diversas organizações não governamentais, a exemplo da ONG Repórter Brasil. Esse cadastramento da pessoa infratora implica restrições financeiras, pois fornece informações para as entidades envolvidas na eliminação do trabalho escravo. O cadastro serve como base de informação na avaliação de financiamentos ou empréstimos para as empresas e entre as entidades estão o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco do Desenvolvimento Social. Frise-se, também, que as empresas signatárias do Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo comprometem-se em não realizar transações

¹⁵⁶A portaria n. 540/2004 do Ministério Público do Trabalho e Emprego, à época, constitui um ato infralegal de caráter administrativo que tem como função regulamentar os procedimentos de fiscalização e apuração do correto cumprimento da legislação trabalhista. Importante mencionar que a inclusão dos empregadores infratores ocorrerá após decisão administrativa final referente ao auto de infração lavrado por meio da fiscalização com a identificação da ocorrência da prática escravocrata. Tal lista deverá ser atualizada semestralmente e encaminhada para os seguintes órgãos: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Banco Central. O infrator será monitorado por um período de dois anos, sendo que não havendo a reincidência e após o pagamento de todas as multas e débitos trabalhistas, ocorrerá a sua exclusão da referida lista.

econômicas com pessoa física ou jurídica que figuram na referida lista. (OIT/ILO, 2010, p. 146-149).

Em decisão liminar proferida em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5209/DF, promovida pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC), o Ministro Presidente do STF, Ricardo Lewandowski, destacou que os gestores públicos devem observar os preceitos constitucionais. Assim, explicou que muito embora se mostre louvável a intenção de criar o cadastro de empregadores, verificou a inexistência de lei formal que respaldasse a edição da portaria interministerial n. 02/2011, assinada pelo Ministério do Trabalho e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a qual revogou a portaria n. 540/2004, trazendo regras novas para a inclusão de empregadores na lista suja. Com isso, verificou-se que a decisão liminar citada suspendeu os efeitos da Portaria interministerial n. 02/2011 e, consequentemente, a portaria 540/2004¹⁵⁷¹⁵⁸.

O fundamento utilizado pelo autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5209/DF foi que a citada portaria interministerial n. 02/2011 viola os artigos 87, II e 186, III e IV da Constituição Federal, usurpando a competência do Poder Legislativo, criando competência para os auditores fiscais do trabalho.

A portaria interministerial n. 04/2016 não vinha sendo cumprida por estar sendo revisada pelo grupo de trabalho instituído no âmbito do Órgão Ministerial, tendo em vista que foram constatadas falhas e imperfeições no documento. Nesse sentido, segundo a União Federal, a divulgação da lista seria temerária, uma vez que seria impossível averiguar a extensão dos efeitos negativos e contundentes que recairiam sobre os envolvidos após a divulgação dos dados.¹⁵⁹

Em face da não aplicação da portaria interministerial n. 04/2016, o Ministério Público do Trabalho ajuizou uma Ação Civil Pública n. ACP-1704-55.2016.5.10.0011, da lavra dos procuradores do trabalho Breno da Silva Maia Filho, Thiago Muniz Cavalcanti, Maurício Ferreira Brito e Gisela Nabuco Majela Sousa, distribuída na 11ª Vara do Trabalho do Distrito

¹⁵⁷ Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PORTARIA INTERMINISTERIAL N. 02/2011. CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM SUBMETIDO TRABALHADORES A CONDIÇÕES ANÁLOGAS A DE ESCRAVO. ATO NORMATIVO REVOGADO. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PREJUDICADA. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 24 set. 2017.

¹⁵⁸ A portaria interministerial n. 02/2011 foi posteriormente revogada pela portaria interministerial n. 02/2015, motivo pelo qual foi julgado prejudicado o mérito da ADI n. 5209/DF. Essa portaria foi posteriormente também revogada pela portaria interministerial n. 04/2016, a qual reproduziu o núcleo essencial da portaria n. 02/2015, acrescentando a possibilidade de celebração de termo de ajuste de conduta ou acordo judicial para a reparação do dano causado pelo administrado, alvo da fiscalização.

¹⁵⁹ Vide inteiro teor da ADI 5209/DF de relatoria da MIN. Carmen Lúcia. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 24 set. 2017.

Federal, obtendo decisão liminar para determinar à União Federal que divulgasse o cadastro dos empregadores infratores. Contra a concessão da liminar, a União impetrou um pedido de suspensão de segurança em caráter liminar junto ao presidente do TST para suspender os efeitos da decisão proferida pelo juiz da 10ª Vara do Trabalho do Distrito Federal. Esse pedido da União foi acolhido pelo Presidente do TST, Min. Ives Gandra Martins Filho, adiando a divulgação da chamada lista suja. Contra essa decisão foi impetrado Mandado de Segurança pelo Ministério Público do Trabalho para cassar a decisão proferida pela presidência do TST¹⁶⁰.

Nesse sentido, vale destacar o pedido do Ministério Público do Trabalho, por meio do subprocurador-geral do trabalho Manoel Jorge e Silva Neto, para a publicação da lista suja, atendido pelo TST, o que reforça que esse Cadastro de Empregadores envolvidos com práticas escravocratas é medida eficiente no “combate à escravidão contemporânea, que se alicerça na superexploração gananciosa da mão de obra humana e no aviltamento de direitos trabalhistas mínimos”.¹⁶¹

A lista suja vem sendo regularmente publicada, tendo ocorrido a sua última publicação em 03 de abril de 2019. Nessa atualização, 48 novos empregadores foram flagrados realizando a exploração escravocrata contemporânea¹⁶².

Mencione-se, também, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), vinculada à Comissão Nacional de Direitos Humanos, criado em 2003, sendo responsável pela política nacional de combate ao trabalho escravo, de fiscalização e implementação das ações prevista no Plano Nacional, do acompanhamento da tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e da promoção da avaliação de proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país.¹⁶³

Destaca-se a atuação do Governo Federal com a criação, em 1995, do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, o qual se encontrava vinculado à Câmara de Política Social do Conselho de Governo e integrava os seguintes Ministérios: do Trabalho e Emprego; da Justiça, do Meio-Ambiente; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Previdência e Assistência Social

¹⁶⁰ Vide inteiro teor do Mandado de Segurança n.º TST-MS-3351-63.2017.5.00.0000. Disponível em: http://cdn01.justificando.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2017/03/16143900/41157_2017_1489528800000.pdf. Acesso em: 24 set. 2017.

¹⁶¹ O subprocurador-geral do trabalho aduziu, em seu pedido, que a portaria interministerial n. 04/2016 tem por finalidade dar transparência aos atos administrativos resultantes de ações fiscais que flagraram a exploração do trabalho a condições análogas a de escravo, e que o retardo quanto a publicação enseja dano irreparável a sociedade como um todo.

¹⁶² Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/f983663fd155-460f-920e-c85402954de8. Acesso em: 05 abr. 2019.

¹⁶³ Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/orgaos-colegiados/conatrae/comissao-nacional-para-a-erradicacao-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 20 out. 2017.

Interministerial. Possui a função de elaborar, implementar e supervisionar programa de repressão ao trabalho forçado; de coordenar as ações de órgão envolvidos com o combate; articular com a Organização Internacional do Trabalho e com os Ministérios Públicos. Esse grupo conta, ainda, com a participação das entidades da sociedade civil atuantes no enfrentamento dessa questão.

Há, também, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel criado paralelamente ao GERFTRAN e instituído, na época, no Ministério do Trabalho e Emprego. Esses grupos atuam de forma conjunta e contam com o apoio da Polícia Federal. Destaque-se que essa atuação tem diminuído em virtude da disponibilidade de recursos e de pessoal reduzidos.

O Ministério Público do Trabalho desenvolve, ainda, diversas outras políticas, como é o caso da parceria firmada entre a instituição e o Escritório da ONU, em 04 de fevereiro de 2019, referente à reforma do Centro de Pastoral para Migrantes de Mato Grosso; do Simpósio realizado na cidade de João Pessoa, mediante a participação de uma rede, composta pelo MPT, MPF e outros órgão, com o objetivo de oferecer cursos gratuitos para a capacitação profissional e a inclusão dos migrantes no mercado de trabalho.¹⁶⁴

Verifica-se a existência de inúmeros esforços do Estado brasileiro em combater o trabalho escravo, promover a integração social dos migrantes, sempre respaldado pelos princípios que guiam essa ação, destacando-se especialmente a universalidade, a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; o repúdio e a prevenção à xenofobia; o repúdio ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; a não criminalização da migração; a promoção da entrada regular e de regularização documental; a promoção e disseminação de direitos, garantias e obrigações dos migrantes; a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e seus familiares; a inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social, consoante o já mencionado anteriormente nesse estudo.

Interessante pontuar que a seguridade social está intimamente relacionada ao trabalho e ao desenvolvimento em todos os seus recortes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento humano, social, econômico e sustentável.

Zélia Pierdoná (2007, p.11) pontua que ao ser considerada a base do primado do trabalho e possuir os objetivos de bem-estar e justiça sociais, a seguridade social, possui duas faces: uma referente à garantia da saúde para todos; a outra, em relação à garantia de recursos para

¹⁶⁴Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br>. Acesso em: 13 abr. 2019. Acessar o endereço eletrônico para o conhecimento de outras políticas na temática, desenvolvida nesse parágrafo.

sobrevivência digna dos cidadãos nas situações de necessidades, quando não puderem obter por esforços próprios.

Tal instrumento de proteção social, na face da previdência social, possui o trabalho como pressuposto social, tendo a Constituição da República de 1988 destinado uma das áreas da seguridade para proteger o trabalhador quando estiver diante de uma necessidade, o que vem a auxiliar o indivíduo a lutar por seu desenvolvimento humano, a fim de que possa ter capacidade de escolhas para empreender um rumo diferente na sua vida e superar a situação de necessidade. (PIERDONÁ, 2007, p. 13-14).

É no âmbito da assistência social que se insere a elaboração de políticas públicas com o objetivo de interferir no rompimento do ciclo escravocrata e, assim, evitar que o trabalhador migrante retorne à situação de escravidão contemporânea. Uma atuação importante, nesse sentido, é a criação de centros de acolhimento como já foi mencionado em relação aos Centros de Referência para Migrantes, existentes em diversos estados da federação. Nesse momento, o trabalhador ainda não ingressou no mercado de trabalho, razão pela qual não se encontra protegido pela previdência social.

Consoante o já delineado, nesse tópico, um dos principais mecanismos utilizado para o combate do trabalho escravo é o resgate dos trabalhadores pelos grupos especiais, momento em que o empregado é retirado da situação de escravidão.

Esse trabalhador tem direito ao recebimento de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário-mínimo, cujos recursos são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme dispõe o art. 2º, da lei 7.998/90, a fim de prover a sua assistência financeira temporária. Ademais, consoante o art. 2º-C, §1º do mesmo diploma legal, deve ser encaminhado para o Sistema Nacional de Emprego – SINE do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, na época, para a devida qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, constituindo medida fundamental para a superação da sua vulnerabilidade e evita que no futuro venha aceitar condições de trabalho que caracterizam a escravidão moderna. Trata-se de um benefício previdenciário.

Nesse liame, tem-se que a Constituição Federal de 1988 apresenta o direito à previdência social, à saúde e à assistência social como integrantes da seguridade social, tendo como objetivo a proteção e a garantia da dignidade da pessoa humana. (PIERDONÁ, 2007, p. 14).

A seguridade social é considerada uma rede de proteção social, onde o Estado juntamente com a sociedade, como também mediante a contribuição dos segurados, serão responsáveis pela promoção e execução de políticas públicas, visando auxiliar as pessoas vulneráveis em situação de necessidade, nesse caso, os trabalhadores migrantes.

Assim, pode-se apresentar outro caminho para a superação da vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes, que seria o estabelecimento de parcerias entre o governo e as empresas privadas, por meio de incentivos fiscais para a realização de cursos profissionalizantes na própria empresa, com a disponibilidade da concessão de estágios remunerados, a fim de que possam praticar o conhecimento adquirido e, assim, sejam inseridos no mercado de trabalho.

Há que se destacar que as políticas migratórias já existentes no Brasil, bem como a Política Nacional das Migrações prevista na Lei de Migração, pendente de regulamentação, compatibilizam-se com as normatizações internacionais. Destarte, há sintonia entre as normatizações nos planos internacional e nacional.

Em que pese essa realidade apontada, ficou demonstrado na pesquisa a situação de vulnerabilidade enfrentada pelos migrantes laborais quando adentram o território brasileiro. É gritante o desrespeito dos direitos humanos e fundamentais dos trabalhadores migrantes.

Aponta-se deficiência na implementação dessas políticas de acolhimento e inserção social dessa população. O problema está, ainda, na destinação de recursos para que essas políticas possam ser executadas, a fim de que sejam capazes de contemplar, senão todos, a maior parcela desses trabalhadores migrantes. Resta evidente que as diretrizes e princípios a serem seguidos, quando da elaboração e execução das políticas públicas migratórias, devem se coadunar com o direito ao desenvolvimento.

Por tudo já exposto, tem-se que a efetivação de políticas migratórias com enfoque no direito ao desenvolvimento, representa um caminho importante a ser percorrido para a concretização dos Direitos Humanos, momento em que o trabalho decente será alcançado, com a possível erradicação do trabalho escravo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de políticas públicas efetivas no país receptor, para atender aos direitos fundamentais previstos na ordem constitucional, faz com as pessoas que saem de seu território de origem em busca de um trabalho para modificar a realidade de privações, experimentem inúmeras dificuldades, apontando-se com principais: o empecilho na comunicação, o choque cultural, o enquadramento social, a dificuldade na regularização da sua documentação, a adaptação à diferentes políticas econômicas e a ausência de conhecimento técnico e específico para a realização de determinadas atividades.

Tais fatos fortalecem a ocorrência de um tratamento discriminatório e de exclusão em relação à esses estrangeiros, o que demanda a implementação de políticas públicas direcionadas ao atendimento dos interesses dos trabalhadores migrantes, com o fito de esclarecer e dar acesso aos meios necessários para o exercício de suas atividades laborais, para que essa categoria de trabalhadores não se submeta a condições de trabalho em situação de desigualdade em relação ao trabalhador nacional, muito menos sejam alvos da exploração laboral desumana efetivada pelos detentores do poder econômico, hodiernamente, denominada de escravidão contemporânea.

Assim, a elaboração e a devida implementação de políticas públicas migratórias representam um papel importante para a proteção dos direitos sociais dos trabalhadores migrantes, que sob a ótica da Constituição Federal, devem ter o mesmo tratamento que os nacionais; bem como dos direitos fundamentais inerentes aos indivíduos, especialmente a dignidade da pessoa humana. Afirma-se, então, que esses direitos serão respeitados se os objetivos fundamentais da República brasileira forem alcançados, especialmente a construção de uma sociedade pautada nos valores da fraternidade.

Por essa razão, tem-se que a promoção de políticas públicas voltadas para esse seguimento de pessoas, torna-se necessária para o alcance do tratamento isonômico desses trabalhadores, conferindo-lhes uma existência digna, em condições de liberdade, equidade e segurança, condizentes com o que se entende por trabalho decente, considerado condição necessária para a superação da pobreza, a redução da pobreza e o desenvolvimento em todos os seus aspectos.

Dessa forma, constatou-se que o direito ao desenvolvimento é direito fundamental e integra o ordenamento jurídico interno. Esse direito possibilitará a elaboração e a implementação de políticas migratórias consistentes, necessárias ao enfrentamento da

exploração escravocrata a que os trabalhadores migrantes estão sujeitos quando adentram o território brasileiro.

O Estado deve promover o desenvolvimento humano e visualizá-lo como fundamento do Estado contemporâneo, tendo sempre em foco que não basta garantir as condições mínimas de existência, mas garantir oportunidades, a fim de que as pessoas tenham capacidade de escolhas para viver uma vida decente e possam trilhar um caminho de evolução contínua.

A concretização dos direitos humanos sociais dos trabalhadores migrantes será atingida por intermédio de um plano de ação efetivo de políticas públicas migratórias, devidamente fundamentadas no direito ao desenvolvimento.

Restou evidente que a ausência dessas políticas acarreta a instalação da situação de vulnerabilidade desses trabalhadores, sendo responsável para o direcionamento deles para um ciclo de exploração laboral.

Nesses termos, constatou-se que o direito ao desenvolvimento emerge de um ambiente de respeito e promoção de liberdades e ofertas de oportunidades, objetivando que os indivíduos tenham pleno acesso aos bens e valores necessários para o alcance de uma vida digna e decente.

Confirmou-se que além da necessidade da elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas Migratórias, previsto na nova lei, mas pendente de regulamentação, há a necessidade de superar as deficiências na execução dessas políticas de acolhimento e inserção social; bem como a não priorização da destinação de recursos para que essas políticas possam ser executadas.

Para se chegar a essa conclusão, partiu-se da análise do trabalho na ordem econômica e na ordem social com a demonstração da evolução dos direitos dos trabalhadores no ordenamento jurídico pátrio, de acordo com o momento social, político e econômico ao longo da evolução histórico-cultural do país. Evidenciou-se que as mudanças constitucionais ocorridas no século XX acarretaram modificações na Constituição e na forma como o Estado participou dessa conjuntura, favorecendo para a ineficácia dos direitos fundamentais sociais.

Nesses termos, apurou-se a necessidade de se buscar a efetivação dos direitos fundamentais dispostos na Constituição Federal, a fim de promover um amplo conhecimento do conteúdo do texto constitucional e a realização de políticas estatais que possam dar cumprimento a um tratamento isonômico, digno e valorativo à pessoa e à atividade laboral desenvolvida pelo migrante, de forma que este possa se sentir acolhido e respeitado na sociedade a qual deseja se integrar.

Passou-se à análise da escravidão contemporânea no ordenamento jurídico pátrio como um fenômeno não só impeditivo da liberdade de ir e vir, mas restritivo da própria existência do

indivíduo, quando lhe é tolhida a dignidade humana na realização da atividade laborativa. Isso foi realizado com o estudo dos tratados internacionais de direitos humanos e da legislação interna, mediante a análise do conteúdo da definição do trabalho escravo contemporâneo, diante da tendência inaceitável de se vincular a significação desse fenômeno à existência do cerceamento da liberdade para a sua ocorrência.

Verificou-se que qualquer dispositivo legal poderia tratar da conceituação ou elencar hipóteses em que esteja configurada a situação de escravidão, bem como regulamentar o procedimento fiscalizatório, desde que não fosse de encontro aos diplomas legislativos referentes à temática. A desconsideração da existência dessas legislações para a elaboração de outra norma ou ato administrativo normativo é considerado ato legislativo inconstitucional contrário ao princípio de proibição de retrocesso social, acarretando um regresso da definição moderna do trabalho escravo.

Percebeu-se que, por meio da dogmática jurídica e da análise interpretativa das normas jurídicas, há a desnecessidade da elaboração de uma conceituação expressa do trabalho escravo contemporâneo, tendo em vista que a utilização desses mecanismos nos conduziria à melhor definição da conduta exploradora do trabalho humano, para englobar tanto o cerceamento da liberdade de locomoção quanto a proteção da dignidade humana. Ademais, a identificação da ocorrência das modalidades modernas de tipo aberto, quais sejam: jornada exaustiva e ambiente degradante de trabalho, deve ser buscada por meio de critérios objetivos nas legislações trabalhistas.

Seguiu-se relacionando o trabalho escravo moderno com a realidade experienciada pelos trabalhadores migrantes, constatando-se um total desrespeito aos direitos humanos desses trabalhadores, o que ficou evidenciado com o estudo realizado nas normatizações internacionais e nacionais, que também contribuiu para se compreender as diretrizes e os parâmetros para a elaboração de políticas públicas migratórias.

Ficou demonstrado que o trabalho escravo contemporâneo caminha em sentido contrário a esses direitos básicos, promovendo a sua negação. Os trabalhadores quando submetidos a condições análogas à de escravo, não usufrui os direitos referentes à consecução do trabalho decente, afetando o alcance da liberdade e da dignidade humana.

Nesse aspecto, comprovou-se que a utilização do direito ao desenvolvimento constitui meio hábil para a instituição de políticas migratórias eficazes ao combate da exploração escravocrata moderna, representando o fundamento dessas políticas.

Por força dos argumentos lançados, tem-se que a efetivação das políticas migratórias, baseadas no direito ao desenvolvimento, representam um caminho importante a ser percorrido

para a concretização dos Direitos Humanos, por meio da efetivação do trabalho decente, o que favorecerá para a possível erradicação do trabalho escravo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. *In*: Schwartz, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 328-333.
- ANJOS FILHO, Robério Nunes. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BALES, Kevin. **Disposable People**: new slavery in the global economy. 3. ed. Berkeley: University of California Press, 2012.
- BARROSO, Luís Roberto Barroso. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito**: o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – THEMIS, v. 4, n. 2, p. 13-101, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira Moral**: A perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- AUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BESERRA, Ronaldo Guedes. **O homem cordial**. Disponível em: <https://fontehistorica.wordpress.com/2011/05/30/o-homem-cordial/>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- BIROL, Aline Pedra Jorge. **Guia prático de atendimento aos migrantes, refugiados, vítimas de tráfico de pessoas e brasileiros retornados, em situação de vulnerabilidade e em áreas de fronteira**. Brasília: ICMPD (Internacional Centre for Migration Policy Development) & Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-pesquisas/guia_pratico_de_atendimento_ao_migrante_final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3842/2012**. Dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=544185>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2464/2015**. Altera o "caput", do artigo 149, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, alterado pela Lei n. 10.803, de 11 de dezembro de 2003, que instituiu o Código Penal, a fim de alterar o conceito do tipo penal de submeter alguém a condições análogas à de escravo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1594511>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Migrantes venezuelanos podem estar sendo aliciados para trabalho escravo e exploração sexual**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/565196-MIGRANTES-VENEZUELANOS-PODEM-ESTAR-SEND-ALICIADOS-PARA-TRABALHO-ESCRAVO-E-EXPLORACAO-SEXUAL.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 58.563, de 1 de junho de 1966.** Promulga a Convenção sobre Escravidão de 1926 emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão de 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvRelEsc.html>. Acesso em: 22 maio 2018.

BRASIL. **Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017.** Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Institui o Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Estatuto dos estrangeiros. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume/%20i/naclei6815.htm>. Acesso em: 01 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Lei de Migração, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/orgaos-colegiados/conatrae/comissao-nacional-para-a-erradicacao-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Atualização da lista suja do trabalho escravo traz 48 novos empregadores.** Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/f983663f-d155-460f-920e-c85402954de8. Acesso em: 05 abr. 2019.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Políticas Públicas desenvolvidas em parceria com o Ministério Público do Trabalho.** Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Nota técnica 2CCR/MPF nº 1, de 20 de janeiro de 2017.** O PLS 432/2013 pretende inserir no ordenamento jurídico, pela via da legislação cível, novo conceito de trabalho escravo. Inconveniência e inadequação da medida. Consequências negativas para a repressão às formas contemporâneas de trabalho escravo. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-conceito-trabalho-escravo>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem n. 696/2010**. Submete à consideração do Congresso Nacional texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, adotada em 18 de dezembro de 1990, em Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1347062&filename=Tramitacao-MS-696/2010. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. MPF. **Portaria PGR/MPF nº 1.326/2017**. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/handle/11549/126397?show=full>. Acesso em: 22 maio 2018.

BRASIL. Rede Brasil do Pacto Global. **Nova lei de imigração: inovação e riscos empresariais**. MELO, João Marques da Fonseca (coord.). Brasília: EMDOC, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 432/2013**. Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114895>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito n. 3.412/AL. PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA**. Relator: Min. Marco Aurélio. 29 de março de 2012. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 24 set. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito n. 2131/DF. INQUÉRITO. DENÚNCIA. ALICIAMENTO DE TRABALHADORES (ART. 207, § 1º, CP). FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA MAJORADO (ART. 203, § 1º, I, E § 2º, CP). REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149). INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS. JÚIZO DE PROBABILIDADE CONFIGURADO. DENÚNCIA RECEBIDA**. Relator: Min. ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 23/02/2012, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-154 DIVULG 06-08-2012 PUBLIC 07-08-2012. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22085737/inquerito-inq-2131-df-stf/inteiro-teor-110525030?ref=juris-tabs>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE n. 459510/MT. Recurso extraordinário. Constitucional. Penal. Processual Penal. Competência. Redução a condição análoga à de escravo. Conduta tipificada no art. 149 do Código Penal. Crime contra a organização do trabalho. Competência da Justiça Federal. Artigo 109, inciso VI, da Constituição Federal. Conhecimento e provimento do recurso**. Relator: Min. Cezar Peluzo. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRITO, Edvaldo. **Reflexos jurídicos da atuação do Estado no domínio econômico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho decente: análise jurídica da exploração do trabalho – trabalho escravo e outras formas de trabalho indigno**. 4. ed. São Paulo: LTR, 2018.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho com redução do homem a condição análoga à de escravo e a dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <http://www.pgt.mpt.gov.br/publicações>. Acesso em: 08 maio 2017.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. **Trabalho escravo: caracterização jurídica**. 2. ed. São Paulo: LTr Editora, 2017.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Teorias da justiça e trabalho decente. *In*: ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de (org.) **Direitos humanos dos trabalhadores**. São Paulo: LTr Editora, 2016.

BRITTO, Christiane Rabelo; SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. Redução da pessoa a condição análoga à de escravo na sociedade contemporânea: caminhos para sua erradicação. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações de Trabalho, Sociais e Empresariais**. v. 3, n. 1, p. 38-58. Jan/jun 2017. Brasília: CONPEDI, 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUSINESS & HUMAN RIGHTS RESOURCE. **Establishing a Modern Slavery Act in Australia**. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/en/inquiry-into-establishment-of-a-modern-slavery-act-in-australia>. Acesso em: 10 maio 2018.

CALLEGARI, José Carlos. Desenvolvimento econômico, direito do trabalho e direitos sociais: uma análise das convenções da Organização Internacional do Trabalho. *In*: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado (coord.). **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 491-514.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CHAVES, Valena Jacob; GOUVEIA FILHO, Eduardo Correia. O trabalho escravo contemporâneo: dignidade e liberdade em Kant e Honnet. *In*: MEDEIROS, Benizete Ramos de; HAZZAN, Ellen (org.). **Trabalho, castigo e escravidão: passado ou futuro?**. São Paulo: LTr, 2017.

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S. Trabalhadores livres e escravos. *In*: Schwartz, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 410-418.

CORTEZ, Julpiano Chaves. **Trabalho escravo no contrato de emprego e os direitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2015.

DERBI, Felipe. **O princípio da proibição de retrocesso social na Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

ERGON ASSOCIATES. Disponível em: <https://ergonassociates.net/about-us/>. Acesso em: 05 de abril de 2019.

ERGON ASSOCIATES. **Modern slavery reporting: Is there evidence of progress?**

Disponível em: https://ergonassociates.net/wp-content/uploads/2018/10/Ergon_Modern_Slavery_Progress_2018_resource.pdf?x74739. Acesso em: 05 abr. 2019.

ESQUEMA de exploração do trabalho de bolivianos no brasil é revelado. Diretor: Caco Barcellos. 09 de abril de 2013. Reportagem do programa Profissão Repórter. Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2013/04/esquema-de-exploracao-do-trabalho-de-bolivianos-no-brasil-e-revelado.html>. Acesso em: 28 abr. 2018.

ESTEFAM, André. **Direito Penal**, volume 2: parte especial (arts. 121 a 234-B). 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FACHIN, Melinda Girardi. Direito fundamental ao desenvolvimento: uma possível ressignificação entre a Constituição Brasileira e o Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. In: PIOVESAN, Flávia Piovesan; SOARES, Inês Virgínia Prado. (coord.). **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, p. 179-200, 2010.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Função social da dogmática jurídica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GÓMEZ, Rina Cáceres. El trabajo esclavo em Costa Rica. **Revista de História**, [S.I.], n. 39, july 2001. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/2023>. Acesso em: 28 jul. 2017.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição de 1988**: interpretação e crítica. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

GUERRA, Sidney. A nova lei de migração no brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. **Revista de Direito da cidade**, vol. 09, nº 4. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/28937/21967>. Acesso em: 15 set. 2018.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. Aspectos penais do trabalho escravo. **Revista da Presidência**, Brasília, ano 50, n. 197, jan./mar. 2013.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional**: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1997.

LACERDA, Nadia Demoliner. **Migração Internacional a Trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Tradução de José Lamago. 7. ed. Avenida de Berna/Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

MACHADO, Carlos Augusto Alcântara. **A fraternidade como categoria jurídica: fundamentos e alcance (expressão do constitucionalismo fraternal)**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

MACHADO, Carlo Augusto Alcântara. Do Estado Liberal ao Estado Fraternal: a fraternidade como categoria jurídica e a contribuição da Constituição do Brasil de 1988. *In*: COSSEDDU, Adriana. (org.). **I sentieri del giurista sulle tracce della fraternità: ordenamenti a confronto**. 1. ed. Torino/Itália: G. Giappichelli Editore, 2016, v. 1, p. 119-138.

MACHADO, Carlo Augusto Alcântara. **A Fraternidade como Categoria Constitucional: considerações a partir do compromisso preambular da Carta Magna do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.catedrachiaralubich.org/uploads/artigos/artigos_2014-09-02_artigocatedracarlosaugustoafraternidadecomocategoriaconstitucional_pdf_03b03683446f910878038adeedd6d007.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

MANNRICH, Nelson. Trabalho escravo: construindo um conceito. *In*: MONSALVE CUÉLLAR, Martha Elisa; SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da; PIERDONÁ, Zélia Luíza (coord.). **Impacto das normas internacionais da OIT no direito do trabalho e da seguridade social: homenagem ao Prof. Dr. Cássio de Mesquita Barros Júnior**. São Paulo: LTr, 2018. p. 143-146.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Economia Escravista Mundial. *In*: SCHWARTZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos Gomes. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 203-209.

MARINHO, Rodrigo César de Oliveira. **Intervenção sobre o domínio econômico: a contribuição e seu perfil constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MEIRELES, Edilton. **Princípio do não-retrocesso social no direito do trabalho**. Evocati Revista. n. 13, jan. 2007. Disponível em: http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tpm_cosartigo=100. Acesso em: 15 maio 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação Emancipacionista, 1871 e 1885. *In*: SCHWARTZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos Gomes. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277-284.

MOREIRA, Vital. **A ordem jurídica do capitalismo**. 3. ed. Coimbra: Centelha, 1978.

NETTO, Luísa Cristina Pinto e. **O princípio de proibição de retrocesso social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

NOTÍCIAS UOL. **Salário retido e moradia precária: venezuelanos são resgatados de trabalho escravo em RR**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/26/trabalho-escravo-venezuelanos-roraima.htm>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NUNES, Paulo Henrique Faria. **Lei de Migração: novo marco jurídico relativo ao fluxo transnacional de pessoas**. 2. ed. Goiânia: Edição do Autor, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319471899_NUNES_Paulo_Henrique_Faria_Lei_d_e_Migracao_novo_marco_juridico_relativo_ao_fluxo_transnacional_de_pessoas_2_ed_Goiania_Edicao_do_Autor_2018. Acesso em: 15 jan. 2019.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Imigrantes venezuelanos no Brasil são vítimas de trabalho escravo**. Notícia veiculada em 8 de março de 2018. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,imigrantes-venezuelanos-no-brasil-sao-vitimas-de-exploracao-do-trabalho,70002218795>. Acesso em: 22 jul. 2018.

OLIVEIRA, Kátia Cristine Santos de. O direito ao desenvolvimento, à assistência social e a Constituição da República de 1988. In: PIOVESAN, Flávia Piovesan; SOARES, Inês Virgínia Prado. (coord.). **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 547-568.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <http://www.oimitn/cms/em/sites/iom/home/about-migration/key-migration-terms>. Acesso em: 12 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Internacional sobre a Proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrante e dos membros da sua família**. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Conven%C3%A7%C3%A3o-dos-Direitos-Humanos-de-todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-Membros-de-suas-Fam%C3%ADlias.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Milênio/2000**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. Resolução 41/128 da Assembleia das Nações Unidas. Dez. 1986. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-ao-desenvolvimento/declaracao-sobre-o-direito-ao-desenvolvimento.html>. Acesso em: 30 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Resolução nº 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Dez. 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em: 30 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**. PIDCP. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. PIDESC. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Recomendação sobre trabalho forçado** (medidas complementares) n. 203/2014. Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0:NO::P12100_INSTRUMENT_ID:3174688. Acesso em: 29 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Organização Internacional do Trabalho** / OIT. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. Acesso em: 14 jan. 2019.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, promulgada pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Disponível em: <http://www.tjrr.jus.br/cij/arquivospdf/ConvencaoAmericana-pacjose-1969.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório 169/11**. Caso n. 12.066. Admissibilidade e Mérito. Fazenda Brasil Verde / Brasil. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/corte/2015/12066FondoPt.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA MIGRAÇÃO (OIM). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oim/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil**. International Labour Office/ILO Office in Brasil. Brasília: ILO, 2010. (Livro digital). Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_227300/lang-pt/index.htm. Acesso em: 14 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Constituição da OIT/1919**. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 29/1930** - Convenção concernente à trabalho forçado ou obrigatório, adotada pela Conferência em sua Décima Quarta Sessão - Genebra, 28 de junho de 1930 (com as modificações da Convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm. Acesso em: 20 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 105/1957** - Convenção concernente à abolição do trabalho forçado, promulgada pelo Decreto nº 58.822, de 14 de julho de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58822.htm. Acesso em: 20 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 97/40** - Convenção n. 97 da OIT Concernente aos trabalhadores migrantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm. Acesso em 20 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção 143/75** - Convenção n. 143 da OIT - Relativa às migrações em condições abusivas e à promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d41721.htm. Acesso em: 20 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho/1998**. Disponível em: https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf. Acesso em: 18 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Protocolo de 2014 relativo à convenção do trabalho forçado de 1930**. Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:P029. Acesso em 20 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **ILO**. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriote2012_846.pdf. Acesso em: 14 jul. 2017.

PAIVA, Caio; HEEMANN, Thimotie Aragon. **Jurisprudência internacional de direitos humanos**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora CEI, 2017.

PARLIAMENT OF AUSTRALIAN. **Terms of Reference**. Disponível em: https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Committees/Joint/Foreign_Affairs_Defence_and_Trade/ModernSlavery/Terms_of_Reference. Acesso em: 10 maio 2018.

PIERDONÁ, Zélia Luiza. A proteção social na Constituição de 1988. **Revista de Direito Social**, n. 28. out./dez., p. 11-65, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PIOVESAN, Flávia. Direito ao desenvolvimento: desafios contemporâneos. In: PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado Soares. (coord.). **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 47. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, Antônio Augusto. Esquartejamento do Ministério do Trabalho afetará gravemente as estruturas regionais. *In: Consultor Jurídico*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-08/antonio-queiroz-esquartejamento-ministerio-trabalho>. Acesso em: 10 abr. 2010.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. *et all*. Regulamento da nova lei de migração é *contra legem* e *praeter legem*. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-23/opiniao-regulamento-lei-migracao-praetem-legem>. Acesso em: 10 abr. 2019.

RAWLS, John. **Justiça e democracia**. Tradução: Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Em decisão inédita, Corte Interamericana condena Brasil por trabalho escravo**. 17 dez. 2016. Disponível em: www.conjur.com.br. Acesso em: 24 set. 2017.

RICCI, Carla; SILVA, Jéssica Monteiro Clementino da. Atualizações da lei migratória brasileira: um novo paradigma das migrações?. **O Social em Questão**. ano XXI, n. 41, maio a ago./2018.

ROGRÍGUEZ, Vanesa. Prohibición de esclavitud y servidumbre. *In: ALONSO REGUEIRA, Henrique M. (dir.). Convención Americana de Derechos Humanos y su proyección en el Derecho Argentino*. 1. ed. Buenos Aires: La Ley/Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre a assim designada proibição do retrocesso social no constitucionalismo Latino-Americano. **Revista do TST**, vol. 5, n. 3, jul./set. Brasília, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SCHWARTZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. Introdução. *In: SCHWARTZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). Dicionário da escravidão e liberdade*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 21-41.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. **Trabalho escravo**: a abolição necessária: uma análise da efetividade e da eficácia das políticas de combate à escravidão contemporânea no Brasil. São Paulo: LTr, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. *In*: SCHWARTZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 216-222.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **Direito Social do Trabalhador ao Salário Justo**. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 2008.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. Direito Social do Trabalhador ao Salário Justo. *In*: ZAINAGHI, Domingos Sávio Zainaghi; SILVA, Lucas Gonçalves da Silva; SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. (org.). **Temas de Direito do Trabalho e Seguridade Social**: homenagem ao Prof. Cássio Mesquita Barros. São Paulo: LTr, 2013.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da; BRITTO, Christiane Rabelo. A promoção do desenvolvimento como política de combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração laboral. *In*: Edna Raquel Rodrigues S. Hogemann; Luciana Aboim M. Gonçalves da Silva; Edinilson Donisete Machado (org.). CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, Salvador. **Anais...Eficácia de direitos fundamentais nas relações de trabalho, sociais e empresariais** [Recurso eletrônico on-line]. Salvador: Conpedi, 2018. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/0ds65m46/da2jd7j3/s6cO1czS93Sn0VAW.pdf>. Acesso: 15 dez. 2018.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da; BRITTO, Christiane Rabelo. Repensando o conceito do trabalho escravo contemporâneo para a sua erradicação na realidade laboral brasileira. *In*: GONZÁLES-VARAS IBÁÑE, Alejandro. *et al.* (org.). **Efetividade dos direitos humanos, culturas jurídicas e movimentos sociais e direito do trabalho e eficácia dos direitos fundamentais no meio ambiente do trabalho** [Recurso eletrônico]. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2019. 285-305. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Vol-23-efetividade-dos-dir-humanos-e-dir-do-trabalho-e-eficacia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **O constitucionalismo brasileiro tardio**. Brasília: ESMUP, 2016.

SILVA NETO, Manuel Jorge e. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Direito ao desenvolvimento e justiça de transição – conexões e alguns dilemas. *In*: PIOVESAN, Flávia Piovesan; SOARES, Inês Virgínia Prado. (coord.). **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 463-490.

SOUSA, Livia Maria de. O direito humano ao desenvolvimento como mecanismo de redução da pobreza em região com excepcional patrimônio cultural. *In*: PIOVESAN, Flávia Piovesan; SOARES, Inês Virgínia Prado. (coord.). **Direito ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 311-336.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional: Teoria, história e métodos de trabalho**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

SUNY LEVIN INSTITUTE. **Migration and Globalization**. Disponível em: <http://www.globalization101.org/uploads/File/Migration/migration.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

UNIÃO AFRICANA (UA). **Carta africana de direitos humanos**. Disponível em: http://www.achpr.org/files/instruments/achpr/achpr_instr_charter_por.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

VETRANO, Nicola. O papel do estado e das organizações sociais na preservação dos direitos humanos do trabalhador migrante. *In*: PRADO, Erlan José do; COELHO, Renata. (org.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.